



UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR

Ciências Sociais e Humanas

O Papel dos Estados Unidos da América no Processo de Descolonização de Angola

Lúcia Sofia Pais Correia

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em

Relações Internacionais

(2º ciclo de Estudos)

Orientador: Prof.^a Doutora Liliana Reis Ferreira

Coorientador: Prof. Doutor José Carlos Venâncio

Covilhã, Abril de 2016

Agradecimentos

A conclusão deste trabalho representa o término de um enorme desafio que, com um enorme esforço, consegui, ultrapassar. O desafio que me propus quer a nível académico, quer a nível pessoal. Não poderei, no entanto, deixar de agradecer às tantas pessoas que, direta ou indiretamente, me ajudaram no árduo processo de investigação e que sinto a necessidade de deixar uma palavra de apreço e estima.

Quero, primeiramente, agradecer à minha orientadora, a Professora Doutora Liliana Ferreira Reis, por toda a sua sabedoria e conselhos, bem como por toda a disponibilidade e confiança que sempre depositou em mim ao longo de toda a realização deste trabalho.

Aos meus pais, pois sem eles jamais conseguiria realizar o meu sonho de poder ser mestre em Relações Internacionais e, ainda que, não estejam presentes fisicamente no dia da defesa da minha dissertação, sei o quão se esforçaram para me poder proporcionar este sonho e, como tal, tenho plena noção de que um simples “obrigada” não chega para agradecer o que sempre fizeram por mim. Por outro lado, sem dúvida, que a pessoa que sempre mais me apoiou e nunca me deixou desistir, mesmo quando apresentei situações de maior nervosismo e possíveis desistências, foi a minha irmã. Agradeço-lhe, deste modo, por todas as suas palavras de carinho e conforto e, acima de tudo, por todo o crédito que sempre depositou em mim. Quero, no entanto, também agradecer à minha avó e madrinha Graça, por todas as suas palavras de atenção e ânimo, pois também sempre me mimoseou com o seu enorme apoio e atenção ao longo de todo este percurso.

Por último, agradeço às minhas amigas Rita Gonçalves, Rita Pinto, Sabrina Ramos e Joana Leal pelos momentos com elas passados, nos quais me transmitiram uma enorme motivação e vontade de concluir este percurso.

Acrónimos

ACA - American Committee on Africa
AGOA - African Growth and Opportunity Act
BNA - Banco Nacional de Angola
BPD - Barris Por Dia
BRIC - Brasil, Rússia, Índia, China
CEA - Centro de Estudos Angolanos
CEME - Chefe de Estado-Maior do Exército
CIA - Central Intelligence Agency
CPP - Partido de Convenção Popular
CSN - Conselho de Segurança Nacional
DGS - Direção Geral de Segurança
DRIL - Diretório Revolucionário Ibérico da Libertação
EPLF - Eritreia pela Libertação do Povo da Eritreia Frente
EUA - Estados Unidos da América
FAA - Forças Armadas Angolanas
FAL - Fórum Africano de Liderança
FAPLA - “Exército” das Forças Armadas Populares de Libertação de Angola
FLM - Frente de Libertação de Moçambique
FNLA - Frente Nacional de Libertação de Angola
FRELIMO - Frente de Libertação de Moçambique
GA - Assembleia Geral
GRAE - Governo Revolucionário de Angola no Exílio
MFA - Movimento das Forças Armadas
MPLA - Movimento Popular para a Libertação de Angola
NAACP - Associação Nacional para o Avanço dos Povos de Cor
NATO/OTAN - North Atlantic Treaty Organization
NEPAD - New Partnership for Africa’s Development
NSC - Conselho de Segurança Nacional
NSSN-39 - Memorando de Estudo 39 da Segurança Nacional
ONG - Organização Não-Governamental
ONGs - Organizações Não-Governamentais
ONU - Organização das Nações Unidas
OPCP - Partido Comunista Português
OPEP - Organização dos Países Exportadores de Petróleo
OPVDCA - Organização Provincial de Voluntários para a Defesa Civil de Angola
OUA - Organização da Unidade Africana
PAIGC - Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde
PCP - Partido Comunista Português

PDA - Partido Democrático Angolano
PEO - Professional Employer Organization
PIM - Polícia de Informação Militar
PLUA - Partido da Luta Unida dos Africanos de Angola
PSPA - Polícia de Segurança Pública de Angola
RDA - República Democrática Alemã
RDC - República Democrática do Congo
RFA - República Federal da Alemanha
RPC - República Popular da China
SWAPO - South West Africa People's Organization
TIFA - Acordo-Quadro de Comércio e Investimento
UA - União Africana
UEG - Revista Eletrónica de Economia da Universidade Estadual de Goiás
UE - União Europeia
UGCC - United Gold Coast Convention
UN - União Nacional
UNITA - União Nacional para a Independência Total de Angola
UPA - União dos Povos de Angola
URSS - União Soviética de Repúblicas Socialistas
US - União Soviética
ZANU - União Zimbábue Nacional Africana
ZAPU - Africana União Zimbábue Popular

Resumo

Após um longo período de quatro séculos de dominação portuguesa, a independência angolana, finalmente alcançada em novembro de 1975, chegaria através de três atores fundamentais: a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA); o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) e a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA). Contudo, o período da Guerra Fria acabaria por marcar o processo de descolonização de Angola, O antagonismo entre os EUA e a URSS no continente africano viriam a transformar o movimento pela autodeterminação do povo angolana numa *Proxy War*, típica do bipolarismo da Guerra Fria, que acabaram por se envolver num conflito assente em meios não tradicionais. O enfrentamento entre estes dois polos, passava maioritariamente, por uma estratégia indireta, para assim concretizarem a expansão da sua área de influência e, conseqüentemente, a sua ideologia.

Mas qual foi o papel dos EUA, em concreto no processo de descolonização de Angola? Com efeito, observa-se que os acontecimentos que obrigam os EUA a pronunciar-se sobre Angola começam em janeiro de 1961, e ainda que não militar, o primeiro apoio fornecido por parte dos EUA no conflito angolano ocorreu, mais precisamente, quando a UPA contactou com representantes do Governo e missionários protestantes dos EUA. O apoio americano passou a manifestar-se no envio de equipamento militar para o Zaire que, posteriormente, faziam chegar aos guerrilheiros da FNLA e da UNITA. Os EUA mostraram, na realidade, ser capazes de afirmar as suas próprias prioridades políticas com respeito às regiões colonizadas (ou ex-colonizadas).

Com base nesta realidade, este trabalho de investigação começa por efetuar um enquadramento histórico-concetual relativo a Angola, no qual serão tratadas, com maior profundidade, as temáticas do período de 1961-1974, Descolonização e Guerra Fria, explicando ainda a importância que a paz detém em Angola. No entanto, o maior enfoque centra-se na explicação da intervenção dos Estados Unidos da América acabariam por deter na emancipação de Angola.

Concluiu-se que os conflitos decorrentes em Angola na década de sessenta foram visivelmente instrumentalizados pelas duas potências, EUA e União Soviética e que o os EUA acabariam por desempenhar um papel determinante, quer durante a guerra civil, quer no processo de descolonização.

Palavras-chave: Relações Internacionais, Descolonização, Angola, Estados Unidos da América, Guerra Fria, II Guerra Mundial, Guerra Civil Angolana.

Abstract

After a long period of four centuries of Portuguese rule, the Angolan independence, finally achieved in November 1975, would come through three key players: The National Liberation Front of Angola (FNLA); the Movement of Liberation of Angola (MPLA) and the National Union for the Total Independence of Angola (UNITA). However, the Cold War would eventually mark the decolonization of Angola, the antagonism between the US and the USSR in Africa were to transform the movement for self-determination of the Angolan people a Proxy War, typical of the bipolarity of the Cold War, which eventually get involved in a conflict based on non-traditional means. The confrontation between these two poles, passed mostly by an indirect strategy, so as to realize the expansion of its area of influence and consequently its ideology.

But what was the role of the US, in particular in the process of decolonization of Angola? Indeed, it is observed that the events that compel the US to rule on Angola beginning in January 1961, and that non-military, the first support provided by the US in the Angolan conflict occurred, more precisely, when the UPA contacted with representatives of the Government and US Protestant missionaries. American support began to manifest in sending military equipment to Zaire which subsequently did reach the guerrillas FNLA and UNITA. The United States showed, in fact, be able to assert their own political priorities with respect to the colonized regions (or ex-colonized).

Based on this fact, this research work begins by making a historical-conceptual framework relating to Angola, which will be treated in greater depth the themes of the period 1961-1974, decolonization and the Cold War, and explains the importance of holds peace in Angola. However, the main focus centers on the intervention of the explanation of the United States would eventually stop the emancipation of Angola.

It was concluded that the conflicts arising in Angola in the sixties were visibly exploited by the two powers, the US and the Soviet Union and that the US would eventually play a key role both during the civil war, whether in the decolonization process.

Keywords: International Relations, Decolonization, Angola, United States, Cold War, World War II, the Angolan Civil War.

Índice

<u>CAPÍTULO I - ENQUADRAMENTO HISTÓRICO-CONCETUAL</u>	<u>7</u>
1.1. BREVE HISTÓRIA DE ANGOLA	9
1.2. PERÍODO 1961-1974	11
1.3. DESCOLONIZAÇÃO, INDEPENDÊNCIA E FRACASSO DA POLÍTICA DE ANGOLA	12
1.3.1. DESCOLONIZAÇÃO	12
1.4. A GUERRA FRIA E AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS	16
1.4.1. GUERRA FRIA COMO CATALISADOR DA DESCOLONIZAÇÃO ANGOLANA	21
1.5. A ARQUITETURA GEOPOLÍTICA AFRICANA ENTRE 1961 E 1974	23
1.5.1. PAZ “PODRE” EM ANGOLA	25
<u>CAPÍTULO II - INTERVENÇÃO AMERICANA EM ANGOLA</u>	<u>28</u>
2.1. POLÍTICA EXTERNA NORTE-AMERICANA	28
2.2. OS EUA E A GUERRA ANTICOLONIAL EM ANGOLA	29
2.3. O CAPITAL AMERICANO, NIXON E A GUERRA DE ANGOLA	36
2.4. INTERVENÇÃO AMERICANA NO PROCESSO DE DESCOLONIZAÇÃO ANGOLANA	37
<u>CAPÍTULO III - A INDEPENDÊNCIA DE ANGOLA</u>	<u>48</u>
3.1. O 25 DE ABRIL E O PROCESSO DE DESCOLONIZAÇÃO DE ANGOLA	51
3.2. GUERRA FRIA, DESCOLONIZAÇÃO E DESPERTARES SOCIAIS E GLOBAIS	52
3.3. ESTABILIDADE DE UM MUNDO BIPOLAR	55
3.4. DESCOLONIZAÇÃO E PAN-ÁFRICANISMO	64
3.4.1. ORGANIZAÇÃO DA UNIDADE AFRICANA	65
3.5. POLÍTICA EXTERNA DE ANGOLA: RECALIBRAÇÕES PRAGMÁTICAS DO PODER	67
<u>CONCLUSÃO</u>	<u>78</u>
<u>BIBLIOGRAFIA & WEBGRAFIA</u>	<u>82</u>

Introdução

A indagação de momentos históricos obedece a uma rigorosa e cuidada análise de todos os atores e elementos que marcaram determinados períodos. Esse é um princípio que deve ser mencionado em qualquer tipo de pesquisa científica que reflita um período da história das Relações Internacionais, a partir da descodificação dos elementos estruturais da dinâmica mundial. Portanto, o entendimento da conjuntura internacional requer a compreensão das estruturas históricas do Sistema Internacional.

Este trabalho aborda o tema “O Papel dos Estados Unidos da América no processo de Descolonização de Angola”. Pela abrangência do tema desta investigação, limita-se a uma análise concetual do processo no âmbito dos interesses dos principais atores, desde logo a relação entre o período da Guerra Fria e as Relações Internacionais e os próprios atores das Relações Internacionais.

A chegada de Portugal a Angola, em meados de 1482, num período, essencialmente, caracterizado pela evangelização e implementação territorial de padrões que simbolizavam a posse de terra, e que acabaria por levar os portugueses, paulatinamente, a espalhar a sua doutrina religiosa. Angola, por seu lado, acabaria por se tornar colónia portuguesa em fevereiro de 1575, devido à chegada de Paulo Dias de Novais, que levou consigo 400 soldados e cerca de 100 famílias de colonos¹.

Após um longo período de quatro séculos de dominação portuguesa, a independência angolana chegaria em 1975, através de três atores fundamentais, nomeadamente, a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA); o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) e a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA). A FNLA, liderada por Holden Roberto, inicialmente entendida como um grupo comum étnico, posteriormente, transferido para um nacionalista-conservador, acabou por tornar-se o grupo eleito dos EUA. Já relativamente ao MPLA, fundado em 1956, liderado por José Eduardo dos Santos, tornar-se-ia no destinatário da ajuda externa cubana e soviética, sob égide da doutrina marxista. Finalmente, quanto ao terceiro e último ator, a UNITA, liderada por Jonas Savimbi, permaneceu no planalto central, e o seu líder, acabou inclusive por mostrar que, além do desejo de ser o presidente de Angola, seriam ideologicamente flexíveis na obtenção dessa mesma posição. Os EUA e a URSS confrontar-se-iam, deste modo, e no Continente Africano com uma *proxy war*², típica do bipolarismo³ da Guerra Fria. As características deste período revelam a rivalidade existente entre os EUA e a URSS, que acabou por se traduzir também num conflito militar, ainda que de forma indireta, rompendo com as características dos

¹ Já no que respeita a Luanda, só em 1606, se tornou cidade, destacando-se Pedro César de Menezes como seu primeiro governador.

² Definição de proxy war – guerra substituição, ou por procuração

³ “O bipolarismo é um modelo de referência em cada conflito concreto, entre dois países, dois espaços ou dois blocos, mas nem significa que seja uma tendência global da comunidade internacional que abriga uma pluralidade de conflitos, nem significa o começo do fim do fim das ideologias”, conforme Adriano. (1997).

conflitos existentes até então. A “*raison d’être*” deste conflito obrigatoriamente ocorrer de forma indireta, adivinha do poderio nuclear que ambas as partes possuíam, o que impossibilitava uma confrontação direta. A transposição desta realidade e rivalidade entre as duas potências consistia numa configuração, onde a “Guerra era impossível, mas a Paz era improvável” nas palavras de Raymond Aron. O enfrentamento entre estes dois polos, passava maioritariamente, por uma estratégia indireta, para assim concretizarem a expansão da sua área de influência e, conseqüentemente, a sua ideologia.

Depois da II Guerra Mundial, assiste-se à queda por parte dos impérios coloniais, e à redefinição do Sistema Internacional pelas duas potências hegemónicas que iniciariam uma nova ordem global a vários níveis: político, cultural, tecnológico e económico.

Estas duas superpotências, que incorporavam ideologias distintas, eram as únicas com capacidade para moldar o Sistema Internacional que então se reconfigurava. Deste modo, os interesses destes Estados, dentro do cenário internacional, eram naturalmente antagónicos, já que ambos procuravam aumentar a sua esfera de influência, ou seja, aumentar o seu poder. Tais características refletiam a aplicação empírica das premissas realistas, enquanto doutrina dominante das Relações Internacionais durante o período da Guerra Fria.

Aproveitando o processo de Descolonização que o continente africano vivia e as conseqüentes lutas pelos nacionalismos, quer a URSS como os EUA, envolveram-se em alguns conflitos nacionais nos países que lhes permitiam alcançar um acréscimo estratégico posicional ou que permitiam um enriquecimento económico, sobretudo através do acesso a matérias-primas, como era o caso de Angola.

Deste modo, a partir do início da década de sessenta, aproveitando o crescente sentimento nacionalista no interior de Angola, acabaram por adotar uma política externa de auxílio a movimentos de libertação que procuravam na esfera internacional e o apoio financeiro e militar que necessitavam para desenvolverem as suas ações. O seu objetivo era conquistar o poder após a independência, acabando, desta forma, por a URSS apoiar o MPLA e os EUA a FNLA e a UNITA. Este apoio iniciou-se, na própria contenda dos nacionalistas angolanos contra a administração portuguesa, que durou treze anos (1961-1974), perdurando após a conquista da independência de 1975, que envolveu Angola numa violenta Guerra Civil até 2002.

Marcado por duas grandes fases, a primeira fase do período de 1961-1974 ocorreria até 15 de março de 1961 e a segunda começaria a partir dessa data e foi, claramente, uma fase mais militar. Nesta segunda fase, sem dúvida, que as ameaças e assassínios por parte de líderes de guerrilha que se afirmavam partidários da UPA⁴ eram bastante constantes, ou pelo menos mais visíveis. Relativamente à UPA, até 1965, era considerada o movimento mais ativo em Angola e, simultaneamente, o mais perigoso para os portugueses. Posto isto, os anos setenta podem caracterizar-se como uma época de enormes avanços soviéticos,

⁴ Segundo Douglas Wheller e René Pélissier, até 1965, era considerada o movimento mais ativo em Angola, e simultaneamente, o mais perigoso para os portugueses, e isto porque, levando a cabo a sua índole nacionalista, efetivou vários confrontos de nível político com o rival MPLA.

essencialmente, baseados num apoio de nível militar direcionado a guerras de nível local, insurgente e revolucionário.

O fim da Guerra Fria tornou possível a remoção de um dos problemas de maior duração que a ONU haveria enfrentado. Foram assinados dois acordos entre o Sul e o Ocidente de África, por sua vez, com o objetivo de estabelecer a paz entre as mesmas áreas⁵. Ainda que não militar, o primeiro apoio fornecido por parte dos EUA no conflito angolano ocorreu quando a UPA⁶ contactou com representantes do Governo e missionários protestantes dos EUA, em 1961. Ora, seria já possível afirmar que duas principais frentes marcariam o desenrolar político-americano em direção a Angola. Destaca-se, por um lado, o apoio político, económico e militar do colonialismo luso e, por outro, o apoio direcionado aos movimentos nacionalistas, cujo objetivo incidira num afastamento do bloco soviético.

O apoio americano passou a manifestar-se no envio de equipamento militar para o Zaire que, posteriormente, faziam chegar aos guerrilheiros da FNLA e da UNITA, pois era o único meio possível que os americanos podiam e queriam fornecer, segundo Moreira de Sá (2011:214). Esta estratégia surgiu como complemento à Operação *IA Feture*, que consistia num apoio económico à FNLA e à UNITA, num valor superior a 32 milhões de dólares, a fim de treinar e equipar guerrilheiros de armamento e, por fim, no recrutamento de mercenários para aconselhamentos de nível militar (Stockwell, 1979: 206).

A partir do momento em que a paz é considerada o “conceito-chave” da Guerra de Angola, é crucial mencionar que o primeiro grande envolvimento da ONU na Manutenção da Paz em Angola estaria relacionado com a retirada das tropas cubanas de Angola.

O processo de consolidação de paz em Angola está, na realidade, a dirigir-se sem grande interferência à comunidade internacional. Nesse sentido, e tendo em consideração a centralizada e autoritária natureza da governação no país, pareceu-nos fundamental analisar algumas dinâmicas locais de diálogo político, desenvolvimento e de promoção de paz à época que se apresentam como visões e práticas de organização social, governação e desenvolvimento, alternativas ao modelo dominante, ainda que a uma escala muito micro. De entre elas, destacam-se dinâmicas locais de governação e desenvolvimento locais, tanto endógenas, como induzidas/promovidas pela ajuda internacional (2007: 5).

Durante os anos do conflito armado, a população angolana foi desenvolvendo uma certa capacidade de lutar e procurar soluções para os seus problemas, quer através de esforços individuais, quer de pequenos grupos ou de outras formas de ação coletiva, procurando resgatar ou recriar formas organizativas e dinâmicas sociais que haviam sido perdidas por influência ou pressão do Estado, das igrejas, do mercado e das ONG. Em suma,

⁵ O primeiro acordo foi assinado entre Cuba, Angola e África do Sul, e conteve um plano para alcançar a independência de Namíbia, ex-colónia alemã do Sudoeste de África, apreendida por parte dos Sul-africanos durante a I Guerra Mundial. Com efeito, previu, ainda, uma força por parte da ONU, a fim de garantir necessárias condições à obtenção de livres e leais eleições. O segundo acordo, por seu lado, previu a retirada de tropas cubanas de Angola. Já relativamente à Guerra Fria e à ONU, trataram-se de grandes contribuições para o sucesso destes dois acordos. Com efeito, a ONU e a Liga das Nações têm apresentado extremas falhas quanto ao desempenho do seu papel na Manutenção de Paz e Segurança Internacional durante a Guerra.

⁶ União dos Povos de Angola

como em Angola a discussão política é restringida aos espaços de “democracia formal”, ainda que não se verifique influência política, as organizações da sociedade civil desempenham uma importante função democrática quando proporcionam aos cidadãos uma esfera independente, fora do controlo do Estado, de associação e participação, onde eles podem manifestar as suas opiniões e prioridades e começam a assumir a sua cidadania, ainda que de forma embrionária (2007: 7).

Até finais da década de setenta, o Estado angolano seria marcado por sucessivas guerras. A UNITA, durante este período, ocupou o lugar da FNLA enquanto principal opositor da Guerra Civil (do Governo do MPLA). Foi, assim, que o MPLA e o Presidente Mobutu, do Zaire, começaram a criar maiores sinergias. Por outro lado, a FNLA acabou por apresentar alguns dos seus quadros integrados, de forma gradual, na sociedade angolana, enquanto auxiliares do Estado de Partido Único de Livre Mercado. Porém, e por outro lado, acabou simultaneamente, por se desintegrar devido a uma força armada estrangeira constituída por milhares de recrutas que, por sua vez, não apresentaria armação e/ou desmobilização formal. Seria com o fim do conflito entre as superpotências no Vietname, que Angola acabou por se tornar no teatro de operações imaterial de uma nova Guerra: entre os EUA e a União Soviética. Os aliados regionais dos EUA continuaram a ser o Zaire e a África do Sul, enquanto o Congo-Brazzaville se aliou à União Soviética⁷.

O controlo imperial português em Angola diminuiria em 1975, acabando por se dar uma eclosão dos combates em muitas províncias do país e, onde os exércitos dos três movimentos de libertação (FNLA, MPLA, UNITA) se preocuparam, essencialmente, em manter a paz de forma conjunta.

Em janeiro desse ano, seria assinado, em Portugal, um Acordo em Alvor pelo poder colonial e pelos três movimentos. Acordo esse que apontava para um Governo de Transição, a elaboração de uma constituição, a realização de eleições livres e o direito a autodeterminação e independência nacional. No entanto, entrou desde cedo em linha de fratura, até porque a transição governamental apresentava um funcionamento, aparentemente débil. Com o apoio da China e dos EUA, recebeu apoio militar por parte do Zaire nos posteriores confrontos da FNLA. Por outro lado, o MPLA alcançava maior território em Luanda, sob Agostinho Neto⁸, apoiado pela União Soviética e pelas tropas cubanas.

Assim, e como ponto de partida para a investigação, consideramos, não o encerramento de uma problemática isoladamente, mas o escrutínio contínuo subjacente a um conjunto de questões que, correspondem à nossa problemática:

- Pode-se considerar o conflito da Guerra Civil Angolana, como um conflito Proxy?
- Que tipo de ajuda foi fornecida pelos EUA aos movimentos nacionalistas?

⁷ Ainda que de forma indireta, o fim desta "Primeira Guerra Angolana", foi causa da interna pressão sentida em Portugal e da crescente insatisfação dos militares portugueses enquanto lutavam contra as guerras coloniais em Moçambique e na Guiné-Bissau.

⁸ Destacar-se-ia por ter assumido a primeira presidência de Angola (de 1975 a 1979) e, ainda, a presidência do MPLA.

- Que tipo de ajuda foi fornecida pelos EUA ao povo angolano no seu processo de Descolonização?
- Podemos afirmar que a Guerra Fria foi o fator gerador do conflito angolano?
- Qual a importância da conquista da paz para Angola?
- Porque os EUA se envolvem em Angola quando já haviam ignorado colónias africanas de Portugal, preferindo a seu lado a NATO e manter, desta forma, uma distância de libertação nacional com os movimentos de Angola?

A metodologia escolhida para o nosso trabalho de investigação, em torno desta problemática plural, assentou no método dedutivo, uma vez que, da revisão da literatura efetuada, se verificou um significativo conhecimento existente na área. A abordagem a realizar será eminentemente teórico-concetual, para a qual se procedeu a uma pesquisa e a uma recolha bibliográfica, nacional e internacional, com base na adequação ao tema e ao problema em estudo. A mais-valia da utilização deste método reside no facto de ser possível tecer, partindo das pesquisas realizadas, novas considerações sobre a problemática em estudo e, com isso poder contribuir para desencadear novas linhas de investigação.

Neste trabalho privilegiar-se-á, essencialmente, a pesquisa de artigos científicos e livros, provenientes de organismos e investigadores que se dedicam à pesquisa, com reconhecida reputação internacional.

Da investigação em torno da problemática resultaram os três capítulos desta dissertação: no primeiro capítulo é elaborado um enquadramento histórico-concetual, pois o processo da construção histórica da sociedade angolana é preterido por correntes de pensamento que influenciam a própria relação dos atores (das Relações Internacionais), envolvendo-os numa realidade de estruturas. Interpretar, portanto, a dinâmica que daí surge, expressa a tentativa de alcançar e identificar a compreensão das estruturas ideológicas que definem a atuação dos atores numa interpretação particular, delimitada pelo lapso temporal e espaço geográfico. Tal empreendimento interpretativo apresenta o intuito de identificar e caracterizar a teoria ideológica predominante e que influência a sociedade seja ela global ou local. Desse modo, no primeiro capítulo, fazemos o enquadramento teórico através de revisão bibliográfica de conceitos como Guerra Fria, ator, Relações Internacionais e Descolonização, que consideramos fundamentais para um melhor entendimento do tema que nos propomos analisar, passando, ainda, de forma detalhada, pelo período de 1961-1974.

No segundo capítulo, que incidirá na intervenção americana em Angola, nomeadamente o apoio que os EUA forneceram ao país no seu processo de Descolonização, inicialmente, abordar-se-á a Política Externa Americana, em seguida a questão dos Estados Unidos e da Guerra Anticolonial em Angola, e ainda, o capital americano, Nixon e a Guerra de Angola e, para finalizar, será então sublinhada, de forma mais detalhada, o quão é essencial a intervenção americana no Processo de Descolonização de Angola.

No terceiro e último capítulo aludir-se-á a questão da independência de Angola. Abordando a temática do 25 de abril e, conseqüentemente, do Processo de Descolonização,

em seguida, prosseguir-se-á com a Guerra Fria, Descolonização e Despertares Sociais e Globais, passando, ainda, por uma detalhada explicação de acerca da estabilidade de Mundo Bipolar. Porém, também a questão pan-africanista e a questão da Organização da Unidade Africana serão tratadas neste último capítulo. Para terminar, abordar-se-á a Política Externa de Angola.

A opção por esta temática refletiu, desde o início do processo de investigação, nos interesses individuais da autora em torno de assuntos de política externa e concomitantemente sobre estudos africanos. Apesar da inúmera bibliografia, por um lado, sobre a Política Externa Norte-americana e, por outro, sobre o processo de Descolonização de Angola, sentimos que a captura das dinâmicas do processo de tomada de decisão em relação a várias questões da agenda Norte-americana entre 1961 e 1974 para Angola revelava-se ainda insuficiente. Acredita-se que o cruzamento de factos históricos do Sistema Internacional com as teorias de política externa continua a apresentar-se como um dos pilares fundamentais para as Relações Internacionais.

Assim, o objetivo desta investigação não consiste exclusivamente na descrição fatural dos acontecimentos, mas, e não os negligenciando, procura encerrar algumas das questões, que se mantêm até aos nossos dias, sobre os reais interesses dos EUA na “libertação” de Angola da tutela portuguesa.

Capítulo I - Enquadramento Histórico- Concetual

Neste primeiro capítulo proceder-se-á a uma análise histórica do período em análise (1961-1974) e inevitavelmente da Guerra Fria, uma vez que a limitação temporal desta investigação se enquadra dentro da bipolaridade do Sistema Internacional. Primeiramente, será possível verificar que o clima internacional seria marcado entre os Estados Unidos da América e a União Soviética pela *détente* nuclear⁹. Acabando por destruir o cenário da política soviética de Nixon e Ford, bem como a adoção de uma estratégia de política externa ofensiva por parte do Kremlin, em Washington, por sua vez, verificou-se o caso Watergate a partir do trauma do Vietname. Guerras sentidas no âmbito da administração Ford, entre eles e o Congresso, os problemas internos dos EUA¹⁰ turvavam alguma clarividência, em material, de política externa para o continente africano.

Em seguida, passar-se-á à importância das Relações Internacionais e, conseqüentemente, ao papel que tiveram na Guerra Fria. Deve sublinhar-se que até à eclosão da I Guerra Mundial, o estudo das Relações Internacionais foi sobretudo feito por historiadores e juristas, e só a partir dessa altura se alteraria.

Conseguido através de notáveis esforços, as Relações Internacionais passariam a ter um campo de estudo específico e autónomo. Os seus objetivos incidem nos limites da sua realidade, bem como em produzir um dispositivo concetual que resulte em análises integradas, as quais, por sua vez, possam permitir ir além das análises parciais produzidas pela Economia Internacional, pelo Direito Internacional, pela História Diplomática e pela Política Internacional, como indica Gonçalves Williams (s.d:1), sendo cada vez maior o seu reconhecimento. Por outras palavras, o grande desafio das Relações Internacionais é assumir a sua multidisciplinaridade (Ibidem, s.d:1).

Segundo Lothar Hein, analisar o período da Guerra Fria é reconsiderar a própria produção teórica no campo das Relações Internacionais e a reformulação dos seus paradigmas. Para este autor:

[N]a União Soviética, o socialismo, se universalmente implantado, permitiria a eliminação das desigualdades sociais e, ao mesmo tempo, estabeleceria condições para a paz universal, pois afinal, países socialistas, não guerreiam entre si. Do outro lado, os países ocidentais, liderados pelos

⁹ Explica o complexo de produção de armas nucleares que o suporta, o direcionamento operacional da doutrina e as decisões e princípios políticos que têm afetado, e na medida definidas, estes elementos da política. Baseia-se num grande corpo de pesquisa sobre a evolução da política de armas nucleares americanas entre 1990-2007 que examinou as demonstrações por decisores políticos e legisladores líderes e relatórios oficiais do Departamento de Defesa, Departamento de Energia, Casa Branca, Departamento de Estado, Comando Estratégico, e o Congresso, juntamente com o exame de alterações relevantes forças nucleares, as armas nucleares complexas produção e decisões políticas. (Bush, p. 3)

¹⁰ Estados Unidos da América

EUA, afirmavam que só a democracia liberal, ao garantir as liberdades fundamentais, asseguravam a mais completa realização dos indivíduos, tanto do ângulo económico como político.

Gelson Jr. Fonseca indica que, a partir de então, nascem zonas de influência nas quais a presença adversária deve ser evitada. E é, neste contexto, que nos surgem algumas designações da Guerra Fria, cuja principal característica incidiu na bipolaridade.

Sendo uma Guerra na qual os atores se abstiveram de recorrer de forma direta às armas, mas ainda assim, utilizaram, uns contra os outros, as mais diversas e violentas formas de mostrar a sua rivalidade, a Guerra Fria, iniciada em 1950 e terminada em 1990 (graças à dissolução da URSS em 1991), rapidamente acabou por se estender por todos os continentes. Deste modo, o continente africano não foi exceção. Enquanto os EUA defendiam um regime político democrático-liberal e uma economia inspirada no modelo capitalista, a URSS defendia um regime socialista de centralismo democrático e uma economia coletivizada e planificada, conforme indica o artigo de Chivinda, publicado em 2009.

Ainda no mesmo artigo, é possível confirmar que, no caso de Angola, a luta pela independência fez sentir-se a partir dos anos sessenta devido ao desencadeamento de três movimentos: MPLA¹¹, FNLA¹² e UNITA¹³. Movimentos esses que, por seu lado, continham a mesma finalidade, ou seja, a conquista da independência de Angola, porém de formas diferentes. Visto Portugal ter sido uma das poucas metrópoles que, após a II Guerra Mundial, continuou a insistir na ideologia colonial e que acabou por levar ao isolamento de Portugal perante a Comunidade Internacional, Angola mostrou ser um dos países africanos a conhecer a sua independência mais tarde.

Após várias tentativas para conseguir a independência, em 1961, o povo angolano decidiu pegar em armas e combater Portugal. Essa Guerra colonial acabaria por ser liderada pelo MPLA. Por outro lado, ainda depois da luta incessante pela independência, os movimentos nacionalistas angolanos travam entre si uma nova luta, a Guerra Civil, na qual disputaram a posse de Luanda. Para isso, no entanto, contaram com o apoio de diversos países, destacando-se sobretudo duas superpotências: os EUA e a União Soviética.

No âmbito das ajudas internacionais, a UNITA pôde contar com o apoio dos EUA, França e África do Sul, enquanto a União Soviética e Cuba ajudaram o MPLA. O MPLA, por sua vez, foi reconhecido por parte das Nações Unidas, como legítimo representante de Angola, assim que passou a deter o controlo luandense. Foi, deste modo, que conseguiu confirmar-se a união entre a UNITA e a FNLA. A UNITA prosseguiu com a sua política de conquista de poder, ainda que contivesse medidas em que nada ajudassem o país, tendo, desta forma, perdido o apoio dos EUA que, por seu lado, começou a apoiar o MPLA. É, ainda, de ressaltar o facto de que a excelência mercantil que Angola representava quanto à venda de armas, bem como a

¹¹ Movimento Popular para a Libertação de Angola

¹² Frente Nacional de Libertação de Angola

¹³ União Nacional para a Independência Total de Angola

sua riqueza natural de petróleo e diamantes, suscitaria peculiar interesse por parte destas potências.

Para findar, é também importante assinalar o facto de que, do ponto de vista político, mostrou ser uma luta tanto a favor como contra o comunismo. E isto, tendo em conta as riquezas do país, tanto que em Cabinda, os americanos que exploravam o petróleo, chegaram inclusive a ser protegidos por guarnições cubanas. É possível concluir que este envolvimento acarretou elevadíssimas consequências que, por sua vez, até hoje acarta. Uma dela foi, por exemplo, o endividamento face a Cuba, seguindo-se a delapidação de riquezas carregadas para Havana. Sem quaisquer tipo de dúvida que a presença cubana foi significativa em Angola.

Assim, os principais conceitos a ter em conta neste primeiro capítulo são a FNLA, o MPLA e a UNITA que, por sua vez, são considerados os principais atores do processo de Descolonização de Angola, e ao mesmo tempo, das relações de Angola com o Exterior, e simultaneamente - os atores das Relações Internacionais -, ou seja, os que lhes deram origem e, conseqüentemente, moldam a política angolana, quer a nível interno, quer a nível externo.

1.1. Breve História de Angola

Conforme relata G. Resende (1973), Portugal chega a Angola em meados de 1482 numa expedição comandada pelo navegador Diogo Cão, território pertencente ao Reino do Congo, onde Nzinga-a-Nkuwu era o mais alto representante daquela região densamente habitada e cuja área de influência se estendia desde o enclave de Cabinda, a Norte, até a atual capital de Angola, a Sul. Na altura, a presença portuguesa foi caracterizada, sobretudo, pela evangelização e pela implementação territorial de padrões que simbolizavam, essencialmente, a posse de terra, sendo os Mani-Kongo os primeiros habitantes a serem convertidos ao cristianismo.

Como indica Agostinho Silva (2014:45), pouco a pouco, os descobridores portugueses, foram espalhando a sua doutrina religiosa, auxiliados pelo sentimento amistoso das populações autóctones que demonstravam uma grande vontade em aprender os costumes e os hábitos que os portugueses levam consigo, até que Angola se tornou colónia portuguesa em fevereiro de 1575, com a chegada de Paulo Dias de Novais, que levou consigo 400 soldados e cerca de 100 famílias de colonos. Luanda só se tornaria cidade em 1605, tendo sido o primeiro governador, Pedro César de Menezes.

César L. Filomena (2008) conta que o principal rival que os portugueses encontraram foi o povo de Matamba, que desenvolveu e encabeçou o Ciclo de Kuango junto a Kassange, pois estes contavam com o privilégio de ser parceiro comercial dos franceses através da rota de Loango, empreendendo um último esforço de resistência sobretudo nos territórios próximos de Luanda, que Portugal só consegue superar quando o domínio português se estende para Leste e Sul.

O ano de 1896 veio dar origem a um novo período de controlo de Portugal em Angola que, após a definitiva ocupação da região do Planalto habitado pelos Ovimbundos, deu origem a um período de consolidação dos domínios portugueses em Angola, com a demarcação definitiva das fronteiras e o completo desmembramento dos reinos existentes no território da colónia, conforme o Centro de Estudos Angolanos (1965:18).

A Revista Eletrónica de Economia da Universidade Estadual de Goiás - UEG (2011) faz referência que, com a implantação de um regime republicano em Portugal, em 1910, o Governo da República liberalizou as relações de trabalho, acabando assim definitivamente com a escravidão em Angola, e a colonização entrou numa nova etapa, iniciando a exploração intensiva de diamantes, mas o desenvolvimento económico só teve início de forma mais significativa em finais da década de 1930, com o início da produção de café, de sisal, de cana do açúcar, de milho e de outros produtos destinados à exportação, tendo-se desenvolvido à exploração dos minérios de ferro. Nestas décadas de 1930 e 1940, o Governo português de Salazar incentivou a emigração dos portugueses para as colónias ultramarinas. Em Angola, o reflexo deste incentivo foi o aumento de população branca de 30. 000 habitantes em 1930 para os 44. 000 em 1940 e de 172. 000 em 1960.

A juntar a este incentivo governamental, a alta dos preços do café a partir de 1945, originou que Portugal criasse incentivos para que os colonos portugueses incrementassem a produção de café, facilitando para isso, o acesso dos colonos às áreas mais produtivas do país que se encontravam na região Norte de Angola. Para conseguir tal objetivo, Portugal retirou os pequenos agricultores africanos daquela região, colocando-os como mão-de-obra à disposição dos grandes latifundiários e das companhias ligadas à produção de café. Como tal medida decorria de forma mais lenta que o previsto, alguns anos mais tarde optou-se por se sobretaxar a agricultura, obrigando assim os pequenos agricultores a abandonarem as suas terras que o próprio Governo da Metrópole havia anteriormente incentivado a ocupar, como nos indica o Centro de Estudos Angolanos (1965).

A burguesia crioula e local, maioritariamente formada por mestiços e negros, foi desta forma, completamente ignorada e subjugada pela política hegemónica da colonização portuguesa, tendo os imigrantes portugueses ocupado os espaços de direção da colónia e de desenvolvimento económico, que antes pertenciam à burguesia crioula e local. Todavia, na década de 1950, com a política governamental que retirou os colonos brancos imigrantes das melhores terras agrícolas, entregues às grandes companhias para a plantação de café, colonos e criolos passaram a convergir opiniões críticas sobre a Metrópole, abrindo caminho ao fortalecimento do sentimento de nação como comunidade politicamente imaginada, e encorpando o antagonismo à política da Metrópole, como demonstra César L. Filomena (2008).

1.2. Período 1961-1974

André K. M. Sebastião (2015: 52) afirma que:

“A data de início da luta contra o colonialismo português não é consensual, embora, para o Governo angolano, a 4 de fevereiro de 1961 - quando um grupo ligado ao MPLA ataca a Casa de Reclusão Militar em Luanda e, prisão onde estavam os presos políticos, similarmente a sede dos CTT e a Emissora Nacional de Angola - seja o dia oficial do início da Luta Armada de Libertação Nacional.”

Assim, este período foi marcado por duas grandes fases. A primeira ocorreu até 15 de março de 1961 e a segunda começou a partir dessa data e foi, claramente, uma fase mais militar. Aquando dessa data, a população vivia sob um clima entre duas linhas de fogo e repressão cega por parte dos colonos e, por outro lado, eram visíveis as ameaças e assassinios por parte de líderes de guerrilha que se afirmavam partidários da UPA¹⁴ (2011: 286).

A luta armada efetivada por parte dos vários movimentos nacionalistas nos anos seguintes acabaria por aumentar a insistência do regime salazarista em manter Portugal uno. Deste modo, não aceitava qualquer tipo de Descolonização, e impedia, ainda, o surgimento de qualquer solução diplomática. Acabou, assim, por concluir-se, ao longo do tempo, que o final do conflito passava pela política e não pelo combate e, desta forma, começariam a nascer novas ideias em Portugal, a fim de resolver a situação. Como exemplo disso, destaca-se a publicação do livro “Portugal e o Futuro”, em fevereiro de 1974, pelo General António Spínola.

No livro “Portugal e o Futuro” é possível constatar um reconhecimento de que a colonização se encontrava num beco sem saída, e em seguida uma defesa da solução política em causa. Nesta sequência, o MFA¹⁵ lança também um documento, no qual reconhece a solução política para o problema ultramarino, ter como incontornável destino, a realidade incontroversa e irreversível da fundada aspiração dos países africanos a se autogovernarem, conforme António Pinto (2001:28). Este problema inicia com um artigo de Jamie Miller, de 2004, no qual alude à decisão da África do Sul em se tornar profundamente envolvida na Guerra Civil que, em 1975, eclodiu em Angola.

Por outro lado, ainda no livro “Portugal e o Futuro”, de Jonas Miller, é também possível confirmar que o conflito se tratou de um fim presencial colonial português em Angola, ou seja, do produto de Descolonização. E, uma vez ter-se agravado devido à Guerra Fria, acabou ainda por estimular os EUA e o bloco soviético a armar lados opostos. Foi a partir

¹⁴ Segundo Douglas Wheller e René Pélissier, até 1965, era considerada o movimento mais ativo em Angola, e simultaneamente, o mais perigoso para os portugueses, e isto porque, levando a cabo a sua índole nacionalista, efetivou vários confrontos de nível político com o rival MPLA.

¹⁵ Movimento das Forças Armadas

da análise de estudos anteriores que, por sua vez, no entanto, foi possível concluir o papel dos atores externos na Guerra Civil Angolana. Ou seja, uma vez que estes mesmos atores se focaram, de forma particular, nas duas superpotências e Cuba, o autor decide explorar o como e o porquê de a África do Sul ter intervindo em Angola. Deste modo, enfatizando a pressão exercida pelas forças Sul-africanas de defesa e o Ministro da Defesa, Miller acaba por considerar a Guerra Fria e as circunstâncias locais em Angola formas políticas Sul-africanas.

Estabelecida em 1961, a Descolonização do Comité rapidamente se tornou no principal corpo sobre questões referidas aos territórios não-autónomos. Deste modo, tal como já foi possível confirmar, Portugal era um alvo inevitável a atingir. Assim, em 1955, momento em que foi aceite como membro da ONU, o Secretário-Geral questionou-se acerca do facto de o Governo português ter obtido territórios que possam ser qualificados como não autogovernados e/ou “non-self-governing”. Porém, a resposta portuguesa foi negativa, até porque, de acordo com a sua constituição revisada de 1951, os territórios não autónomos eram províncias ultramarinas.

1.3. Descolonização, Independência e Fracasso da Política de Angola

1.3.1. Descolonização

“Descolonização” é o processo pelo qual os grandes impérios europeus foram desmantelados no final da II Guerra Mundial. Nas últimas décadas do século XIX, vastas regiões da Ásia, África, Médio Oriente e Sul do Pacífico foram conquistadas e anexadas por potências ocidentais. Entre 1947 e 1976, esses impérios foram liquidados abruptamente, de maneira que haviam sido apreendidos, e esse processo culminou com a criação de dezenas de nações independentes.

As origens da Descolonização mentiriam nos movimentos nacionalistas que se desenvolveram em muitas colónias europeias durante os finais do século XIX e inícios do século XX. Antes do novo imperialismo de décadas finais do século XIX já teriam cumprido a sua tarefa. Os movimentos tinham já, naturalmente, desenvolvido nas suas colónias mais antigas, o que iria lançar as bases à garantia da sua independência.

No entanto, a II Guerra Mundial seria um momento crítico na história colonial africana, período esse caracterizado por eventos fundamentalmente afetados pelas relações existentes entre colónias africanas e pelos seus mestres europeus.

Na África anglófona, Partidos de massas liderados por líderes carismáticos em oposição ao regime colonial eram mais comuns. O calendário de movimentos nacionalistas africanos resultou, em parte, de um esforço consciente por nacionalistas para aproveitar as oportunidades decorrentes do clima político internacional instável depois da Guerra. Ao mesmo tempo, os governos das potências coloniais europeias passaram a ser controlados por mais elites anticoloniais liberais, administradores e missionários coloniais.

França foi confrontada com crescentes pressões pela independência nas suas colônias na Indochina e no Norte de África. A Grã-Bretanha estava igualmente contestada no Médio Oriente e no subcontinente indiano. A Bélgica foi atormentada pela turbulência política interna, envolvendo liberais e conservadores, clérigos e anticlerigos. O status do Congo Belga foi, portanto, o tema central nessas disputas.

Em suma, em toda a Europa, o clima no imediato Pós-guerra que diz respeito ao colonial experimento, foi de pura reflexão e dúvida. O nacionalismo africano e a independência política, e a presença ou ausência de colonos europeus em colônias africanas, em muito influenciou a taxa e o padrão de Descolonização, independentemente de quem fosse a potência colonizadora.

A Gold Coast, ou Gana, uma vez que acabou por ser nomeado, foi a primeira colônia na África subsaariana, a fim de garantir a independência política da Grã-Bretanha. O líder do movimento de independência do Gana, Kwame Nkrumah, voltou a casa em 1947, depois de completar a sua educação nos EUA, e imediatamente se tornou politicamente ativo. A convite dos mais velhos, nacionalistas menos instruídas, tornou-se o secretário da UGCC¹⁶ que tinha como responsabilidade, essencialmente, atividades organizacionais que visam garantir a autonomia interna para os africanos e, eventualmente, a independência.

Recusando-se a moderar a sua abordagem para lidar com as autoridades coloniais, foi forçado a formar o seu próprio partido político progressista, o CPP¹⁷, com o lema "Self-Government Now!". O CPP acabou por utilizar isso como uma oportunidade e denominou-se como o mais legítimo representante das esperanças e aspirações do povo do Gana. Nkrumah tornou-se uma figura carismática, enriquecendo a sua reputação como o "Pai do Nacionalismo Africano" cada vez que ele foi preso. Foi, finalmente, em 1957, que Gold Coast, ou Gana, se tornou então no primeiro país da África subsaariana a conquistar, por fim, a independência do domínio colonial europeu e a independência política da Grã-Bretanha.

Durante os próximos trinta e cinco anos, o número de Estados africanos independentes continuou a crescer, até que, com o desmantelamento do apartheid na África do Sul, toda a região se encontrava sob o domínio político negro. Após o surto inicial dos movimentos de independência, o que na maioria dos casos levou a uma transição organizada, a luta pela independência tendeu a ser prolongada e violenta. Por exemplo, as ex-colônias portuguesas de Angola, Moçambique e Guiné-Bissau, alcançaram a sua independência somente após mais de uma década de luta armada. O mesmo foi o caso da Namíbia e Zimbábue, onde colonos brancos resistiram ferozmente à noção da regra de maioria negra, antes de, finalmente, concordar com uma independência negociada.

Uma Guerra de Libertação Nacional foi também travada na EPLF²⁰ contra o que a Frente reivindicara de ser vizinha da negação do direito dos povos da Eritreia²¹ da Etiópia

¹⁶ United Gold Coast Convention

¹⁷ Partido de Convenção Popular

²⁰ Eritreia pela Libertação do Povo da Eritreia Frente

²¹ Em maio de 1993, a Eritreia tornou-se independente, e um ano depois, a África do Sul veio sob a regra da maioria.

para a autodeterminação, e não contra o colonialismo europeu, na sequência da morte do domínio colonial italiano do país.

Quando a maioria dos Estados africanos alcançaram a sua independência durante a década de 1950 e início dos anos 1960, verificaram-se grandes expectativas para um futuro brilhante. Supunha-se que iriam desenvolver-se rapidamente, com a ajuda dos países mais industrializados, e participar totalmente na comunidade mundial. A pobreza e o subdesenvolvimento seriam, assim, eliminados, e a taxa de crescimento da população e a incidência da doença seriam reduzidas a benefícios da educação, e a água potável e bons cuidados de saúde seriam colocados à disposição de cada cidadão africano. Embora formal, o colonialismo político terminou, porém isso não aconteceu completamente. Na verdade, ele foi simplesmente transformado em neocolonialismo, ou seja, em colonialismo de uma forma diferente. Ao invés de interesses europeus controlarem os africanos diretamente, eles chegaram a fazê-lo indiretamente, principalmente através das relações económicas.

Na era do Pós-guerra, a Grã-Bretanha optou por apoiar os nacionalistas que concordaram em proteger os direitos dos brancos e deixar que o capitalismo neocolonial fruisse das suas raízes. Nestes termos, o Quênia alcançou, finalmente, a independência, a 12 de dezembro de 1963, com Jomo Kenyatta como Primeiro-ministro. Por sua vez, também a Rodésia do Sul (Zimbábue) era composta por uma população de colonos de tamanho considerável, mas foi muito mais enraizada e as suas atividades económicas apresentavam maior variedade. Esta força relativa foi traduzida em ação quando o Governo se baseou em colono da Rodésia, sob a liderança de Ian Smith, emitido numa declaração unilateral de independência do domínio britânico, em 1965.

Posteriormente, foram impostas sanções internacionais pela Grã-Bretanha ao país. Num esforço, cujo objetivo incidia, essencialmente, em forçar o regime rebelde para permitir a completa participação africana no Governo e na política, foi também possível averiguar países como os EUA e as Nações Unidas. A ZANU²² e a ZAPU²³ lançaram uma Guerra de Libertação Nacional contra o Governo de minoria branca, e por mais de uma década, tentaram baixá-lo através de guerrilha. Ao longo dos anos, a combinação de sanções económicas internacionais, pressão política e ação militar africana, causou uma deterioração da solidariedade rodesiana branca. À medida que a Guerra se arrastava no final de 1970, a comunidade britânica mostrou capacidades para mediar uma solução negociada que acabou por resultar na eleição de Robert Mugabe como Primeiro-ministro do Zimbábue, em 1980.

Desde as colónias que foram concebidas enquanto províncias de Portugal, logo seria impensável a sua libertação. Portanto, esta foi a razão que acabou por levar os movimentos de libertação de Angola a iniciar a luta armada em 1961, a ser seguido por movimentos semelhantes na Guiné-Bissau e em Moçambique. Havia grande expectativa entre os observadores de que estes novos Estados africanos iriam simplesmente tomar as melhores instituições de democracias ocidentais e usá-las para formar modelos eficientes, eficazes e

²² União Zimbábue Nacional Africana

²³ Africana União Zimbábue Popular

equitativos para as suas próprias sociedades. Logo, porém, ficou claro que não era tão fácil como parecia incluir estas instituições e padrões de comportamento em África.

Nos anos 1970 e 1980, os Estados africanos estavam envolvidos numa luta constante, não só para desenvolver as suas sociedades, mas também para manter a integridade territorial do Estado e para gerir ou controlar o conflito político. Em busca de África, para atingir estes objetivos, a ideologia surgiu como um instrumento comum para manipular o comportamento político, bem como para organizar a sociedade. Inicialmente, a tendência foi na direção de alguma variedade do "socialismo africano". O conteúdo destas ideologias variou de um Estado para o outro, mas todos poderiam ser melhor vistos como estratégias para se afastar da exploração estrangeira da era colonial e para elementos igualitários comuns do passado Pré-colonial africano.

Neste período de três formas ideológicas principais, predomina o socialismo populista, o capitalismo e o afro-marxismo. O socialismo populista foi baseado na suposição de que as pessoas, num determinado país, compartilharam tradições históricas e culturais comuns. A sociedade africana Pré-colonial foi retratada como tendo sido comunal igualitária e caracterizada pela cooperação e reciprocidade entre os seus membros. Outro elemento importante nesta perspectiva foi o seu tom radical. Por exemplo, o socialismo Ujamaa da Tanzânia, o exemplo por excelência do socialismo populista, a proclamada Guerra contra a pobreza, o capitalismo desenfreado, e o neocolonialismo. A Tanzânia foi, ainda, declarada a ser comprometida com os princípios da autosuficiência e do não alinhamento. Julius Nyerere, o arquiteto do Ujamaa socialismo, proclamou:

" A escolha de novas nações se encontra efectivamente entre socialismo e capitalismo ... ainda tendo dito isso ... não há nenhuma escolha real A nossa pobreza presente e deficiências a nível nacional fazer socialismo a única opção real para nós. "Significativamente, o socialismo populista não parecia a Marx ou Lenin para orientação e uma estrutura socialista, mas para algum passado Africano mitificado."

O objetivo do Estado era fornecer os diferentes grupos na sociedade com um comum foco para a unidade, independência e cooperação. O capitalismo africano do período foi uma ideologia menos explícita do que o socialismo populista ou afro-marxismo. Observou-se, principalmente, ao nível da política económica do Governo. Estados capitalistas africanos tentaram alcançar o desenvolvimento, usando o "neocolonialismo como estratégia de desenvolvimento." Em 1972, por exemplo, o Presidente do Quênia, Jomo Kenyatta, argumentou:

"Se nos respeitamos a nós mesmos e nossa uhuru (Independência), o investimento estrangeiro vai derramar dentro e vamos prosperar.
"Considerando que os regimes populistas de desenvolvimento melhor

perseguidos de baixo para cima vistos, regimes capitalistas escolheram o caminho oposto. O capital estrangeiro e tecnologia foram usadas para promover tanto a industrialização como a agricultura em grande escala.”

Com o fim da Guerra Fria, os ex-patronos desfazem-se de África, e no processo africano, deteta-se uma ameaça de marginalização, o que acaba por forçar os líderes africanos, a fim de começar a reexaminar criticamente o seu papel na criação da situação africana atual e considerar maneiras de encontrar soluções africanas para os problemas africanos. Nesse sentido, em 1991, no Fórum Africano de Liderança, da OUA²⁴, e na Comissão Económica das Nações Unidas para a África co-patrocinado, ocorreu uma conferência histórica em Kampala, Uganda, para discutir os problemas do continente. Os quinhentos conferencistas concordaram que, para que a democracia tenha uma hipótese real, os líderes africanos teriam de concluir que, apesar dos seus países serem soberanos, eles são também interdependentes. A conferência deixou claro que a negação dos direitos democráticos e dos direitos humanos fundamentais, bem como a ênfase por parte dos governos africanos sobre a opressão e a militarização, muito contribuiu para a insegurança em África.

1.4. A Guerra Fria e as Relações Internacionais

As Relações Internacionais conquistaram a sua importância e reconhecimento apenas no século XX. Até à eclosão da I Guerra Mundial, o estudo das Relações Internacionais foi sobretudo feito por historiadores e juristas, e só a partir dessa altura o panorama se alteraria, como já tivemos oportunidade de sublinhar.

Focando-se então na explicação do Sistema Internacional e dos fenómenos que, de alguma forma, condicionam o exercício da política mundial, as Relações Internacionais têm-se exprimido através de um conjunto de teorias que visam entender todas as atividades que se desencadeiam no espaço internacional, sendo esta ideia partilhada por Andressa M. Santos (2012), onde indica que as teorias das Relações Internacionais têm como finalidade elaborar métodos e conceitos, de modo a facilitar o entendimento da natureza e do funcionamento do Sistema Internacional, bem como estudar os fenómenos, atores e acontecimentos importantes que moldam a política mundial.

Como mostra L. Lothar Hein (2008:1), analisar o período da Guerra Fria é reconsiderar a própria produção teórica no campo das Relações Internacionais e a reformulação dos seus paradigmas. A reflexão teórica das Relações Internacionais, após a II Guerra Mundial, procurou justificar a conduta de contenção (containment doctrine)²⁶. Após o culminar dessa

²⁴ Organização da Unidade Africana

²⁶ A doutrina de containment ou contenção é conhecida como sendo uma política dos Estados Unidos da América depois de 1947 que, por seu lado, manteve-se também durante o período de Guerra Fria. Utilizadora de estratégias de nível militar, económico, e diplomático, apresentou como principais objetivos terminar com a propagação comunista, aumentar a segurança americana e a influência exterior, e evitar um “efeito dominó”. Deste modo, pode confirmar-se, portanto, que o seu inspirador, George Kennan, visava portanto a contenção do comunismo nos

Guerra, o meio para tornar legítimo o enfrentamento, passou por torná-lo universal, fazendo da própria natureza das Relações Internacionais, um confronto inevitável entre as potências e o único meio de atingir a estabilidade.

A noção de Guerra Fria iria ser moldada pelas próprias forças em conflito. O discurso nessa época foi articulado de forma a legitimar as opções, atitudes e mecanismos que foram criados e articulados em nome de um argumento. Nada se fez sem explicitação de objetivos. Este seria um conflito que iria moldar o Sistema Internacional e que assentaria nas relações entre o Estado e a sua estrutura de poder e cooperação, criando, dessa forma, novas linhas mestras, originando uma nova produção intelectual no campo das Relações Internacionais (Ibidem: 6).

Este novo panorama político internacional assentou na característica bipolar do Sistema Internacional. As características deste período revelam a rivalidade existente entre os EUA e a União Soviética, duas superpotências num conflito que se caracterizaria pelo combate com recursos a meios não tradicionais. O resultado deste ambiente é que o entendimento da Guerra Fria não pode ser fixado, uma vez que o universo concetual de onde eram emanadas todas as condicionantes de tal conflito se tornou muito maior do que é possível definir, conforme indica o artigo de Luiz Fernando Horta (s.d:60).

O grande marco do Sistema Internacional neste período foi, sem dúvida, a bipolaridade, a qual determinaria a estrutura que imprimiu os padrões elementares de relação entre os Estados. Para L. Lothar Hein (2008:16), nos sistemas bipolares, a tendência existente é o facto de as nações se agregarem em blocos rígidos. Para este autor, os blocos de poder, embora não podendo possuir uma estrutura formal, baseiam-se numa ordem de facto e estabilidade, por sua vez uma componente importante de poder para as superpotências que advém da rigidez nos papéis dos vários membros, criando dessa forma um conjunto de expetativas não frustradas.

Gelson Jr. Fonseca (1995:130) enfatiza a dinâmica da ideologia do Sistema Internacional durante a Guerra Fria. No plano internacional existiam claramente dois países hegemónicos, os EUA e a União Soviética, que tinham superioridade ao nível do poder face à dos demais atores da esfera internacional. O que estes dois países tinham de diferente aos demais era uma enorme capacidade de destruição dada pelos seus arsenais nucleares, o que os tornava inexpugnáveis a ameaças militares externas e, simultaneamente, temidos pelos países sem essa capacidade bélica.

A corrida armamentista seria tão intensa que a acumulação de armamentos originou uma situação paradoxal. Se, por um lado, a capacidade de destruição aumentava a um ponto tal que ultrapassa, em muito, as necessidades de segurança no seu restrito sentido, por outro, se utilizados, levariam, não à intimidação ou destruição do adversário, mas à destruição da vida na Terra. (Fonseca, 1995:132).

limites não existentes, o que poderia ser conseguido a partir de meios militares, como ocorreu na Coreia e no Vietname, ou através de uma política de apoio técnico, financeiro aos países não comunistas, tal como veio a ser efetivado na Europa através do Plano Marshall. Alterou-se a partir de 1952 devido à subida de de Eisenhower à presidência, relativamente às ideias do seu secretário de Estado, John Fuster Dulles.

Como indica P.T. James (2009), a corrida armamentista servia de garantia face ao dilema de segurança²⁷, pois quanto maior o poderio bélico do país, maior será teoricamente a sua vantagem. Contudo, como ambas as potências possuíam armas nucleares e a extermínio de ambas poderia estar em causa ao usá-las, acabou por proporcionar uma situação de equilíbrio, em razão da capacidade destrutiva de ambas as potências (Rodrigo F.M.: 2007). Esta vantagem era também acrescida de um uso deliberado de recursos económicos e tecnológicos que forneciam vantagens estratégicas.

Por outro lado, e segundo R. M. J. Afonso (2006), estes foram, sem dúvida, os únicos Estados com condições para disputar o poder no mundo, que então se recompunha. Os EUA, por seu lado, não sofreram no seu território a devastação provocada pela Guerra, e as suas perdas humanas foram menores se comparadas com outros países beligerantes. Para reforçar, a sua economia saiu fortalecida da grande Guerra e ainda detinha praticamente o monopólio da força atómica, que acabou por torná-los a potência hegemónica dos interesses capitalistas.

Por outro lado, a União Soviética, não obstante o grande número de perdas humanas e a devastação em parte do seu território, além dos EUA, era o único país que detinha condições para se afirmar no panorama mundial, sobretudo devido às grandes potencialidades naturais do país.

Outra característica que potencializava o poder destes dois países surgia do facto de que ambos eram portadores de uma mensagem universal que se consubstancia por uma determinada visão de como se deveria organizar o mundo e os regimes políticos e económicos das nações. Como relata Gelson Jr. Fonseca (1995:131):

“Na União Soviética, o socialismo, se universalmente implantado, permitiria a eliminação das desigualdades sociais e, ao mesmo tempo, estabeleceria condições para a paz universal, pois afinal, países socialistas, não guerreiam entre si. Do outro lado, os países ocidentais, liderados pelos EUA, afirmavam que só a democracia liberal, ao garantir as liberdades fundamentais, asseguravam a mais completa realização dos indivíduos, tanto do ângulo económico como político.”

Desta soma de elementos, militares e ideológicos, brota o meio privilegiado de exercício hegemónico por parte das superpotências e a conseqüente formação das alianças ou blocos. Desta forma, nascem as zonas de influência, em que a presença do adversário deve ser evitada terminantemente, como menciona Gelson Jr. Fonseca (1995:131).

²⁷ Estados responsáveis pela sua própria segurança e, num sistema anárquico como o das Relações Internacionais, no qual se corre um inumano risco de ataque, procuram mais poder, inclusive bélico. No entanto, ao fazer isso, os Estados fazem com que outros mesmos Estados se sintam inseguros e, conseqüentemente, se procurem armar. Desta forma, com todos se procurando sempre para o pior, o sistema acaba por entrar num círculo vicioso, no qual as perspectivas de uma Guerra só crescem. Por outras palavras, ao buscar segurança, os Estados acabam mesmo é por aumentar a própria insegurança. Perante um catastrófico cenário, a cooperação é, provavelmente, um comportamento que oferece maior segurança e estabilidade do que propriamente o investimento em armas. (26-01-2015)

Surgem-nos, assim, algumas designações da Guerra Fria como a que encontramos no supletivo, que indica, durante a Guerra Fria não ter existido um confronto direto e ter-se tratado de uma Guerra não declarada, cuja principal característica ter incidido na bipolaridade. A Guerra realizava-se num plano não terreno, através da apresentação de progressos científicos e tecnológicos, baseados na corrida espacial e armamentista, onde o conflito nuclear assombrava e amedrontava o mundo. Deste modo, o conflito foi marcado, recorrendo a três grandes instrumentos: Corrida Armamentista, Paz Armada e Guerra da Procuração ou Guerras Substitutas.

Com o término da II Guerra Mundial, foi possível confirmar uma queda dos impérios coloniais, por sua vez duas grandes potências que se originavam deixando o mundo com uma nova ordem a vários níveis: político, cultural, tecnológico e económico. Dessas mesmas duas potências destacar-se-iam os EUA e a União Soviética, resultando da mesma ordem, a grande Guerra de 1939-1945, ou seja, a Guerra Fria.

Apresentado uma vertente mais capitalista e/ou comunista, os EUA mostravam, desde cedo, elevada oposição relativamente à URSS que, por seu lado, defendia uma ideia socialista. Deste modo, é possível confirmar que apresentavam ideias contrárias quanto à reconstrução de um equilíbrio de nível mundial e, como tal, acabou inclusive por originar-se uma enorme rivalidade entre ambos. O mundo ficou, portanto, dividido entre duas ideologias durante o período de Guerra Fria: socialismo e capitalismo. Seguiu-se um longo período, de aproximadamente cinco décadas de disputas, onde surgiram bélicas e nucleares tecnologias, atormentando a vida da população mundial e um conflito Leste-oeste.

Acreditava-se, na verdade, que a Guerra Fria se originou após um discurso de 1947, feito pelo presidente Harry Truman ao congresso estadunidense e que deixava clara a intenção dos EUA quanto ao seu apoio financeiro aos países ameaçados pelo sistema socialista, forma essa de bloquear o avanço da União Soviética. Tal declaração ficaria conhecida por Doutrina Truman. (Truman: 2012).

Durante a Guerra Fria não ocorreram confrontos diretos, até porque se trataria de uma Guerra não declarada, e teve como principal característica a bipolaridade, seguindo-se a competição de duas superpotências que demonstraram forças e superioridade até finais da década de 1980. O país apresentava superioridade através de progressos científicos e tecnológicos, baseados na corrida espacial e armamentista. No entanto, a ameaça de um conflito nuclear acabava por ser um inevitável medo verificado a nível mundial na época. Com essa situação, onde as duas superpotências, capitalista e socialista, almejavam o domínio territorial, acabaram mesmo por participar de guerras regionais que, por seu lado, marcaram a história mundial.

As disputas, porém, prosseguiram e, desta vez, invadiram o campo desportivo. Os dois países lutaram mesmo, de forma, a ver quem mais medalhas de ouro conseguiam alcançar. E, como se não bastasse, seguiu-se também, no final da II Guerra, uma invasão à Alemanha. O país alemão, além de ter sido separado da Áustria, foi ainda, dividido em dois países: Alemanha Ocidental (ou República Federal da Alemanha) e Alemanha Oriental (República

Democrática Alemã). A Alemanha Ocidental defendia o capitalismo, enquanto a Oriental era já governada por comunistas.

A antiga capital, Berlim, localizada no interior da Alemanha Oriental, também ficou dividida em dois: Berlim Oriental (tornou-se a capital da RDA²⁸) e Berlim Ocidental (tornou-se uma ilha capitalista cercada de socialismo). A disputa continuava. Os EUA resolveram ajudar Berlim Ocidental a se reerguer e, para isso, investiram milhões de dólares na reconstrução da cidade, porém enquanto Berlim Ocidental se reerguia rapidamente, Berlim Oriental não apresentava o mesmo progresso, como mencionado no geográfico artigo de Conceição, publicado em 2010.

Berlim Ocidental (organizada e em processo de reconstrução) representava o capitalismo dentro de uma Alemanha socialista. Foi então que, em 1948, Stálin, dirigente da URSS, ordenou que as comunicações entre a RFA²⁹ e Berlim Ocidental fossem cortadas. Em consequência, verificou-se uma emigração de pessoas bastante qualificadas para Berlim Ocidental, e com isso, Berlim Oriental ficava abandonada. Claro que o Governo da RDA mostrou certo descontentamento e, em 1961, ordenou a construção de um muro, isolando Berlim Ocidental do restante da Alemanha. Era o Muro de Berlim, por sua vez, considerado um dos maiores símbolos da Guerra Fria.

As décadas de 1950 e 1960 foram marcadas por momentos de tensão e intolerância. Os dois sistemas (capitalista e socialista) eram vistos da forma mais negativa possível. Ainda que ambos fossem possuidores de armas nucleares, um facto é que estavam cientes de que uma Guerra, naquela altura, poderia destruir o mundo. Logo, tentavam influenciar a humanidade e tentariam, com isto, tomar o maior cuidado possível, de forma a não provocar uma Guerra Nuclear Internacional. Posto isto, a tensão verificada até então começou a dar indícios de diminuição.

Ainda nos anos sessenta, os EUA e a URSS viveram a época da coexistência pacífica, ou seja, fizeram a política da boa vizinhança. Na década seguinte, porém, Nixon e o dirigente soviético Brejnev, iniciaram uma distensão mundial, assinando acordos para diminuir a corrida armamentista e selaram esse acordo com um encontro simbólico no espaço entre as naves americanas e soviéticas (1975), como mencionado no artigo geográfico de Conceição, em 2010.

Os dois protagonistas desta luta, que com o tempo iria consumir o mundo inteiro, foram a União Soviética e os EUA. Até ao final da II Guerra Mundial, cada poder tinha eclipsado as ex-grandes potências da Europa. Este último tinha, inclusive, dominado a política internacional durante grande parte do início do período moderno (aproximadamente depois de 1500), mas tinha sido substituída pelas duas potências, flanqueando da era-União Soviética pré-II Guerra Mundial e os EUA, entre outras razões, até porque as suas bases materiais foram devastadas e o seu poder militar foi esgotado em 1945. Até então, as antigas potências, estavam flanqueando em entidades políticas dotadas com a capacidade de projetar o seu

²⁸ República Democrática Alemã

²⁹ República Federal da Alemanha

poder a nível global. O fim da II Guerra Mundial agiu, portanto, como divisor de águas críticas entre o prevalecente *modus operandi* bellum antes no Sistema Internacional e a nova ordem de uma incipiente Guerra Fria. (Wenger and Zimmerman, 2003: 3-4).

A lógica da Guerra Fria deu à luz o mundo bipolar, um Sistema Internacional no qual as novas superpotências haviam mantido um equilíbrio nuclear precário. No rescaldo da II Guerra Mundial, a Guerra Fria estava centrada, primeiramente, na Europa. Em apenas uma década, no entanto, tornou-se na característica definidora do Sistema Internacional. Já na segunda década do conflito (aproximadamente 1955-1965), levou o mundo à beira da destruição total, mas um passo significativo em direção ao relaxamento das relações entre as superpotências foi alcançado mais tarde. (Ibidem: 4).

Segundo nos indica o artigo de Conceição, de nível geográfico, a Guerra Fria terminou por completo com a ruína do mundo socialista, pois a URSS estava destruída economicamente devido aos gastos com armamentos, mas também com a queda do Muro de Berlim, a 9 de novembro de 1989. (Conceição, 2010).

1.4.1. Guerra Fria como catalisador da Descolonização Angolana

“Descolonização” significava, para muitos países, uma cedência de independência colonial. Deste modo, ainda que a II Guerra Mundial possa ter sido vista sob uma atenção primária, a mesma poderia levar a um eventual fim imperial, e é também possível confirmar que, alguns desses mesmos países, foram algumas das razões de maior importância a apresentar-se perante a Descolonização. Porém, por outro lado, é também possível confirmar que, tal como grande parte dos impérios europeus foram afetados pela Guerra, também a opinião pública e a pressão externa, particularmente por parte dos EUA, acabaram por se apresentar como importantes fatores relativamente às decisões apresentadas. (Jervis: 2005).

Dos impérios europeus para este processo de investigação, os destacados são o britânico, o francês e, por último, o português. O império britânico e o império francês foram dois dos maiores impérios do século XX, tendo-se verificado o seu processo de Descolonização, essencialmente, em torno de discussões que sempre acabaram por tornar-se satisfatórias. O processo de Descolonização do império português foi, por sua vez, um dos mais violentos e iniciou-se apenas em meados de 1970, o que foi já considerada uma época relativamente tardia. Deste modo, ainda que a II Guerra Mundial tenha sido um dos seus fatores, a perda de soldados durante a Guerra Colonial acabou por apresentar maior relevância.

Seria provável a presença de tumulto, e também em Angola, foi verificada uma considerável taxa de violência. Inclusive, um membro do movimento de libertação do país declarou: “Os portugueses governaram-nos como ditadores por muito tempo, portanto este é o nosso retorno.” Declaração esta que acaba também por mostrar o quão enorme era a vontade do povo angolano relativamente à conquista por uma total independência. Porém, o fator desencadeador dessa mesma vontade surgiu, finalmente, em 1975. Altura essa em que o Império Português acabaria por sofrer baixíssimas recaídas e, eventualmente, admitir o seu

império. Posto isto, o comissário de Angola declarou a existência de "milhares e milhares de causalidades."

A Guerra continuou, assim, por quase mais quinze anos, acabando, desta forma, por ser atribuída uma maior importância à violência. No entanto, ainda que a II Guerra Mundial tenha sido uma primordial consequência da Descolonização, um facto é que, foram, por vezes, verificadas razões de maior importância. Com efeito, é também importante realçar o facto de que os EUA não encaravam a Descolonização da forma mais positiva, quer em Angola, quer em todo o restante continente africano, e isto devia-se, essencialmente, à complexidade e dificuldade que a mesma lhes apresentava.

Os EUA começariam a resolver a "escolha embaraçosa" identificada anteriormente, grande parte em favor de princípio político. Porém, tal mudança não durou muito, visto até 1963, a política americana ter começado a reverter-se para a abordagem tradicional. Por exemplo, não são mais suportadas resoluções da ONU para a autodeterminação, tendo-se distanciado, deste modo, Roberto e Mondlane. (Ibidem: 56). Dean Rusk, Secretário de Estado de Kennedy, observou nas suas memórias que "África não estava no topo da minha lista de prioridades." (Ibidem: 56).

A Administração de Nixon concentrou-se, de tal forma, na superpotência de desanuviamento, que os "problemas de Portugal e África não atraíram praticamente nenhuma atenção." Africanistas, no âmbito da Administração Kennedy, perderam gradualmente a sua influência para o Pentágono e europeístas no Departamento de Estado como a política americana deslocada entre 1961-1963. A maioria teria deixado o Governo em 1967 (Ibidem: 56). No entanto, os brancos não foram para ficar em Angola, Moçambique, Rodésia, ou, em última análise, na África do Sul. O ano de 1974 ficou, na verdade, marcado pela "revolução dos cravos vermelhos".

Até então, muitas pessoas de fora começavam a engrandecer em Angola, incluindo a África do Sul e, sobretudo, Cuba. O envio de tropas de combate cubanas e quase US \$ 500 milhões em assistência militar soviética permitiu ao MPLA ganhar o controlo de Luanda e assumir o poder do Governo a nível nominal no momento da independência de Angola, em novembro de 1975. (Ibidem: 56).

A decisão americana ao fornecer segredos fundos para vários partidos angolanos foi um fracasso abrangente: ele não teria dissuadido os soviéticos de prestar ainda maior assistência ao seu cliente de Angola; não impediu o MPLA de ganhar poder suficiente, a fim de obter o reconhecimento de muitos Estados africanos após novembro de 1975; e teria incentivado ainda mais o Congresso a cortar o poder executivo. Schneidman argumenta, assim, como muitos na época, que uma melhor abordagem teria sido para evitar se envolver em Angola, devido à hostilidade do Congresso, os pontos fracos de Roberto, e na ausência de quaisquer outros aliados em Angola. (Ibidem: 56).

Para concluir, é importante, ainda, ter em conta que a Descolonização em África se estendeu de 1945 a 1994, começando com o final da II Guerra Mundial, e terminando graças à eleição do primeiro Governo de maioria na República da África do Sul. Com o término da II

Guerra Mundial, os EUA acabaram por consolidar a posição de superpotência capitalista, enquanto a União Soviética, que teria implantado o socialismo em 1917, surgia como forte e respeitada nação por todas as demais.

1.5. A Arquitetura Geopolítica Africana entre 1961 e 1974

Ainda durante a Guerra Fria seria possível a remoção de um dos problemas de maior duração que a ONU haveria enfrentado - a autodeterminação dos povos. Foram assinados dois acordos entre o Sul e o Ocidente de África que, por sua vez, objetivaram paz entre as mesmas áreas.

O primeiro acordo foi assinado entre Cuba, Angola e África do Sul, e conteve um plano para alcançar a independência de Namíbia, ex-colônia alemã do Sudoeste de África, apreendida por parte dos Sul-africanos durante a I Guerra Mundial. Com efeito, previu, ainda, uma força por parte da ONU, a fim de garantir necessárias condições à obtenção de livres e leais eleições. O segundo acordo, por seu lado, previu a retirada de tropas cubanas de Angola. Já relativamente à Guerra Fria e à ONU, trataram-se de grandes contribuições para o sucesso destes dois acordos.

Com efeito, a ONU apresentou algumas falhas ao desempenhar o seu papel na Manutenção de Paz e Segurança Internacional durante a Guerra Fria. Apesar dos esforços verificados por parte do Secretário-general, diplomatas da Polícia Militar e Assembleia Geral, um facto é que permaneceram fora dos problemas e eventos de maior importância. Deste modo, a polícia militar, sem alternativa, não poderia realizar a sua função devido ao Veto da Superpotência, a fim de concluir as resoluções contra o seu interesse nacional.

Embora a ONU tenha sido dominada pelos EUA e seus aliados ocidentais durante o início da Guerra Fria, esta situação começou por apresentar mudanças relativas ao processo de Descolonização logo na década de sessenta. Na verdade, a Organização não apresentava capacidades para responder aos pedidos tanto dos países de Primeiro como de Terceiro Mundo.

Os anos setenta podem caracterizar-se como uma época de enormes avanços soviéticos que, por sua vez, se basearam, fundamentalmente, num apoio de nível militar direccionado a guerras de nível local, insurgente e revolucionário. A partir do momento em que a Etiópia³⁰, Angola e Moçambique são os clientes de maior importância na URSS, é evidente que a ajuda económica continua a ser o elemento mais importante para a política regional soviética. Contudo, é também possível confirmar que Moscovo prefere ainda comprometer a sua ajuda económica a projetos de alta visibilidade, e isto especialmente aos que apresentam relação

³⁰ Com a Etiópia representam mais de 60% de todas as vendas militares soviéticas à África Subsaariana desde 1977.

com um desenvolvimento industrial. Tal fator, por sua vez, é possível verificar-se a partir de um projeto sobre repressão hidroelétrica delineado em Angola.

Enquanto a SWAPO se mantinha numa situação de prolongamento pela Guerra de Guerrilha sob o líder-ship, Sam Nujoma, contra o controlo Sul africano de Namíbia, a posição Soviética em Angola fornecia a Moscovo um meio de canalizar apoio à mesma. Deste modo, é possível confirmar que, devido aos estreitos laços que desde 1975 manteria com o Governo angolano, a URSS forneceu a SWAPO com a maioria do seu equipamento militar. Desses mesmos instrumentos de nível militar, foram incluídos: o Comité de Libertação da OUA; o Conselho Mundial de Igrejas; o Conselho das Nações Individuais (Ex: Suécia). (Almeida, 1994:116).

A SWAPO preocupa-se em defender princípios económicos, socialistas e líderes que têm falado publicamente acerca da questão de empatar a propriedade dos recursos da nação, bem como da formação de um “popular Governo do povo democrático” baseado em “ideias e princípios socialistas científicos”.

De acordo com Políbio Valente³¹, o continente africano organiza-se em África mediterrânica, África do “Middle Ocean”, África do “Shatterbelt”, África Sahariana, África Insular e África ao Sul do Sahara. É nesta última que Angola se encontra localizada, que por sua vez, se subdivide em “Sudan Grassland”, “Heartland” do Sul, “Rimlands” e “Cone Austral”. É igualmente neste último que Angola se localiza (Ibidem: 116).

Carateriza-se por ser uma área tipicamente continental, inacessível ao poder marítimo, plana, facilitando as comunicações, e com uma enorme variedade de recursos, permitindo-lhe abarcar grandes quantidades de população e ser autossustentável, fazendo parte dela, além de Angola, a RC, a RDC, o Uganda, o Ruanda, o Burundi, a Tanzânia, o Malawi, a Zâmbia, o Zimbábue e Moçambique. Destes, oito não têm acesso marítimo, o que conferirá especial importância ao país objeto deste estudo. Os “Rimlands” caraterizam-se por um anel anfíbio envolvente do chamado “Cone Austral”, com potencialidades de condicionar extremamente o desenvolvimento político da área, onde Angola pode desempenhar um papel crítico e a África do Sul possui uma importância quase hegemónica. (Ibidem: 117-118).

África é um continente em transição, onde as suas potencialidades em recursos minerais, associadas à atlanticidade (da maioria da África do Sul do Sahara), relevam o papel que pode desempenhar nas ligações entre a estratégia da NATO³², e as estratégias definidas para o Atlântico Sul, o que pode vir a conferir-lhe um lugar de destaque no futuro (Correia, 2008: 20). À medida que o seu desenvolvimento se vai acentuando, o Estado há-de aparecer com maior nitidez, os blocos regionais com maior objetividade e o continente com uma contribuição de inegável valor para a cooperação mais dinâmica e uma paz mais esclarecida (Ibidem: 119).

³¹ Conhecido enquanto professor catedrático português no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, autor de diversos trabalhos científicos e investigador coordenador no Instituto de Investigação Científica Tropical (IICT). É, ainda, especialista em temáticas relacionadas à geopolítica e à estratégia.

³² North Atlantic Treaty Organization

Confirma-se, desta forma, uma síntese conclusiva marcada por lutas, desde a descoberta em 1482. Angola só conhece a pacificação do seu território já no início do século XX. O seu verdadeiro desenvolvimento dá-se na metade desse mesmo século. Contudo, os movimentos de libertação e a potência colonizadora conduzem Angola ao primeiro grande conflito, o da independência, marcado pelo enorme esforço de Guerra dos portugueses, mas também pelos conflitos internos na disputa do poder. Tornada independente a 11 de novembro de 1975, as suas potencialidades foram de imediato sangradas, pelo abandono da maioria da população europeia. Seguem-se quase três décadas de Guerra Civil, com o fim marcado pelo dia 22 de fevereiro de 2002.

Marcadamente isolado, o continente africano é o segundo maior do planeta, destacando-se a grande diversidade do seu clima e relevo. Geograficamente, divide-se em África do Norte e África Subsariana, ou África Negra. Nesta última, Angola encontra-se no chamado “Cone Austral”, abarcando o Heartland, e com significativa importância, para com o Rimland, tornando-a numa das mais importantes e mesmo vitais regiões de África. Considerando o conceito de Ratzel, de que “espaço é poder” (Chaliand, 1994: 782-784).

Conclui-se que Angola apresenta potencialidades para competir através do seu espaço (Raum) e pela sua posição geográfica (Lage) de charneira entre a África Austral e a África Central. Na verdade, Portugal dizia mesmo o estatuto apresentado por Angola ser bastante evidente. Segundo si, Angola é uma potência regional africana.

1.5.1. Paz “Podre” em Angola

Tal como foi referido anteriormente, quando se fala da Guerra de Angola, remete-se, inevitavelmente, para o verdadeiro significado de Paz. Assim, toda a análise realizada até então, comprova justamente a existência de forças a nível social quer dentro, quer fora de Angola, com um especial interesse nesta mesma Guerra, bem como as forças sociais em Angola e na África Austral que, na verdade, apresentariam elevado interesse na conquista da própria Paz. Contudo, nem tudo correu como previsto.

Apenas cidadãos com menores possibilidades de nível financeiro ambicionavam a conquista da Paz, e desses mesmos cidadãos, destacam-se soldados que, por sua vez, revelavam já um certo cansaço devido à Guerra, seguindo-se as mulheres e, ainda, inclusive trabalhadores sem quaisquer tipo de controlo sob os meios de comunicação. Conclui-se, deste modo, que o nível de integração económico-cultural na África Austral tem, desde cedo, apresentado elevadas percentagens.

Foi, portanto, devido ao silêncio sentido pelas armas em Angola que a região da África do Sul conseguiu conquistar o seu potencial, tornando-se, assim, numa das mais requisitadas e tranquilas regiões, a fim de apoiar os mecanismos da OUA. A partir desta conquista, objetivou, essencialmente, uma maior prevenção de eventuais conflitos e, deste modo, obter uma melhoria administrativa, a fim de encontrar resoluções mais propícias aos mesmos.

Com efeito, é ainda importante referir que foram diversas as oposições sentidas entre os objetivos pretendidos a alcançar por parte da Manutenção da Paz e os ditames dos membros permanentes. Deste modo, a partir do momento em que a Paz é o “conceito-chave” para a Guerra de Angola, é crucial mencionar que o primeiro grande envolvimento da ONU na Manutenção da Paz em Angola se relacionou com a retirada das tropas cubanas de Angola.

Com o final do conflito em 2002, a atenção internacional tem-se centrado de forma mais específica sobre o papel que a governação centralizada e autoritária tem desempenhado na perpetuação e incremento das desigualdades gritantes que o país apresenta na sua relação com a cultura dominante de participação e responsabilização limitadas, e com a ausência de justiça social. (Luanda, 2007: 2).

A classificação de Angola como um “Estado frágil” resultou num maior condicionalismo da ajuda e num declínio dos montantes da ajuda em termos globais. A atual transformação das relações de ajuda e a mudança de política dos doadores no que respeita a Angola, com uma considerável diminuição dos montantes de ajuda ao desenvolvimento, é justificada tanto por razões de redirecionamento da ajuda para outros países mais prioritários e pela maior competição internacional por fundos, como pelo cansaço face ao incumprimento das suas exigências por parte do Governo angolano e à sua incapacidade de conseguir resultados num país detentor de imensas riquezas e recursos. Contudo, o país apresenta-se como um caso particular dentro do Sistema Internacional da ajuda e, ao contrário da Guiné-Bissau e Moçambique, Angola não é, hoje em dia, um exemplo de dependência face à ajuda externa. (Ibidem: 2).

Na verdade, quanto à sua relação de não dependência face à comunidade internacional, Angola apresenta notória especificidade em relação a outros países em contextos semelhantes, e isto quer relativamente à ajuda para o desenvolvimento, como quanto às habituais políticas de condicionalidade política e económica geralmente promovidas pelas Instituições Financeiras Internacionais em contextos de reconstrução Pós-guerra. É, deste modo, gerida a sua relação com os atores internacionais num jogo político inteligente e numa clara afirmação da sua soberania nacional. Porém, durante as várias fases de conflito armado em que o país esteve submerso, nomeadamente entre 1992 e 2002, Angola apresentou uma situação bastante distinta, nomeadamente enquanto país recetor de assistência humanitária e ajuda internacional. (Ibidem: 2-3).

O Processo de Consolidação de Paz em Angola está, na realidade, a dirigir-se sem grande interferência da comunidade internacional. Pois, contrariamente a muitos outros contextos africanos em situação de Pós-conflito, as políticas governamentais e o investimento público angolano, continuam a não girar em torno da ajuda externa, continuando, assim, o país conhecido, entre a comunidade doadora, como um ator difícil e não cooperante. Nesse sentido, e tendo em consideração a centralizada e autoritária natureza da governação no país, parece fundamental analisar algumas dinâmicas locais de diálogo político, desenvolvimento e de promoção de paz em curso, apresentadas, por seu lado, como visões e práticas de organização social, governação e desenvolvimento, alternativas ao modelo

dominante, ainda que a uma escala muito micro. De entre elas, destacam-se dinâmicas locais de governação e desenvolvimento locais, tanto endógenas, como induzidas/promovidas pela ajuda internacional.

Durante os anos do conflito armado, a população angolana foi desenvolvendo uma certa capacidade de lutar e procurar soluções para os seus problemas, quer através de esforços individuais, quer de pequenos grupos ou de outras formas de ação coletiva, procurando resgatar ou recriar formas organizativas e dinâmicas sociais que haviam sido perdidas por influência ou pressão do Estado, das igrejas, do mercado e das ONG. Isto explica que, em grande medida, a gestão e a preservação da paz e a reconciliação a nível das famílias e das comunidades locais, a ausência de conflitos graves de raiz interétnica e as iniciativas para a reorganização da vida das pessoas e das comunidades, o que é expresso, por exemplo, na recuperação das economias familiares, na reativação dos mercados rurais, no incremento das trocas informais entre as cidades e as áreas rurais e na reinserção social de deslocados de Guerra e de antigos militares. (Ibidem: 5-6).

Em suma, como em Angola a discussão política é restringida aos espaços de “democracia formal”, ainda que não se verifique influência política, as organizações da sociedade civil desempenham uma importante função democrática quando proporcionam aos cidadãos uma esfera independente, fora do controlo do Estado, de associação e participação, onde eles podem manifestar as suas opiniões e prioridades e começam a assumir a sua cidadania, ainda que de forma embrionária. (Ibidem: 7).

Capítulo II - Intervenção Americana em Angola

2.1. Política Externa Norte-americana

O envolvimento dos EUA e da União Soviética no território angolano seria, de certa forma, surpreendente, não obstante, o Sistema Internacional está sob a égide do bipolarismo. Com efeito, as primeiras etapas da Descolonização em Angola coincidiram com um período em que a *détente* se encontrava já fragilizada. Este cenário ficaria ainda mais visível através da controvérsia em torno da política soviética de Nixon e Ford, como também pela adoção de uma estratégia de política externa ofensiva por parte do Kremlin.

Na verdade, o contexto interno dos EUA não aponta claramente para uma intervenção em Angola, uma vez que Washington via-se confrontado, há algum tempo, a esta parte, com sucessivas crises. Dessas mesmas crises, é possível verificar, a partir do trauma do Vietname, o caso Watergate, incluindo investigações sobre os serviços secretos e as guerras sentidas no âmbito da administração Ford, e entre eles e o Congresso, que os problemas internos dos EUA turvavam alguma clarividência em matéria de política externa para o continente africano. Com efeito, e apesar das idiossincrasias visíveis na política externa Norte-americana, as opções políticas de Washington no processo de Descolonização de Angola acabariam por refletir algumas restrições e falta de coerência. Ainda assim, consegue-se observar quatro fases distintas: Indiferença; Defensiva; Ofensiva; Derrota.

Relativamente à primeira fase, a fase da indiferença, é constituída pela época em que Washington vai à “*deriva*”, bem como quando Moscovo se encontra numa situação de ofensiva, seguindo-se as primeiras crises, o Governo do “Almirante Vermelho”, o projeto de Spínola e Mobutu, o aumento verificado do apoio fornecido por parte da URSS a Agostinho e, por último, o *easum* em África.

A fase defensiva é composta pelo Acordo de Alvor, em seguida é confirmado um aumento do envolvimento dos EUA e da URSS em Angola, ocorrendo também o 11 de março e o início da Guerra Civil Angolana, a ofensiva do MPLA e a ajuda do PCP³³. Kissinger repara, finalmente, que Angola existe e, ainda, Angola é enormemente discutida em Washington. Dá-se, posto isto, a «Batalha de Luanda».

A fase Ofensiva é composta pela mudança de Kissinger, pela “Operação *IA Ofeature*”, Havana Vs. Pretória, o travamento dos EUA em relação a Portugal, a ponte aérea para a evacuação dos portugueses, «*la Feature*», «*Savannah*», «*Carlota*», o encontro entre soviéticos e zairenses em Angola, a «Operação *maciça*» soviética no Pós-independência e, ainda, o contra-ataque Norte-americano.

³³ Partido Comunista Português

Na fase da derrota verifica-se uma conversa com os chineses, as emendas Tunney e Clark, a remota da URSS quanto à «ponte aérea», resistindo, assim, Ford e Kissinger à vitória soviética. Por fim, acabou por poder confirmar-se o “vento soprar a favor destes”.

Contudo, a política Norte-americana acabaria por refletir a visão e a ação de outros atores externos, ou seja, dos seus dois principais aliados na África Austral: África do Sul e Zaire, sendo que ambos tinham interesses vitais no resultado da independência da ex-colônia portuguesa.

2.2. Os EUA e a Guerra Anticolonial em Angola

Os acontecimentos que obrigam os EUA a pronunciar-se sobre Angola começam a 22 de janeiro de 1961, dois dias após a tomada de posse do Presidente John Kennedy, quando Henrique Galvão se apossa do paquete de luxo *Santa Maria* ao largo da costa da Venezuela e se dirige até Angola. Ao desviar o paquete, este chefe do DRIL³⁴, teria a intenção de formar um Governo angolano que provocasse a queda salazista e a queda do General Franco em Espanha, bem como instalar Humberto Delgado no poder, como Primeiro-ministro português. O facto de os EUA terem negociado diretamente com Galvão e não usarem Portugal como intermediário acabou por causar um forte descontentamento a Salazar, e com isso, é dado o tom às relações EUA-Portugal no início dos anos sessenta. No entanto, Kennedy, sabendo que o acordo dos Açores expiraria a 31 de dezembro de 1962, faz o que pode relativamente a esta questão.

Chester Bowles, que Kennedy nomeara como Subsecretário de Estado, e G. Mennen Williams, Secretário de Estado adjunto para os Assuntos Africanos, sentiam que a insistência de Salazar em manter as colónias portuguesas em África, radicalizaria ainda mais os movimentos nacionalistas e, conseqüentemente, permitiria que a União Soviética viesse a ter influência nos acontecimentos. Estes dois políticos, de tendência africanista, queriam pressionar Salazar, no sentido de promover a Descolonização em Angola, numa direção neocolonial que envolvesse a UPA/FNLA, de modo a evitar um resultado mais radical. (Ibidem: 81). A administração americana decidiu optar pelas Nações Unidas enquanto primeiro fórum para um debate inicial acerca da situação angolana.

Após o começo das rebeliões em Angola, a Libéria solicita ao Conselho de Segurança que se «encarregue da crise em Angola». Este país apresenta uma resolução, exigindo a autodeterminação e a formação de um subcomité das Nações Unidas para estudar a situação angolana. A 4 de março de 1961, o Secretário de Estado, Dean Rusk, diz ao embaixador americano, C. Burke Elbrick, em Lisboa, para informar Salazar da intenção de Kennedy em apoiar a resolução. Na realidade, Rusk pretendia que Salazar entendesse que os EUA estavam na disposição de «ajudar economicamente» ... durante o período de transição das colónias

³⁴ Diretório Revolucionário Ibérico da Libertação

portuguesas para a independência, mas que não tolerariam uma contínua «inação» portuguesa». (Ibidem: 83).

A 15 de março, uma resolução já purificada de tal linguagem é debatida e votada. Kennedy pede a Stevenson que vote a favor da resolução, mas esta sai derrotada com seis abstenções. Durante as discussões, Stevenson sugere que Portugal encete um avanço «passo a passo» no sentido da «autodeterminação». A votação do Conselho de Segurança ocorre no mesmo dia em que rebenta a violência no Norte de Angola e tem como efeito o facto de o voto dos EUA ser imediatamente conotado com o apoio ao nacionalismo africano. Kennedy sofre críticas internas, na sequência do voto americano, a favor da resolução do Conselho de Segurança. (Ibidem: 84). Contudo, «finalmente os EUA serão capazes de afirmar as suas próprias prioridades políticas com respeito às regiões colonizadas (ou ex-colonizadas) sem ficarem manietados pelas políticas de outros países, mesmo as dos nossos melhores amigos». (Ibidem: 85).

A comunidade internacional também reage de formas diferentes. Os franceses e os britânicos, eles próprios com processos de Descolonização em África, avisam Kennedy de que não deveria provocar Portugal. Estas potências sentiam que o voto dos EUA iria «encorajar um violento radicalismo em toda a África». Mas alguns dirigentes africanos, pelo contrário, sentiam que o voto americano era «um sinal evidente de uma mudança significativa em Washington». Kwame Nkrumah, compreendendo que o voto americano era simbólico, uma vez que a resolução não impunha sanções, chama-lhe «propaganda», afirmando, ainda, Portugal estar a utilizar armas da NATO em Angola, que por sinal eram proibidas a Sul do Trópico de Câncer. Porém, os EUA ignoram tais afirmações.

Portugal, por seu lado, insiste que o caso angolano é interno, não necessitando de observadores, nem de interferências internacionais. Mas apesar disto, a verdade é que tais campanhas lograram criar uma atitude pró-portuguesa na opinião pública americana e influenciar os pontos de vista do Congresso. (Ibidem: 86). Em consequência do voto dos EUA no Conselho de Segurança da ONU, Salazar demite o ministro da Defesa, Botelho Moniz, quando descobre que este conspirava juntamente com alguns oficiais de altas patentes para a preparação de um Golpe de Estado. Golpe esse apoiado pela Administração Kennedy. (Ibidem: 86).

Apesar da oposição a Kennedy, ao ter apoiado a primeira resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas, e de algumas consequências derivadas dos laços mantidos com Botelho Moniz, a 20 de abril, os EUA voltam a votar a favor de uma resolução da Assembleia Geral, exigindo a Descolonização em Angola e a constituição de uma subcomissão para investigar a situação naquela região. A resolução é aprovada, por fim, com setenta e nove votos a favor, dois contras e nove abstenções.

O Governo de Kennedy, ao mesmo tempo que pressionava Portugal nas Nações Unidas, providenciava também ajuda económica ao dirigente da UPA, Holden Roberto. Pois, apesar da intransigência de Salazar na questão colonial, o Governo americano não tinha a certeza se Salazar conseguiria sobreviver à oposição interna relativamente ao seu regime. Deste modo,

Holden Roberto poderia vir a mostrar-se um bom cliente, na eventualidade da independência angolana. Desde 1959 que os EUA mantinham relações com o dirigente da UPA, quando este possuía de um apoio por parte da missão guineense nas Nações Unidas e trabalhava para alcançar «apoio internacional para a libertação de Angola».

O dirigente da UPA «agradeceu o apoio moral da América», mas declarou que «precisava de ajuda económica e militar direta para evitar perder poder para os seus rivais marxistas». Os encontros entre os EUA e Holden Roberto continuaram. (Ibidem: 88).

Apesar das votações de 9 de junho, o Governo buscava uma estratégia de maior abrangência para pressionar Portugal, no sentido da sua retirada de África. O Secretário de Estado, Dean Rusk, forma um Grupo de Trabalho para os Territórios Portugueses em África para propor recomendações do modo como lidar com Portugal. O grupo, dirigido pelo Secretário de Estado adjunto Williams, incluía representantes do NSC³⁵ e dos Departamentos de Estado, da Defesa e do Tesouro, da CIA³⁶, da Casa Branca, do Gabinete do Orçamento e da Agência Americana de Informações. (Ibidem: 89).

A 4 de julho, o grupo emite um relatório em que afirma que a «a situação em Angola é explosiva e deteriora-se a cada momento». Reconhecendo que a estratégia do Governo não está a produzir efeitos nas Nações Unidas, o relatório recomenda que os EUA se coloquem inequivocamente em oposição à política de Portugal» e exijam «um processo realista e faseado de reformas» que conduza à independência e ao recolhimento de um Governo provisório «em tempo apropriado». O relatório aconselha também que os EUA deixem de vender armas a Portugal e propõe que o Ministério da Defesa se prepare para a contingência de poder vir a perder o acesso açoriano ou de Portugal vir a abandonar a NATO. (Ibidem: 89).

É de sublinhar que se Salazar liberalizasse a sua política, a recomendação seria que o Governo autorizaria um pedido razoável de auxílio económico. O relatório sugeria «uma atuação discreta dos EUA neste assunto, para que Portugal introduzisse reformas na sua política colonial sem se correr o risco da perda dos Açores». O Departamento de Estado começa a implementar as referidas sugestões assim que Kennedy lhe permite. (Ibidem: 91).

Kennedy começa a preocupar-se com o uso de armas dos EUA/NATO em Angola porque ameaçava a sua estratégia de pressionar Portugal. E além disso, ao mesmo tempo, dava uma boa impressão aos nacionalistas africanos, por meio do seu apoio às resoluções da ONU contra a política colonial portuguesa. A primeira reação do presidente foi pedir a Rusk que cortasse o auxílio militar dos EUA à divisão portuguesa da NATO. Deste modo, perante o cenário apresentado, ainda em julho, a Administração Kennedy opta mesmo por avisar Portugal contra o uso de armas fornecidas pelos EUA em Angola.

Quando alguns responsáveis do Leste Europeu acusam os EUA de fornecerem a Portugal as armas que estavam a ser utilizadas em Angola, Kennedy pede a Rusk e ao Secretário da Defesa, Robert McNamara, para investigar a questão. O relatório que estes

³⁵ Conselho de Segurança Nacional

³⁶ Central Intelligence Agency

apresentam conclui não haver forma de saber se Portugal estava ou não a utilizar armas americanas em África. E McNamara adverte Kennedy para o facto de que «a continuação da pressão pública sobre Portugal, no que respeita à utilização de material militar, deveria ser evitada». (Ibidem: 92).

Mesmo assim, e continuando a tentar pressionar Portugal para pôr do seu lado os nacionalistas africanos, Kennedy continua com um «restritivo» impedimento em Portugal, diminuindo o auxílio militar anual de 25 para 3 milhões de dólares e, proibindo a venda privada de armas. A sua administração continua a insistir para «que Portugal assegure que as armas americanas fornecidas ao abrigo de programas comercialmente autorizados ou de ajuda militar sejam apenas usadas para objetivos da NATO e não em Angola ou qualquer outro território». Mas apesar destas ações, Portugal continuou a servir-se, em África, do armamento fornecido pelos americanos. (Ibidem: 92).

Em seguida, é a CIA quem opta por propor um plano relativo à independência angolana. Plano esse consistente num relatório, no qual apresenta a sua desejada abrangência para pressionar Portugal e, onde no mesmo, propõe um plano de nove pontos, objetivando, portanto, como já foi sublinhado, alcançar a independência de Angola, mas também de Moçambique e da Guiné portuguesa. Contudo, só seria possível fazê-lo se baseado na premissa de que «Portugal seria derrotado se se conseguisse que a revolta em Angola ganhasse ímpeto e continuidade». Uma calendarização prevista o estabelecimento de partidos políticos seria 1965, seguidas as eleições em 1967 e, finalmente, a independência em 1970.

Em maio de 1960, Kennedy tenta apaziguar Salazar. Inicialmente pede a Rusk que tente reconciliar as posições em contenda dentro do Governo e apresente uma proposta sobre qual deveria ser a política dos EUA para com Portugal. No entanto, incapaz de obter consenso, Rusk sugere que os EUA adiem quaisquer iniciativas relativamente a Angola, até que o problema dos Açores esteja resolvido, dizendo que «uma das nossas primeiras tarefas é (...) dissipar as suspeitas exageradas por parte dos portugueses referentes ao nosso envolvimento com os dissidentes angolanos». (Ibidem: 96).

Uma das razões pela qual Rusk faz esta recomendação está relacionada com a reação a um recente discurso de Salazar, onde este criticara os EUA por apoiarem uma «revolução armada», comparando as preocupações do Governo americano no tocante a Angola e a sua «inação» aquando da tomada de Goa pelos indianos. O Departamento de Estado interpreta estas observações como uma ameaça relativamente à abertura de negociações para o acordo dos Açores.

Em setembro, o Departamento de Estado tenta apaziguar ainda mais Salazar, quando comenta: «os nossos esforços (...) não têm o desígnio de forçar Portugal a abandonar Portugal, mas antes a promover medidas, que consideramos necessárias, para permitir-lhe ficar e completar o trabalho que começou». (Ibidem: 97). Terem ou não acesso aos Açores a partir de 1 de janeiro de 1964, seria objeto de estudos posteriores, mas, visto que essas negociações não viriam a ocorrer senão nove anos depois, o acesso dos EUA à Base das Lajes,

a partir da data em destaque, passa a fazer-se numa base diária e a Portugal reserva-se o direito de os pôr na rua assim que o desejar. (Ibidem: 99).

Ultrapassada a questão da renovação do acordo dos Açores, os africanistas tentam, uma vez mais, que Kennedy volte a pressionar Portugal. Inclusive Williams, criticando a pacificação de Portugal, diz «Quando a crise na África portuguesa atingir o auge, teremos de estar ao lado da liderança nacionalista». E adverte Rusk para o facto de que a União Soviética e a China poderiam tirar partido da inação dos EUA em África. No entanto, apesar destes esforços, Kennedy continua a «recuar» relativamente à posição africanista. A despeito das diversas táticas usadas pela sua administração, o certo é que não tinha sido capaz de conseguir que Salazar apoiasse a Descolonização em Angola. (Ibidem: 100-102).

Poucas semanas depois de ter tomado posse, o presidente Lyndon Johnson³⁷ começa a ponderar sobre a maneira de reagir a uma resolução do Conselho de Segurança da ONU, exigindo valores como a autodeterminação para Angola. A sua administração continua fendida de africanistas que queriam exercer pressão sobre o abandono de Portugal do continente africano. Junto das Nações Unidas, o embaixador americano, Stevenson, conseguira modificar a resolução, de modo a que ela não incluisse linguagem de condenação a Portugal.

Enquanto se deliberava sobre o que fazer quanto à resolução, delegados americanos nas Nações Unidas têm um encontro com Holden Roberto. O NSC, por seu lado, recomenda a Stevenson que apoie a resolução. O Ministro dos Negócios Estrangeiros, Franco Nogueira, reage «amargamente» tanto à reunião com Roberto como ao voto favorável dos EUA, chamando ao encontro uma «traição a (...) garantias prévias de que (Roberto) não seria recebido pelo Departamento de Estado» e apelidando o voto dos EUA de voto de «reviravolta de política» (em relação ao voto de 31 de julho de 1963). Nogueira rejeita igualmente o pedido dos EUA para recomeçar «conversações informais» sobre a concessão da base dos Açores.

Devido à reação do ministro português, Rusk aconselha a Administração a «não tomar quaisquer atitudes nesta altura que possam ameaçar possíveis novas negociações sobre os Açores». E esta foi a última vez que a Administração Johnson apoiou uma resolução nas Nações Unidas contra Portugal. (Ibidem: 103).

O facto de Holden Roberto ter aceite auxílio militar da China foi mais uma questão, por sua vez de elevada permanência, que a administração teve que abarcar. A mensagem informava que Roberto estava «completamente desiludido com o Ocidente e pacificamente (com) a política dos EUA sobre Angola», convencido de que os EUA nunca poriam em risco os seus laços militares com Portugal, e... que era a ajuda militar americana que permitia a Portugal aguentar-se em Angola». (Ibidem: 103-104).

O Conselho de Segurança Nacional reúne para discutir tal aproximação. Reconhecendo que nada do que os EUA haviam feito até ao presente para promover a Descolonização em Angola tivera qualquer sucesso, o NSC adota o mesmo ponto de vista de Rusk: «a presente ofensiva sino-comunista em África ameaçava a orientação política futura dos nacionalistas

³⁷ Político Norte-americano. Porém, realçou-se por ter sido o 36º Presidente dos Estados Unidos da América.

angolanos». E aquele organismo conclui que as organizações nacionalistas se tornariam cada vez mais «radicais e antiocidentais». (Ibidem: 105).

Em janeiro, preocupado com a intransigência de Salazar, Johnson envia Harriman a África para avaliar a situação angolana. Grande parte dos dirigentes com quem Harriman fala (Nkrumah e Adoula) mostram-se inflexíveis quanto à exigência de independência para Angola. Harriman diz a Johnson que Adoula está a escapar-se da influência americana. Williams propõe que Roberto forme uma coligação política, em que constava:

“Se os angolanos concordarem em mudar de tática, «os EUA poderiam fornecer auxílio clandestino», ajudando o GRAE³⁸ na «preparação de uma organização política alargada dentro e fora do território» «capaz de ser um instrumento de pressão para obrigar Portugal a mudar a sua política».” (Ibidem: 106).

Enquanto Williams propõe que os EUA concedam financiamentos e encontrem financiadores privados para ajudar o GRAE, no caso de Roberto aceitar o plano, Rusk acaba por mostrar uma certa oposição porque pensava que «era necessário considerar os efeitos que teria nas nossas relações na NATO e nos nossos interesses em Portugal e nos territórios portugueses, bem como no lugar de Portugal na Aliança Atlântica». Não foi, portanto, avante tal pensamento e, além disso, o impacto da ligação de Holden com a China provou ser irrelevante. (Ibidem: 107). Para concluir, é possível referir que os EUA aceitam oferecer auxílio militar a Portugal, porém, em troca terão de receber a tão desejada autodeterminação.

Por volta de 1965, Angola é colocada num plano secundário. A escalada da Guerra do Vietname, responsabilidade do presidente Johnson, absorvia por completo a Administração americana. Em relação a Angola, Johnson já não podia pensar em fazer pressão sobre Portugal para que este procedesse à Descolonização, pois a NATO e os Açores eram demasiado importantes para que se atrevesse a desestabilizar a situação. Além disso, os EUA já não podiam dizer a Portugal para abandonar África, quando eles próprios se empenham numa Guerra imperialista no Sudeste Asiático. Na realidade, Portugal torna-se mesmo um firme apoiante da Guerra do Vietname, e entre 1963 e 1968, os EUA fornecem-lhe 28,4 milhões de dólares em auxílio militar e 54,9 milhões de dólares em ajudas económicas. (Ibidem: 108-109). Em 1966, o embaixador Anderson, discursa mesmo acerca das relações entre Portugal e os EUA, em que alude:

“Não se vislumbra qualquer mudança de atitude e determinação por parte do Governo português no futuro imediato, relativamente às províncias africanas (...) Recomendo que deixemos as coisas em lume brando até que qualquer evento mais significativo aconselhe uma nova posição (...) Não vejo

³⁸ Governo Revolucionário de Angola no Exílio

qualquer utilidade na promoção de irritabilidades desnecessárias nas relações entre Portugal e os Estados Unidos.” (Ibidem: 109).

A partir da declaração acima citada é possível verificar a caracterização da política americana no que refere a Portugal durante todo o Governo de Johnson. Política essa, a qual, por volta de 1968, se encontrava completamente desacreditada devido à política seguida na Guerra do Vietname. O resultado da «crise de legitimidade» presidencial foi a desintegração da coligação liberal, uma política interna desviada para a direita e, por último, a falta de consenso no que respeita à política externa. Posto isto, pode proferir-se que proponentes de variadíssimas tendências lutavam, quer dentro, quer em torno da presidência, durante toda a década de setenta. Luta essa, cujo objetivo incidia na obtenção do controlo da Política Externa Americana. Foi a partir de então que a atitude dos EUA relativamente a Angola viria a ter um papel crucial nestas lutas políticas.

O presidente Ricardo Nixon, apoiado por uma coligação política vagamente alinhada ao centro-direita, desde cedo assume uma clara defesa das posições de Portugal. Por outro lado, no que refere a Portugal e Angola, a sua posição viria a ser definida na Opção Dois do NSSM-39³⁹, um estudo interdepartamental encomendado por Nixon e apresentado pela implementação em 1970. Esta opção dizia a violência nacionalista não produzir qualquer alteração na África Austral, e por isso, os EUA deveriam cooperar com os regimes de minoria branca, o que os encorajaria a promover reformas. A sua implementação poderia «reduzir a componente de irritação existente nas nossas relações com Portugal e dar ao Governo de Marcello Caetano (Primeiro-ministro) uma oportunidade (política) para a liberalização». (Ibidem: 110).

Inclusive Caetano, a 15 de abril de 1969, num discurso em Luanda, diz:

“Angola faz parte da Pátria, a grande Angola onde, ao longo de cinco séculos, as características da mentalidade portuguesa criaram profundas raízes que, por sua vez, tantos contributos deram às características universais do mundo onde se fala português, na Europa, Brasil e províncias Africanas (...) Angola está firmemente decidida a permanecer portuguesa!” (Ibidem: 110).

É importante, no entanto, ainda frisar que os EUA acreditavam que Portugal confrontava eficazmente a nível militar o MPLA (assim como a FRELIMO em Moçambique e o PAIGC na Guiné-Bissau), o que deixava Nixon e o Conselheiro para a Segurança, Henry Kissinger, que tentava promover o desanuviamento, a Doutrina Nixon, e ao mesmo tempo, lidar com o Vietname, bastante satisfeitos.

³⁹ Memorando de Estudo 39 da Segurança Nacional

Os EUA e Portugal chegam, finalmente, a acordo no que respeita à situação dos Açores. Ilha essa que continuava a ser vital na política de Nixon até à data. Quanto a Nixon, no entanto, consegue também finalmente contornar o obstáculo que as armas a Portugal haveriam causado até então, ainda que fosse mais liberal relativamente à exportação de equipamento de dupla utilização (Ex: helicópteros). (Ibidem: 113).

2.3. O capital americano, Nixon e a Guerra de Angola

Os investimentos americanos em Angola aumentam significativamente quando Nixon toma posse da presidência americana. Isto deve-se principalmente ao facto de Portugal ter aberto Angola (e outras colónias portuguesas) a um investimento estrangeiro seletivo.

Quando Caetano visita Luanda, em 1969, afirma: «Estamos abertos à entrada de capitais, à experiência de novas formas de empresariado, a aplicar novas técnicas». Outra razão foi também o facto de a Administração Nixon ter encorajado ativamente a exportação de capitais americanos. O setor extrativo, incluindo o petróleo, os diamantes e o minério de ferro, era a fonte de maior parte dos investimentos. A Gulf Oil aumenta as suas operações em Cabinda de 150 milhões de dólares em 1969 para 209 milhões em 1974 e 300 milhões em 1975. O total de 1969 era de aproximadamente dois terços do investimento americano em Angola, enquanto os números de 1974 representavam quase 75%, o que fazia da Gulf Oil o maior investidor, de longe, em Angola. Em junho de 1969, a Gulf Oil extraía 30.000 barris por dia (bpd) e em 1971 alcançava 150 000 bpd. (Ibidem: 114-115).

Os lucros que Portugal obtinha das operações em Cabinda aumentaram muito expressivamente no início dos anos setenta. Calcula-se, no entanto, que antes de 1969, tenha recebido cerca de 3 milhões de dólares; em 1969, os pagamentos subiram para 11 milhões anualmente. A soma em 1970 foi de 17,7 milhões de dólares e, em 1971, de 5,6 milhões; em 1972 já totalizava 61 milhões. Depois de a OPEP⁴⁰ ter quadruplicado o preço do petróleo, os rendimentos anuais de Portugal aumentaram para mais de 400 milhões de dólares. Entre 1971 e 1974, os lucros do petróleo alcançaram 40% do total dos rendimentos de exportação gerados em Angola. Este aumento de rendimento era um complemento para as despesas coloniais de Portugal. Por exemplo, a soma de 1972 representava 13% do orçamento provincial de Angola e 60% das despesas militares da colónia. (Ibidem: 115).

Além da Gulf Oil, outras firmas americanas ligadas ao setor petrolífero (prospecção e produção) estavam igualmente no terreno, incluindo a Schlumberger, a Sunray (Sun Oil), a Skelley Oil, a Union Carbide, a Texaco, a Mobil e a Argo Petro. Ao setor da prospecção de diamantes, pertencia a Diamon Distribution Inc. e a Diversa Inc., e ainda outras firmas americanas que investiam em Angola durante este período como a General Tire and Rubber Company of Ohio, a Universal Leaf and Tobacco Company, o First National City Bank de Nova Iorque, a Firestone, o Chase Manhattan Bank, a General Electric, a International Business Machines, a Caterpillar e a National Cash Register. (Ibidem: 116).

⁴⁰ Organização dos Países Exportadores de Petróleo

As trocas comerciais entre os EUA e Angola aumentam também com as importações de Angola a ser maioritariamente ocupadas. Em 1969, as importações angolanas totalizavam-se em 54 milhões de dólares; em 1970 seguiam com 68 milhões; em 1971 prosseguiram com 89 milhões, e em 1973, com 166 milhões. Estas importações representam um aumento de 245% entre 1960 e 1970. As mercadorias importadas incluíam equipamento de construção e mineiro para os setores extrativos e equipamento pesado para construção de estradas, representando 19,5 milhões de dólares. Entretanto, as exportações para os EUA eram de 37 milhões de dólares em 1968, 32 milhões de dólares em 1969, 36 milhões de dólares em 1971, 26 milhões de dólares em 1972 e, por fim, 38 milhões de dólares em 1973. A principal mercadoria exportada para os EUA era o café robusta, utilizado para produzir café instantâneo. Entre 1969 e 1972, o US Export-Import Bank garantia 20 milhões de dólares deste comércio.

Em vésperas do Golpe de Estado português, a Administração Nixon pensava, ainda, que a Guerra em Angola (assim como nas outras colónias portuguesas) tinha sido incluída de forma eficaz. No entanto, os EUA estavam completamente equivocados quanto à situação em Portugal, e isto porque, na verdade, a economia política encontrava-se nos limites do possível, o que se devia às guerras africanas. Inclusivamente, quando ocorre o Golpe de Estado de 25 de abril de 1974, não havia embaixador americano em Lisboa há treze anos.

Os capitalistas nacionalistas, e muitos burocratas, desde há muito que não dependiam das colónias africanas, pois tinham desviado os seus interesses para a Europa. Devido ao potencial revolucionário em Portugal e em Angola, os EUA vêem-se obrigados a envolver-se diretamente em ambos os países após o Golpe de Estado, ainda que os Açores já não fossem um fator a ter em conta na política americana em relação a Angola. (Ibidem: 116-117).

2.4. Intervenção Americana no Processo de Descolonização Angolana

Antes da corrida europeia até ao continente africano, um facto é que se verificou uma determinada diferença entre as pré-condições da ocupação colonial em Angola e, como exemplo, destacam-se as do Uganda ou do Zaire. Desde os séculos XVI e XVII, respetivamente, as feitorias de Luanda, Benguela e os territórios limitados sob a sua dominação direta, haveriam constituído postos portugueses avançados no Litoral. Até meados do século XIX, a sua ocupação principal, e quase exclusiva, haveria sido o tráfico atlântico de escravos. Utilizando meios de nível comercial, militar e político, haviam extraído escravos da maior parte das sociedades africanas existentes no território angolano da atualidade. Dada a fraqueza estrutural da economia e da política portuguesa no século XIX, em grande medida, o resultado de um «intercâmbio desigual» com a Inglaterra e outros países industrializados, parece, assim, improvável que Portugal pudesse ter emergido da competição internacional, segurando uma área extensa como a de Angola contemporânea, caso não tivesse a vantagem excepcional de dispor dos postos avançados de Luanda e Benguela. (Heimer, 1980: 15-16).

Por outro lado, é de assinalar o impacto sobre as sociedades africanas de vários séculos de interação com os portugueses e, durante parte deste período, com outros

européus. Estabelecendo um balanço, conclui-se uma perda de força produtiva causada pela drenagem de mão-de-obra que não foi, de maneira alguma, compensada por uma transferência tecnológica. No entanto, a partir do momento em que Portugal começou a estabelecer controlo sob os seus avançados postos tradicionais, a sua estratégia colonial acabou, mesmo, por ser idêntica a das outras metrópoles europeias noutras partes africanas.

Para construir uma economia colonial, baseou-se, essencialmente, numa extração comercial-administrativa de produtos agrícolas e de gado africano. A construção da sociedade angolana, por sua vez, optou por se revestir de particulares características, das quais, primeiramente, se destacam antigos núcleos de Luanda e Benguela e, em seguida, a inclusão de um número e uma percentagem relativamente significativa de brancos e mestiços, ainda como de africanos sanjados das suas sociedades de origem.

Confirmada uma calamitosa falta de capital e de know-how, no que respeita ao caso de Angola, o país recorreu ao trabalho forçado, mas também pela destruição gradual das redes comerciais africanas e pelo estabelecimento de um quase monopólio do comércio interno. (Ibidem: 18).

Do ponto de vista do desenvolvimento colonial angolano, a intensificação da imigração branca constituiu um pré-requisito funcional de igual nível que a continuação de um regime de enorme exploração da mão-de-obra africana e das sociedades tributárias. Este tipo de exploração, por sua vez, não somente reforçou o sistema desta exploração dos africanos, como também contribuiu para desestimular mais ainda as (fracas) iniciativas destinadas a dar aos africanos uma formação escolar e profissional que teriam aumentado a participação africana na construção da sociedade central. (Ibidem: 20).

Conclui-se que foi só no início dos anos setenta que chegou a existir uma formação angolana única, ainda que altamente heterogénea e de precária coesão. Uma das consequências ideológicas deste processo foi que, pela primeira vez, uma parte mais importante dos africanos da sociedade central começara a considerar-se angolanos. Porém, não deve permitir-se que esta evolução faça esquecer dois factos básicos: a política epicolonial portuguesa representou, essencialmente, uma tentativa de efetuar uma transição de uma forma «antiquada» para uma forma mais «moderna» de heterogeneidade. Até porque a dinâmica deste processo implicou a mudança de uma independência externa preponderantemente unilateral para uma dependência externa decididamente multilateral, seguindo as linhas de um processo que, nos outros países africanos, se verificou geralmente no período posterior à independência. Implicou também uma aplicação, passo a passo, do princípio da plena mobilidade da mão-de-obra, e a criação de um mercado interno aberto, abrangendo a totalidade da formação social. Consequentemente, implicou também a abolição de limites e clivagens e intra-sociais que constituíam obstáculos para a realização destas metas. As clivagens de classe tornar-se-iam dominantes, de acordo com a lógica desta transformação, enquanto as raciais e étnicas assumiriam uma importância secundária e terminariam por desaparecer. (Ibidem: 23-24). Existiam, porém, dois tipos de clivagens que

estavam em conflito com as inicialmente mencionadas: racial (óbvia na sociedade central) e uma menos óbvia, a étnica (que a partir de 1974 se tornara mais evidente).

Após a revolta de 1961, a necessidade de uma proteção pela Metrópole fez com que as veleidades autonomistas/separatistas baseadas em tais motivações tivessem de se silenciar. A nova política colonial, imposta pela Metrópole sem uma consulta à população branca das colônias, apesar de abolir certas facilidades locais que tinham sido consideradas essenciais pela maioria dos portugueses de Angola, não suscitou uma maciça oposição da sua parte. Porém, desde início, as novas medidas foram o alvo de uma espécie de resistência passiva. Os brancos voltaram a manifestar, na verdade, interesses opostos aos da Metrópole. Tentaram manter barreiras raciais, recorrendo à pressão social, onde já não podiam servir-se de mecanismos legais. (Ibidem: 29).

A situação colonial dos anos sessenta e começo dos setenta consistiu, entre outros aspetos, num esforço para obter o apoio dos não-brancos urbanos, não para um projeto de «Descolonização consensual», mas uma «Descolonização consensual» de Angola no quadro do espaço português. Nos anos setenta, a pequena burguesia encontrar-se-ia já no «nível intermédio». Contudo, é possível confirmar que esta mesma evolução não conseguiu diminuir, de forma significativa, a hostilidade dos não-brancos urbanos contra a permanência de Angola num «status» de província ultramarina portuguesa, muito embora se tenham registado sinais de incipiente acomodação. Estas mudanças tinham, porém, nítida relevância política. Com a expansão da sociedade central, verificou-se um dramático aumento dos não-brancos urbanos e da sua população na população não-branca. Em simultâneo, especialmente em Luanda, a proporção africana oriunda começara a diminuir também, e outros grupos étnicos aumentavam, de igual forma, continuamente. As entidades étnicas começavam a perder parte da sua importância. (Ibidem: 31-32).

Como resultado de um complexo processo, e muitas vezes confuso de agregação/desagregação, três movimentos haviam emergido como relevantes, em meados dos anos sessenta. A FNLA foi originalmente o resultado de uma fusão de diferentes organizações de Bakongo. A sua base social imediata era constituída por grande parte das sociedades tributárias Bakongo do Norte de Angola (exceto Cabinda) e a comunidade numericamente importante dos Bakongo angolanos que haviam emigrado para o atual Zaire. A posição da FNLA começou a enfraquecer quando ficou patente a sua incapacidade de manter uma guerrilha eficiente na sua área tradicional, depois da «reconquista» colonial de 1961, e quando se manifestou não conseguir penetrar em outros segmentos da formação social angolana, devido entre outras coisas, a um «bloqueio» por parte dos seus rivais, principalmente o MPLA. A base social original do MPLA foi a população não-branca de Luanda. Desde início, era claramente um movimento «nacionalista». Em função da inspiração socialista e, em alguns casos, marxista, de vários dos seus quadros, a posição ideológica assumida pelo MPLA apareceu, desde logo, como sendo algo mais «radical» do que a da FNLA, mas uma certa heterogeneidade não permitiu que o movimento aparecesse logo, com toda a clareza, como sendo «revolucionário». Depois do fracasso de uma revolta em Luanda, em

1961, bem como de tentativas para estabelecer uma frente comum com a FNLA e/ou outros grupos, o perfil do MPLA começou a destacar-se mais nitidamente, sobretudo a partir de 1964. Por um lado, o movimento tornou-se cada vez mais o representante natural dos não-brancos urbanos, não somente em Luanda, mas também nas outras cidades. Polarizou-se em duas alas: uma ao redor do seu presidente, António Agostinho Neto, um intelectual Mbundu Oriundo do interior imediato de Luanda, e a outra ao redor do comandante militar Daniel Chipenda, um Ocimbundo «assimilado» de «nível intermediário». Enquanto o primeiro mantinha a sua autoridade no aparelho político do MPLA, entre os Akwambundu urbanos e rurais, e em parte, dos grupos étnicos orientais (por exemplo parte dos Malwena), o segundo foi seguido por cerca de metade das unidades de guerrilha e obteve apoio em outros grupos étnicos orientais (por exemplo parte dos Bacokwe), bem como entre indivíduos da liderança intermediária, insatisfeitos com o «estilo» desenvolvido por Agostinho Neto e pelo seu grupo. Uma consequência desta divisão interna foi uma séria redução do apoio político e material por parte dos aliados externos do MPLA. A situação complicou-se ainda mais devido à crescente insatisfação de uma minoria marxista radical, geralmente constituída por intelectuais angolanos residentes no país ou no exílio, dos quais alguns discutiam o projeto de constituir um movimento à parte, e de lançar uma guerrilha urbana. Em consequência, e apesar de uma ofensiva bem-sucedida que começou em Cabinda, em janeiro de 2014, o MPLA, em má posição militar e política, quando o Golpe de Estado em Portugal abriu portas a um processo de Descolonização. (Ibidem: 35-40).

Em meados dos anos sessenta, a constituição da UNITA originou-se nas «insuficiências» da FNLA. O movimento conseguiu chamar a si um número limitado de intelectuais, brancos e não-brancos, e obter um apoio chinês durante os seus primeiros anos. Nos primeiros meses de 1974, após dois anos caracterizados por atividades que se assemelhavam mais às de um *symbolic output*, voltou a intensificar a sua guerrilha, numa certa medida, mas mesmo naquele momento não deve ter dispostos de mais do que algumas centenas de homens armados e de um equipamento militar muito limitado. (Ibidem: 35-40).

Inicialmente, grande parte dos portugueses de Angola mostrou-se favorável quando um regime, que tinha tendência para associar com ineficiência e constrangimento, acabou por se mostrar derrotado. As reações dos movimentos às mudanças ocorridas em Portugal e aos subsequentes acontecimentos em Angola, segundo a maioria dos observadores angolanos, eram como quase exclusivamente verbais e caracterizadas por uma falta de iniciativa durante um período de vários meses. Esforçaram-se, desde início, por um reconhecimento único enquanto representantes legítimos do «povo angolano», a fim de obter uma transferência direta do poder político, embora sem a forte posição/convição da FRELIMO e do PAIGC. A UNITA foi, deste modo, o primeiro movimento a aparecer no novo acontecimento político.

O MPLA teve as suas raízes, principalmente, entre intelectuais dos três grupos raciais, quer no exílio, quer no interior de Angola. Por conseguinte, teve que se concentrar de forma plena em recuperar a sua unidade como condição prévia para desempenhar um papel de relevo no processo de Descolonização. A situação mudou dramaticamente em consequência

de um congresso organizado em Lusaka, de 12 a 21 de agosto, e que devia realizar a reunificação do movimento.

O congresso falhou no objetivo a que se propusera, e elegeu Daniel Chipenda como presidente em circunstâncias tais que a sua autoridade não foi reconhecida, nem pela Ala Presidencialista, nem pela Revolta Ativa. As outras áreas do MPLA tiraram a conclusão de que, pelo menos no momento, era inevitável abandonar a ambição original de assumir a liderança do processo de Descolonização e que o movimento devia aceitar uma solução no quadro do qual não teria um papel proeminente. Assim, enquanto Rosa Coutinho apoiava discretamente a consolidação política do MPLA em Angola e procurava ganhar tempo para impedir uma solução sem a participação do MPLA, este movimento conseguiu recuperar a sua coesão e capacidade de iniciativa numa Conferência Interregional de Militantes, realizada em meados de setembro no Leste de Angola. O MPLA entrou num período de reorganização política e militar que lhe permitiria uma recuperação relativamente rápida. (Ibidem: 62).

O problema inicial da FNLA foi, essencialmente, não possuir contatos significativos com as novas forças políticas em Portugal e nem em Angola (ao Sul dos Dembos), acabando por se empenhar numa fase preparatória para criar uma imagem política dentro e fora de Angola. Juntamente com Mobutu, começou a pressionar as autoridades portuguesas, a fim de dar início ao processo de Descolonização, sem esperar que o MPLA resolvesse a sua crise. Na realidade, pretendia-se que a existência de vários movimentos tornasse possível a representação de todos os angolanos, inclusive dos brancos, conforme as preferências políticas de cada um.

O presidente Spínola, numa reação contra a maneira de como se havia processado a Descolonização na Guiné-Bissau e em Moçambique, tentou garantir que o processo de Descolonização em Angola fosse diferente. A sua entrevista com Mobutu, realizada na Ilha do Sal em 14 de setembro, constituiu praticamente um convite à FNLA, no sentido de avançar, arrogando-se o papel do movimento predominante contra a resistência da ala esquerda do MFA, especialmente Rosa Coutinho. A declaração feita por Spínola, a 22 de setembro, que assumiria pessoalmente a responsabilidade da Descolonização de Angola, obteve os aplausos não somente dos brancos e da FNLA, mas também da UNITA, que temia ser marginalizada pelo MFA. De seguida, Spínola optou por convidar representantes de diversos grupos políticos em Angola (incluindo o PCDA, mas excluindo a FUA e os Movimentos Democráticos) para se reunirem com ele em Lisboa, a 27 de setembro. Porém, a 28 de setembro, um golpe «contrarrevolucionário» malgrado teve lugar em Portugal, obrigando Spínola a demitir-se da presidência e reforçando consideravelmente a ala esquerda do MFA. O impacto destes acontecimentos em Angola, embora decisivo, não foi íngreme. (Ibidem: 63).

Felizmente, recuperando-se rapidamente do sucedido, após uma visita de dirigentes da cúpula da FNLA a Luanda, um cessar-fogo (incluindo o grupo de Chipenda) entrou em vigor a 15 de outubro. A FNLA aumentou a sua presença militar no Norte e na capital do país, intensificando também fazer-se aceitar pelos não-brancos (fora os Bakongo) em Luanda e nos outros centros urbanos. O MPLA concentrou-se, por um lado, na ampliação do Poder Popular,

organizado a nível de bairro e de empresa. Por outro lado, as tropas de guerrilha do MPLA também começavam a fazer ato de presença nas áreas, onde tinham as simpatias da população local, isto é, na área habitacional dos Akwambundu e no Leste. O movimento assinou um cessar-fogo com os portugueses a 21 de outubro, e logo depois estendeu as suas atividades aos centros urbanos nas áreas habitacionais dos Ovimbundu e dos Bakongo. A UNITA desenvolveu a sua presença política nas cidades da região Umbundu e chegou a Luanda em novembro. O movimento obteve uma importante vitória ao conseguir o reconhecimento da OUA, em outubro. (Ibidem: 64).

Para o resultado da luta pelo modo como, naquela fase, deveria desenrolar-se o processo de Descolonização, foi de crucial importância que, em outubro/novembro de 1974, os três movimentos tivessem mostrado uma disposição para colaborarem entre si. Em consequência desta evolução, as possibilidades de outros partidos políticos competirem com os três movimentos anticoloniais para obterem o apoio da população não branca, deixaram totalmente de existir, acabando por desaparecer, ainda que de forma discreta, grande parte dos partidos, em novembro/dezembro. Em contrapartida, parte dos brancos tracejou uma última resistência.

Seguindo o exemplo da FRELIMO⁴¹, constataram não estar preparados para assumir, de imediato, as responsabilidades governativas do país, mas que era necessário um período de transição, durante o qual colaboraram entre eles e com as autoridades portuguesas, para estabelecer as bases de um Estado angolano independente. Assim, ao tomarem conhecimento destas opções, as autoridades portuguesas concordaram com um certo alívio.

As opções de Mombaça foram ratificadas num acordo entre Portugal e os três movimentos, concluído em Alvor, a 15 de janeiro de 1975. Foi ainda estabelecido o princípio de que os três movimentos competiriam entre eles pelo poder político de acordo com as regras de uma democracia pluralista de estilo ocidental. Como já foi possível assinalar, o 11 de novembro de 1975 foi fixado para a independência de Angola. No entanto, até à data, uma composição sabiamente equilibrada de um Governo de Transição em que os três movimentos e representantes do Governo português constituíram partes com pesos de igualdade, deveria garantir uma continuidade governativa em Angola, impedindo, ao mesmo tempo, deste modo, que se procedesse a mudanças radicais no modelo societal existente.

Na verdade, os três movimentos enveredaram desde que precederam os acordos do Alvor pelo caminho de uma competição cada vez mais veemente entre eles. Esta competição desenrolou-se a dois níveis distintos, o político e o militar. Ponto morto da competição política: a competição a nível político, de janeiro a maio, podia considerar-se como uma campanha eleitoral num sentido muito amplo. Cada movimento tentou mobilizar a seu favor a maior parte possível da população, com vistas às eleições para uma assembleia constituinte, mas também com vistas a possíveis outras conjunturas. Tinham as suas organizações de massa/atividades para mulheres e jovens, e utilizavam-nas para fins de demonstração, e de propaganda “de boca em boca”. (Ibidem: 72).

⁴¹ Frente de Libertação de Moçambique

Enquanto o MPLA, no quadro do Poder Popular, teve um considerável êxito em provocar e articular iniciativas de base, com uma participação ativa populacional, acompanhada por uma conscientização/doutrinação política, a FNLA apresentou, geralmente, procedimentos inversos, visto utilizar recursos financeiros mais ou menos importantes, de um modo bastante paternalista, doando instalações de interesse público (escolas, «Casas do Povo»), e organizando atividades ao redor destes centros. Também todos eles desfrutavam da sua própria central sindical, sendo a UNITA filiada ao MPLA, claramente a mais influente.

Convém sublinhar que também todos seguiram uma estratégia idêntica, na medida em que tentaram, por um lado, «segurar» as suas bases sociais tradicionais e, por outro, mobilizar simpatias e apoios mais amplos. Porém, estas duas metas não eram fáceis de conciliar, levando inclusive os movimentos a adotar táticas nitidamente distintas. Condenavam, unanimemente, a discriminação racial e étnica. Uma das consequências foi que os brancos de Angola, tendo perdido a sua nodosidade política, eram considerados, naquela fase, antes demais, um grupo de eleitores potenciais e tratados com notável cuidado pelos três movimentos.

Contrariamente aos acordos do Alvor, somente setores muito limitados pelas forças armadas dos três movimentos foram transferidos para as Forças Integradas que, por conseguinte, muito mais não poderiam fazer do que organizar patrulhas mistas em Luanda. No momento em que o acordo foi assinado, a UNITA teria, possivelmente, tantos homens armados quanto o MPLA, mas a sua maioria havia sido recém-recrutada, pouco treinada, e não raras vezes, insuficientemente armada. Pouco depois do acordo, porém, a FNLA começou a valer-se da sua superioridade militar para «empurrar» os seus rivais, impondo-se em assuntos de vários tipos de ordem, por intimidação e, ocasionalmente, pelo recurso à violência. Procurou especialmente a confrontação com o MPLA, começando a «demonizar» este movimento na sua propaganda política, para garantir, de antemão, uma legitimação política para o uso da violência. Em maio, a primeira «batalha de Luanda» havia chegado a um empate: ao nível que se realizava o confronto militar (no que toca a números, tecnologia, tática, equipamento), mostrando ser evidente que a FNLA não tinha condições para se impor. Durante este período, a UNITA tinha-se mantido fora do conflito de um modo bastante consequente. À medida que o confronto entre a FNLA e o MPLA se agudizava, a UNITA fazia esforços deliberados para não ser envolvida, e isto não somente por causa da sua fraqueza militar, mas também porque esperava tirar benefício político do conflito, dando-se a imagem de um movimento pacífico para obter votos adicionais, no caso de ainda se realizarem as previstas eleições em Alvor. (Ibidem: 78).

A luta pela escolha de um modelo de Descolonização para Angola foi determinada, ao fim do período analisado, por uma Guerra «convencional» entre dois campos que representavam, em termos simplificados, a opção capitalista e a opção não-capitalista. A vitória final nesta Guerra Civil foi obtida pelo campo não-capitalista, principalmente porque na fase decisiva conseguiu mobilizar um apoio militar externo consideravelmente mais substancial do que o campo oposto. (Ibidem: 89)

Embora não militar, o primeiro apoio de nível militar dos EUA no conflito angolano, ocorreu quando a UPA contactou com representantes do Governo dos EUA e com missionários protestantes, nomeadamente M.Houser, por sua vez a personalidade de maior importância da organização anticolonialista americana, a ACA⁴². Esses contatos revelar-se-iam fulcrais à orientação das atividades da UPA, como presente em IAN/TT. (1961).

Segundo O'Brien⁴³ (2006:869), foi logo desde a questão descolonial que começou a verificar-se uma certa intervenção por parte dos EUA no conflito angolano. Deste modo, o Presidente da Subcomissão do Senado Americano referente a questões africanas, John F. Kennedy, no final da década de cinquenta, mostrou mesmo uma certa sensibilização quanto à causa de Holden Roberto e da FNLA. Desta aproximação entre ambos acabou por surgir a promessa de os americanos auxiliarem os movimentos independentistas contra as colónias, e no caso angolano, contra o regime ditatorial de Salazar. Porém, por outro lado, tentavam, de forma simultânea, impedir os comunistas de tomar quaisquer rédeas desses mesmos movimentos de nível nacional.

Portugal era, no entanto, um aliado de significativa importância do Governo americano, já que estes eram detentores de uma base americana nos Açores, a base das Lajes. Base essa utilizada frequentemente por parte da força aérea americana, e que acabou mesmo por ser a sede da 65ª Divisão Aérea da aeronáutica americana. Como consequência dessa importância, destacou-se a ordem de Kennedy para os EUA se absterem, em duas resoluções da ONU que envolviam questões colonialistas portuguesas. Contudo, como indica Michael O'Brien (2006:871), Kennedy fez mais pela conquista da independência angolana do que qualquer outro presidente americano.

No entanto, a década de cinquenta marcou também batalhas pelos direitos e segregação ainda existente em vários Estados americanos que atrapalhavam a imagem ao transmitir a sua política externa perante o restante globo. Esta política externa anticomunista era bastante criticada, uma vez que os americanos condenavam as situações dos judeus na União Soviética, porém acabavam por tolerar uma situação similar, que era a situação dos negros nos Estados do Sul do seu país, como faz referência Odd A. Westad (2005:135).

Os verdadeiros argumentos para esta intervenção em Angola encontravam-se, sem dúvida, conetados com a política anticomunista americana, por sinal reforçada pela explicação aos americanos, com o argumento de que a posição estratégica angolana permitia controlar, de perto, a rota dos petroleiros provenientes do Oriente. Aliados a estes dois argumentos, a CIA estabeleceu os Sul-africanos serem a solução perfeita, a fim de encontrar uma solução para Angola, já que ambos os países partilhavam de uma aversão ao comunismo e, desde a Guerra do Congo, estes dois países mantinham boas relações.

Nasce, deste modo, a "Operação *IA Feature*". Ou seja, a partir do momento em que foi possível confirmar as inúmeras razões para tal intervenção verificada por parte dos

⁴² American Committee on Africa

⁴³ Michael O'Brien foi reconhecido enquanto nadador dos EUA, por sua vez, campeão olímpico dos 1500 metros livres nas Olimpíadas de Los Angeles, em 1984.

americanos no conflito de Angola. Contudo, foi também possível confirmar que essas mesmas razões se encontravam interligadas com a política anticomunista americana e com o facto de a posição estratégica angolana permitir controlar com uma certa proximidade para com a rota dos petroleiros provenientes do Oriente. Já no que respeita à CIA, enquanto aliada a estes mesmos dois argumentos, acabaria por se estabelecer aos Sul-africanos, como sendo a solução perfeita para Angola. Tal ideia surgiria devido à relação de amizade que ambos os países mantinham desde a Guerra do Congo e, ainda, ao sentimento de repugnância que apresentavam em comum perante o comunismo.

A “Operação *IA Feature*” recebia apoio por parte do presidente americano, Gerald Ford. Esse mesmo apoio era-lhe fornecido a partir da utilização da CIA, UNITA e FNLA na luta contra o MPLA. Contudo, segundo Christopher Andrew⁴⁴, este mesmo projeto acabou por apresentar algumas problemáticas que incidiram, essencialmente, num ajuste quanto ao facto de o programa ser demasiado limitado relativamente à sua eficácia, mas também, de forma simultânea, demasiado elevado, a fim de não ser divulgado (1995:416).

Ainda que não militar, o primeiro apoio fornecido por parte dos EUA no conflito angolano ocorreu quando a UPA⁴⁵ contactou com representantes do Governo e missionários protestantes dos EUA. Desses mesmos missionários protestantes destaca-se M. Houser, por sua vez, a mais importante personalidade da ACA. Esses contactos acabariam por revelar-se fulcrais a uma orientação ativista da UPA. Esta situação ocorreu em 1961.

Relativamente a Agostinho Silva (2014:270), faz alusão a dois chefes do Executivo Americano que, embora de formas distintas, participaram na questão do conflito angolano. Desses mesmos chefes destacam-se Richard Nixon e Gerald Ford. Contudo, é também possível confirmar que, em seguida, é feita uma referência a um terceiro chefe americano, Henry Kissinger, que, por seu lado, é Ministro dos Negócios Estrangeiros Americanos. Posto isto, é já possível afirmar que são duas as principais frentes que marcam o desenrolar político-americano em direção a Angola. Destaca-se, assim, por um lado, o apoio político, económico e militar do colonialismo luso e, por outro, o apoio direccionado aos movimentos nacionalistas, cujo objetivo incidira num afastamento do bloco soviético. Relativamente à distinção entre os dois presidentes referentes à questão angolana, Agostinho Silva afirma que:

“Em traços gerais, pode-se demarcar a ação dos presidentes dos EUA em duas fases: a primeira entre 1968 e a «Revolução dos Cravos» (25 de Abril de 1975) e a segunda daí em diante até 1975/1976. Inscrito no primeiro momento, o governo presidido por Nixon não atribuiu muita relevância aos problemas africanos, incidindo as suas preocupações as questões europeias, no sudoeste asiático e no Médio Oriente. Por seu lado, Kissinger entendia que o continente africano deveria ser assistido pelas potências aliadas

⁴⁴ Reconhecido enquanto historiador da Universidade de Cambridge. Apresentava especial interesse na área das relações internacionais e, ainda, de forma particular, no setor da inteligência de serviços.

⁴⁵ União dos Povos de Angola

européias, política e economicamente responsáveis pelas situações ali existentes, devendo estes cuidar ainda da contenção da URSS nas regiões mais sensíveis, entre as quais se encontrava a África Austral (...). Todavia, a «Revolução dos Cravos» e o subsequente fim do império português em território angolano, alterou significativamente o panorama vigente, pelo que os EUA e pensaram a sua estratégia até então considerada de «baixa intensidade» ou de «fraco envolvimento» (...).”

Ford acabaria por assumir a liderança americana e, logo de seguida, se tornado Presidente da Zâmbia, quando, em 1974, ocorreu a demissão de Nixon. Optando por alertar o povo americano relativamente à intervenção da URSS em Angola, e sobretudo devido à existência de conselheiros militares e armamento no país, acabaria por surgir uma solicitação à sua intervenção em Angola. Nas palavras de Henry Kissinger (1996), com esta mesma solicitação objetivou-se, essencialmente, a colocação de um término ao influente alastramento do bloco soviético, e para isso teve de chamar a atenção de Ford a que, por sua vez, era necessário conceder um apoio (ainda que secreto) aos movimentos anticomunistas.

Perante o cenário apresentado, o ano de 1975 seria, então, um ano marcado por uma alteração a nível de política externa americana. E isto até porque, somente após um largo período de notável indiferença por parte dos EUA é que, finalmente, estes se envolvem no conflito angolano. Esse mesmo envolvimento verificou-se através de um programa secreto que forneceu apoio de nível económico e militar à FNLA e à UNITA, motivando, ainda, o bloco soviético a reforçar o apoio que já fornecia ao MPLA, como indica T. Sá⁴⁷ (2011: 208). No que respeita a esta alteração de Política Externa sobre Angola, André K. M. Sebastião (2015:76) afirma que:

“Em agosto de 1975, Henry Kissinger, Secretário de Estado Norte-americano, lançou publicamente um aviso à URSS para que não interferisse em Portugal. Todavia, a influência política de Moscovo nas principais colónias portuguesas em África já era uma realidade impossível de ser contornada conforme o próprio tempo encarregou-se de confirmar. Assim, no mês de fevereiro, a URSS envia armas para o MPLA e aviões de transporte chegaram ao Congo-Brazzaville com equipamento militar, designadamente materiais pesados e tanques que são transferidos por barco para um local perto de Luanda.”

A resposta americana a este reforço bélico da URSS ao MPLA, passou pela atribuição de 71 milhões de dólares a favor da FNLA e da UNITA, solicitando ainda a intervenção da África do Sul e do Zaire, enquanto apoio ao FNLA e à UNITA. Por seu lado, perante este

⁴⁷ Tiago Moreira de Sá trabalhou entre 1995 e 2003 como jornalista, e é na atualidade investigador de Relações Internacionais, no Instituto Português de Relações Internacionais e Professor da Universidade Nova de Lisboa.

pedido de auxílio externo americano, a URSS solicitou a intervenção cubana, como mostra P. Gleijeses (2002).

O apoio americano passou, portanto, a efetivar-se no envio de equipamento militar para o Zaire que, posteriormente, faziam chegar aos guerrilheiros da FNLA e da UNITA, pois era o único meio possível que os americanos podiam e queriam fornecer, segundo T. Sá (2011:214). Esta estratégia surgiu como complemento à Operação *IA Feture*, anteriormente referenciada, que consistia num apoio económico à FNLA e à UNITA, num valor superior a 32 milhões de dólares, a fim de treinar e equipar guerrilheiros de armamento e, por fim, no recrutamento de mercenários para aconselhamentos de nível militar, conforme relata John Stockwell (1979: 206).

Em conclusão, Agostinho Silva (2014:275-276), termina, referindo que o apoio militar atribuído ao Zaire começou a ser disponibilizado, finalmente, em agosto de 1975, ainda que os primeiros mercenários a entrarem em ação no conflito fossem portugueses, brasileiros e franceses. Mercenários esses contratados ao grupo do Reino Unido, *Security Advisor*.

Capítulo III - A independência de Angola

Quando, a 11 de novembro de 1975, o MPLA declarou, finalmente, a Independência de Angola, foi Agostinho Neto o primeiro presidente da antiga capital portuguesa da colónia, em Luanda. Resultado este da larga, incerta e, na realidade, improvável parecia.

Com toda esta situação, o MPLA não só se viu obrigado a lidar com os seus próprios problemas e desafetos internos, como também a responsabilizar-se pelo exército colonial português e pelos dois movimentos armados rivais. Movimentos esses que, por sinal, recebiam enorme apoio por parte de poderosos aliados. Porém, dos três mais importantes movimentos de libertação nacional, o que se destacou em primeiro lugar foi a FNLA (de Holden de Roberto). Com isto, no outono de 1975, foi possível verificar que se encontrava muito próximo de capturar Luanda, a partir da sua zona Norte. Captura essa feita com este mesmo movimento, apoiado a partir de uma força fornecida pelo Presidente Mobutu Sese Seko, do Zaire (hoje conhecida como República Democrática do Congo).

Já quanto à zona Sul de Luanda, agindo em coordenação militar com a UNITA, e sob a liderança de Jonas Savimbi, quase chegou à cidade mesmo antes de as tropas cubanas a conseguirem impedir. O principal causador dos sintomas de necessidade apresentados pelas tropas cubanas tratar-se-ia da assistência fornecida pelo MPLA. Conclui-se, posto isto, que o Estado Angolano Independente nasceu fora de tumulto e violência, por meio de quaisquer rivalidade de nível nacional, regional e/ou globais. As suas raízes históricas basearam-se, essencialmente, numa influência do desenvolvimento respeitante aos acontecimentos por um largo período temporal.

Em 1961, após o início de uma luta armada de libertação, a política portuguesa de discriminação racial e cultural apresentou um profundo e duradouro impacto sobre o posterior e social desenvolvimento político de Angola enquanto país independente. Enquanto, por um lado, continuaria a verificar-se, por parte das sociais divisões criadas pelo colonialismo, uma forte influência sobre as relações entre grupos e mesmo atitudes individuais, já relativamente à desconfiança racial, manifestar-se-ia nos conflitos entre os mesmos e nas tensões sentidas no interior dos movimentos de libertação. Criou-se, assim, uma forte desconfiança composta por uma determinada fixação, mas que, acima de tudo, desempenharia um papel crucial na recente história da política angolana.

Ao contrário de Portugal, que tal como as outras potências coloniais, apresentou especial interesse em extrair riquezas das suas colónias, através de impostos, trabalho forçado e compulsório cultivo de culturas comercializáveis (ex: algodão), em Angola, a extração económica foi, mais tarde, complementada a partir de influências migrantes, e isto quando Portugal necessitou de encontrar maior harmonização devido ao excesso populacional.

Já em 1969, Marcello Caetano sucedeu a Salazar enquanto Primeiro-ministro e continuou a isolar colónias portuguesas⁵⁷. Quanto aos movimentos de libertação, a sua identificação étnica tratou-se do resultado de conscientes manobras de nível político por cada liderança. Ao longo do tempo, fatores político-sociais de identidade e coesão têm vindo a tornar-se realidade.

A sociedade histórica de Angola pode ser caracterizada como uma pequena elite semi-urbanizada de língua portuguesa de famílias compostas por vários negros, alguns de raça mista, alguns de religião católica e outros protestantes, alguns que se distinguem dos de ampla população, de camponeses negros africanos e fazendeiros. Pode, deste modo, afirmar-se que Angola é composta por uma grande variedade de influências e misturas marcadas, de forma profunda, pela sua colonial experiência, bem como pelo chamado afro-estalinismo dos anos Pós-independência.

A luta pela libertação nacional foi, por sua vez, a mais armada pela independência só iniciada em 1961, ainda que o domínio colonial nunca tenha apresentado resistência. Isto tudo ocorreu após Portugal ter sido uma sangrenta repressão incidida num protesto em massa contra as condições coloniais no Norte. Foi, desta forma, sentido um enorme confronto, de nível político-militar, entre o regime colonial português e o nacionalismo angolano, na década de sessenta. Os protagonistas deste confronto foram a FNLA, o MPLA, que posteriormente tentou reclamar a responsabilidade por um ataque a uma prisão de Luanda a 4 de Fevereiro de 1961, e a UNITA, que surgiu em meados dos anos sessenta.

A luta anticolonial que ocorreu em 1961 acabaria por ser travada a partir de táticas de guerrilha. Foi verificado um gradual aumento, a fim de obter um maior alcance de Norte a Leste do país. Inclusive nacionalistas da frente diplomática trabalharam a partir de determinadas bases, como Leopoldville (atual Kinshasa), Conakry e Brazzaville, Lisboa e Paris. Recebendo apoio por parte dos países africanos, da China e dos EUA, a FNLA formou, por fim, em 1962, um GRAE. No entanto, pouco mais tarde, alguns dos países do continente africano, optaram pois por começar a depositar uma maior confiança no MPLA. Contudo, logo em 1964, o líder do MPLA (Jonas Savimbi) abandonou o Governo no Exílio, no qual serviu como Ministro dos Negócios Estrangeiros. Tudo isto ocorreu apesar da pobreza do seu registo militar e da sua liderança ter sofrido um contínuo conflito interno. De forma progressiva, os seus rivais de nível político e diplomático conquistaram, por fim, o seu relevo em 1975. Acusando, ainda, líderes da FNLA do facto de não apresentarem eficácia militar, seguindo-se uma forte dependência dos EUA, Jonas Savimbi acabou por denunciar, assim, a liderança autoritária de Holden Roberto após visitar diversos países. Desses mesmo líderes destacam-se, sobretudo, comunistas da UNITA (fundada em 1966). Desta forma, acabou mesmo por se excluir a FNLA e a UNITA da cidade e do Governo, e estabelecer-se um regime que, finalmente, venceu um reconhecimento internacional (ainda que não por parte dos EUA). Esse regime era intitulado

⁵⁷ Dessas mesmas colónias destaca-se, de forma especial, a jóia da coroa de que Angola se havia tratado, e que a partir dos ventos de mudança sopravam conceitos de independência sobre África na década de sessenta. No entanto, ao invés de se preparar para a independência, como as outras potências coloniais teriam feito, resistentemente, após a II Guerra Mundial, Portugal tentou reforçar o seu domínio imperial (Pezarat Correia).

como “Regime Socialista de Partido Único”, destacando-se como principais características da sociedade angolana (sob o Governo de Partido Único), de 1975 a finais de 1980, o marxismo-leninismo “clássico”.

Até finais da década de setenta, o cenário vivido em Angola foi único e exclusivamente marcado por consecutivas guerras. Época essa em que a UNITA ocupou o lugar da FNLA enquanto principal opositor da Guerra Civil (do Governo do MPLA). Foi, assim, que o MPLA e o Presidente Mobutu, do Zaire, começaram a criar maiores laços. Por outro lado, a FNLA acabou por apresentar, gradualmente, alguns dos seus quadros integrados na sociedade angolana. Quadros esses enquanto auxiliares do Estado de Partido Único de Livre Mercado. Porém, por outro lado, acabou também por se desintegrar devido a uma estrangeira força armada constituída por milhares de recrutas que, por sua vez, não apresentaria armação e/ou desmobilização formal. Foi com o término do conflito entre as superpotências no Vietname que Angola acabou por se tornar na sede de uma nova Guerra: entre os EUA e a União Soviética. Os aliados regionais dos EUA continuaram a ser o Zaire e a África do Sul, enquanto o Congo-Brazzaville se aliou à União Soviética.

Ainda que de forma indireta, o fim desta “Primeira Guerra Angolana”, foi causa da interna pressão sentida em Portugal e da crescente insatisfação dos militares portugueses enquanto lutavam contra as guerras coloniais em Moçambique e na Guiné-Bissau. Em abril de 1974, jovens oficiais do MFA derrubaram o regime de Salazar-Caetano em Portugal, dando início ao Processo de Descolonização. Contudo, foram atividades de nível político-diplomático que, quer a nível nacional, quer a nível internacional, acabaram por apaziguar a situação contra uma independência negociada (1998).

Uma vez que o controlo imperial sobre Angola diminuiu em 1975, acabou por se dar uma eclosão dos combates em muitas províncias no país e, onde os exércitos dos três movimentos de libertação salientados (FNLA, MPLA, UNITA) se preocuparam, essencialmente, em manter a paz de forma conjunta.

Em janeiro desse ano, foi assinado, em Portugal, um Acordo em Alvor por parte do poder colonial e dos três movimentos. Acordo esse que especulava, essencialmente, um Governo de Transição, uma constituição, eleições e independência. No entanto, entrou desde cedo em decadência, até porque a transição governamental não apresentava um bom funcionamento. Com o apoio da China e dos EUA, recebeu apoio militar por parte do Zaire nos posteriores confrontos da FNLA. Por outro lado, o MPLA alcançava maior território em Luanda, sob Agostinho Neto⁵⁹, apoiado pela União Soviética e pelas tropas cubanas.

⁵⁹ Destacar-se-ia por ter assumido a primeira presidência de Angola (de 1975 a 1979) e, ainda, a presidência do MPLA.

3.1. O 25 de Abril e o Processo de Descolonização de Angola

André K. M. Sebastião (2015:61) afirma que:

“Na manhã do dia 25 de abril de 1974, Lisboa acorda com um golpe de estado militar executado pelo MFA que derruba o regime salazarista. Esse golpe, conhecido como Revolução dos Cravos, abriu caminho para a independência das colónias, uma vez que em termos ideológicos as ideias revolucionárias que circulavam pela metrópole e pelas colónias eram na essência as mesmas e os contatos entre os movimentos de esquerda africanos e portugueses eram por demais evidentes.”

No que respeita ao 25 de abril, é possível confirmar, no livro de Alexandra Marques, intitulado como “Segredos da Descolonização de Angola”, que “foi um acontecimento inesperado, distante do que eram as suas preocupações habituais” e foi, por isso, recebido “com moderada satisfação” (Marques, 1974: 25). Por outro lado, é também possível verificar que “se é certo que a notícia da mudança de regime provocou uma enorme surpresa, tanto entre os europeus como entre os africanos, não é menos verdade que não desencadeou a agitação febril vista nas manifestações na Metrópole.” (France, 1974: 25).

O primeiro sinal a verificar-se relativamente ao Processo de Descolonização de Angola acabaria por ser a substituição do Governador-Geral, Santos e Castro, pelo Tenente-Coronel Soares Carneiro. Ficando este último consciencializado da missão de que estava incumbido, dadas as inquietações e exigências das quais as populações angolanas ansiavam para o futuro do seu território, como nos dá notícia Agostinho Silva⁶⁸ (2014:246).

Através da Junta de Salvação Nacional, Portugal acaba, a 9 de agosto de 1974, por tornar pública a estratégia que delineara para o processo de retirada das tropas portuguesas em Angola, que assentava em três grandes pontos: que o novo Governo em Angola seria estabelecido a partir de uma coligação entre os três grupos nacionalistas, uma Lei Eleitoral que deveria ser estabelecida e a eleição de uma Assembleia Constituinte no prazo de dois anos, como indica Brunna Bozzi Feijó (2011: 49).

Após a renúncia de Spínola à presidência, a 30 de setembro de 1974, o MFA responsabilizou-se pela resolução dos conflitos em Angola e abriu, finalmente, o diálogo com os representantes dos grupos nacionalistas, ideia essa apresentada e defendida pelo então Ministro dos Negócios Estrangeiros, Mário Soares, que afirmou perante a comunidade internacional, que o Governo Português era favorável à Descolonização e, finalmente, em finais de outubro/inícios de novembro, começariam os esforços de diálogo entre os três representantes dos movimentos angolanos e o Governo Português, segundo Brunna Bozzi (2011:50).

⁶⁸ De nacionalidade portuguesa, é, essencialmente, conhecido pelo seu dom poético, ensaístico e, ainda, filosófico.

Em suma, «a situação militar em Angola era francamente mais favorável às forças portuguesas do que em Moçambique ou na Guiné». (Marques, 1974: 26). Em Luanda exortara os Movimentos à deposição das armas, ao início de negociações e confirmara que os quadros da extinta DGS⁶⁹ seriam transferidos para a PSPA⁷⁰ e para a PIM⁷¹, mantendo-se a OPVDCA⁷². (Ibidem: 27).

Se Costa Gomes, político e militar português, evitara dizer se a independência seria concedida, quando e como, alguns políticos expressavam a sua opinião, revelando a disparidade de pontos de vista e “as diferenças de fundo” sobre o modelo a seguir. Para o advogado e político português Almeida Santos, dever-se-ia escolher “como interlocutores preferenciais os dirigentes dos Movimentos de Libertação”, mas deixar de combater sem que o inimigo depusesse das armas que deixaria Portugal sob uma pressão insustentável. Foi o que fizeram.

Já Ministro dos Negócios Estrangeiros, Mário Soares, voltou a reunir-se com Agostinho Neto: “Os Movimentos rejeitavam a ideia de um cessar-fogo sem um acordo político prévio.” O que considerava “perfeitamente compreensível: não queriam correr o risco de desarmar e desmobilizar as suas tropas antes de terem obtido sérias garantias.” (Ibidem: 27).

A saída da tropa portuguesa era o maior receio da população branca. O CEME⁷³, General Jaime Silvério Marques, emitira uma circular sobre o dever da tropa se manter em Angola em “defesa da vida das populações”: “Estamos em negociações. Temos de manter uma posição de força para que o adversário as respeite.” Os soldados que estavam a terminar as comissões teriam de ser rendidos, mas tratava-se “mais de uma missão de Paz do que de Guerra”. E, contudo, a Paz ainda não tinha chegado a muitos pontos do território. (Ibidem: 29).

3.2. Guerra Fria, Descolonização e Despertares Sociais e Globais

A sombra de Edward Said⁷⁴ paira em torno de todos os estudos contemporâneos acerca do imperialismo. Este crítico faz uma análise penetrante sobre o como de pressupostos condescendentes do “Oriente”, infetando o pensamento Ocidental que tem forçado os estudiosos a meditar sobre as desigualdades de poder e preconceitos inscritos nos discursos básicos das Relações Internacionais. Conceitos ocidentais como a democracia, a liberdade e a justiça são, de acordo com este crítico, repletos de profundas suposições acerca de superioridade Ocidental e de subserviência Oriental. (Suri, 2006: 353).

Culpas intelectuais indicaram, assim, com especial particularidade, fatores como a legitimidade de discursos imperiais que, por sua vez, legitimam práticas imperiais de trabalho

⁶⁹ Direção Geral de Segurança

⁷⁰ Polícia de Segurança Pública de Angola

⁷¹ Polícia de Informação Militar

⁷² Organização Provincial de Voluntários para a Defesa Civil de Angola

⁷³ Chefe de Estado-Maior do Exército

⁷⁴ Crítico literário palestino

acadêmico (por parte de Said), e ainda que se tenha focado em grande parte do século XIX, acabaria por possuir enormes implicações para a história mundial pós-1945. Dos EUA, de acordo com Said, ressuscitarão todas as ferramentas “orientalistas” de um império repressivo de Guerra Fria. (Ibidem: 353).

É possível verificar-se uma certa depressão no que respeita às formulações políticas antes atuais, já que é sempre verificado o recurso ao poder e interesse nacional na gestão dos assuntos dos povos inferiores por parte do centro metropolitano. Tal cuidado destrutivo verificar-se-ia, por seu lado, quando as situações se tornam um pouco ásperas. E, por último, um aviso que tem sido rotineiramente seguido por cometer o erro, como testemunham as guerras do Vietname e do Golfo, embora a incrível, se muitas vezes passiva, colaboração com tais práticas por parte de intelectuais, artistas e jornalistas, cujas posições em casa são progressivas e cheias de sentimentos admiráveis, seja o pior cenário. Contudo, o oposto quando se trata do que é feito no exterior em seu nome.

Explicando a Descolonização em termos de Guerra Fria, segundo alguns estudiosos, o silêncio verificado por parte dos povos não-ocidentais recria o domínio orientalista de elites ocidentais. (Ibidem: 354). Referem, assim, críticas da bolsa padrão neste mesmo período. Desafiam, sobretudo, a suposição de núcleo da maioria das análises da Guerra Fria: a luta entre o liberal capitalismo americano, dominando a União Soviética dominada pelo comunismo e estruturando relações entre as sociedades após a II Guerra Mundial. A nova bolsa de estudos no “Terceiro Mundo” dá maior atenção à ideologia, mas não referente à Guerra Fria. Mencionou, em muitos aspetos, suplantando Woodrow Wilson⁷⁵ e Vladimir Lenin⁷⁶.

O novo livro de Westad, “A Global Guerra Fria”, dá, portanto, peculiar atenção à enorme bolsa de estudos sobre a Guerra Fria, mas também às críticas levantadas por Said e outros autores. Neste mesmo livro incide uma série de interrogações e interseções históricas cruciais entre esta Guerra, a Descolonização e Despertares Sociais e Globais. (Ibidem: 353-355).

Entre o Vietname e Angola, os principais Estados comunistas tornaram-se profundamente envolvidos na política local, e muitas vezes nas guerras civis. Receberam pouco retorno tangível sobre os seus investimentos, num momento em que a União Soviética, China e Cuba foram seriamente carentes de recursos em casa.

A bipolaridade da Guerra Fria era de âmbito mundial, e não apenas afetou as relações com sociedades estrangeiras, como também as definições básicas de identidade para os Estados emergentes que, de alguma forma, tivessem de escolher o sistema que iriam adotar. As rivalidades presenciadas entre capitalistas e comunistas inspiraram movimentos políticos revolucionários que, por sua vez, ofereceram quase fontes de assistência estrangeira para figuras, como de Fidel Castro para Ho Chi Minh para Patrice Lumumba, buscando assim construir novos Estados em antigos territórios coloniais. O posto colonial dos regimes refletido em dinâmicas locais não só precedeu à Guerra Fria, como também foram criaturas dessa

⁷⁵ Presidente dos Estados Unidos da América entre 1912 e 1921.

⁷⁶ Responsável, em grande parte, pela execução da Revolução Russa de 1917.

mesma Guerra. Na realidade, Fidel de Castro, Ho Chi Minh, Lumumba (líder anticolonial e político congolês), e quase todos os seus correspondentes, acabaram por internacionalizar a rivalidade capitalista-comunista da Guerra Fria na formação dos seus movimentos.

As promessas de liberdade e justiça que dominaram a retórica da Guerra Fria deslegitimaram as realidades de dependência e repressão vividas em muitas sociedades. O posto colonial dos líderes, em parte, importando a retórica revolucionária, atenderam às crescentes expectativas de cidadãos em período Pós-colonial. Pode concluir-se que se as forças da modernização viraram “camponeses em Frenchmen” antes da I Guerra Mundial, as pressões da política da Guerra Fria transformaram antigos súditos coloniais em ativistas globais em meados do século. (Ibidem: 356).

Inspirados, em parte, pelos EUA, os Despertares Sociais e Globais da Guerra Fria, habilitaram ampla oposição às políticas Norte-americanas. Douglas McDonald explica que “Westad”, perseguido por um conjunto de intervenções reformistas nestas áreas e projetado para melhorar as condições locais, herdou, a curto termo, esta defensiva posição. Porém, indicou, ainda, desacreditarem nas reivindicações americanas, a fim de lutarem pela liberdade da democracia, motivando assim figuras locais a olhar para o apoio do bloco comunista. (Ibidem: 356).

Pode, portanto, concluir-se que a Guerra Fria fez o Terceiro Mundo parecer mais importante para os EUA, mas também tornou muito mais difícil os nacionalistas deste mesmo mundo aliarem-se ao Governo dos EUA. Ao contrário do que se verificou nos EUA, em Angola, esta dinâmica apresentou maior evidência. Segundo o livro de Westad, os líderes soviéticos eram muito relutantes comparativamente ao facto de intervir nesta ex-colónia portuguesa. Além disso, também a presença de aproximadamente 30.000 forças cubanas, lutando ao lado de rebeldes pró-comunistas indígenas, sofreu um significativo aumento quanto à pressão de uma semelhante intervenção soviética. No entanto, também os EUA, trabalhando em parte através de forças Sul-africanas na região, intervieram em Angola. Deste modo, líderes soviéticos acabaram por se sentir forçados a aderir a esta Guerra Civil, não devido a qualquer especial estratégia de interesse angolano, mas porque acreditavam na opinião africana, e em outras partes de Terceiro Mundo, nomeadamente de “transformar na sua direção.” (Ibidem: 356-357).

Perante este cenário, é possível concluir que a interseção da Guerra Fria, a Descolonização e Despertares Sociais e Globais apresentaram consequências verdadeiramente devastadoras, e isto especialmente nas áreas de conflito e no âmbito do Terceiro Mundo.

Rastreando as interseções da Guerra Fria, a Descolonização, e Despertares Sociais e Globais no modelo de Westad, o presente livro oferece três perspetivas conceituais para a internacional história do período pós-1945:

Relativamente à primeira abordagem, é possível confirmar que, tal como em Angola, também a Etiópia mobilizou, a nível político, atores locais, muitas vezes convidados à intervenção das superpotências. A principal conclusão a retirar-se desta primeira abordagem é que a Descolonização era, portanto, em parte, um produto da Guerra Fria.

A segunda abordagem incide, essencialmente, na riqueza de disponíveis evidências que, por sua vez, foram uma fonte primária de várias sociedades que revelaram que o poder colonial era notavelmente difuso e multidimensional. Já quanto aos EUA e à União Soviética, as potências militares dominantes no Terceiro Mundo, foram também os que limitações de maior gravidade enfrentaram na sua alavancagem. Porém, no que respeita aos aliados menores, é possível destacar França, Cuba e o Vietname do Norte.

Em terceiro e último lugar, é dada uma especial atenção à formulação e implementação de políticas entre os governos que acabaria por comprometer os binários simples para o padrão da bolsa de Guerra Fria, mas também para as críticas de Saïd acerca do orientalismo. Pode confirmar-se que a Guerra Fria transcendeu os EUA e a União Soviética, dividindo ainda capitalistas e comunistas neste mesmo contexto, seguindo-se um envolvimento de rivalidades dentro de blocos, bem como entre eles. Incluiu também novos compromissos para o desenvolvimento económico e humano, e a devastadora propagação da violência. Contudo, o mais importante a ter em conta nesta terceira abordagem é, sem dúvida, o facto de os Estados desta Guerra e sociedades em conjunto em todo o mundo, se encontrarem mais conetados do que propriamente divididos entre si quanto à Guerra.

A partir da exploração da origem de novas fontes disponíveis a partir das diversas sociedades verificadas, os estudiosos começam a reconhecer que a Guerra Fria, a Descolonização e os Despertares Sociais e Globais tiveram muitas interseções complexas e reais que desafiam, por seu lado, uma fácil categorização. (Ibidem: 360-361).

Já segundo Arne Westad indica em “A Guerra Fria Global”, esta Guerra trata-se de um marco esforço nesse sentido. É uma modelar história de nível internacional na sua base empírica e na sua conceituação. É prova de que a pesquisa académica sobre a Guerra Fria está apenas a começar.

3.3. Estabilidade de um Mundo Bipolar

Num mundo bipolar, a limitação da violência nas relações entre Estados é incentivada por quatro conjugados fatores. Primeiramente, é de salientar que, com apenas duas potências mundiais, não há periferias. E isto porque os EUA, na época um perigo obsessivo para a União Soviética, e vice-versa, uma vez que cada um pode danificar o outro de tal forma que nenhum outro Estado pode corresponder. Na verdade, qualquer evento no mundo que envolvesse o destino da União Soviética ou dos EUA provocaria, automaticamente, o interesse do outro.

Truman, no momento da invasão coreana, não poderia repetir da melhor forma as palavras de Chamberlain na crise checoslovaca. Deste modo, acabou por afirmar que os coreanos eram um povo bastante longíquo no Leste asiático, dos quais os Norte-americanos nada sabiam. Na década de 1930, a França estava situada entre a Inglaterra e a Alemanha. A Inglaterra, por seu lado, podia acreditar que se encontrava nivelada a partir do reino. (Waltz, 1964: 882).

Após a II Guerra Mundial, não foi verificada nenhuma terceira potência situada entre os EUA e a União Soviética. A afirmação de que a paz era indivisível foi controversa, e isto quando feita por Litvinov, na década de 1930. Truísmo esse verificado na década de 1950. Qualquer possibilidade de manter uma paz geral era, portanto, necessária e uma vontade de em pequenas guerras. (Ibidem: 882).

O aperto de controlo soviético sobre os Estados da Europa de Leste levou ao Plano Marshall e ao Tratado do Atlântico Defesa, e estes, por sua vez, deram origem ao Pacto de Varsóvia Cominform e ao plano para formar um Governo da Alemanha Ocidental, que acabaria por produzir o bloqueio de Berlim. Não só seria que não existiriam periferias num mundo bipolar, como também uma segunda consideração. (Ibidem: 882).

Quando se tornou cada vez mais claro que a economia soviética estava crescendo a uma taxa que excedeu em nosso próprio bem, muitos começaram a preocupar-se com o facto de ter prejuízos a nível económico que, conseqüentemente, levariam a com que a Guerra Fria disparasse. Desarmamento de negociações tem, geralmente, sido considerado uma oportunidade para propaganda.

Em contraste com a década de 1930, era agora constante e efetiva a preocupação para com a queda de preparação militar abaixo do nível que, por sua vez, necessitou dos esforços militares dos principais antagonistas. Alterações entre as guerras afetadas dos diferentes Estados eram feitas de forma diferente, isto é, com ajuste para as ambições e variáveis capacidades de Estados dependentes em embaraçosos mecanismos de compensação e realinhamento. (Ibidem: 882-883).

Num equilíbrio multipower, que é um perigo para quem é, muitas vezes, uma questão mais obscura, o incentivo para que diz respeito a mudanças relativas a preocupação e a responder às mesmas, com o esforço que sempre pode ser necessário, no entanto, por conseguinte é enfraquecida. Nas nossas atuais mudanças de nível mundial pode afetar cada um dos dois poderes de forma diferente, o que significa tanto mais que poucos alteram no âmbito nacional ou no grande mundo no qual, por sinal, estaríamos prováveis de pensamento irrelevante. A política procedia por imitação, com tentativas ocasionais para flanquear. (Ibidem: 883).

O terceiro distintivo fator de equilíbrio bipolar, como até agora conhecido, é a quase constante presença de pressão e a recorrência de crises. Seria uma loucura afirmar que ameaças e crises recorrentes necessariamente diminuem o perigo e promoviam a estabilidade. Pode ser igualmente errado afirmar o contrário, como Khrushchev parece apreciar: "Eles nos assustam com a Guerra," disse ele aos búlgaros em maio de 1962 ", e assustá-los de volta aos poucos. Eles nos ameaçam com armas nucleares e nós dizemos-lhe: "Ouça, agora só os tolos podem fazer isso, porque temos também, e eles não são tão menores do que o seu, mas, pensamos, ainda melhor do que a sua." (Ibidem: 883).

Crises nascidas de uma condição em que os interesses e ambições de conflito foram produzidas pela determinação de um Estado, a fim de efetuar uma mudança que outro Estado escolhe para resistir. Com o bloco de Berlim, por exemplo, com a colocação de mísseis em

Cuba da Rússia, dos EUA decidiram que resistir à mudança da União Soviética se preocupou, essencialmente, numa transformação de ação em crise. Caso a condição de conflito permanecesse, a ausência de crises tornar-se-ia mais perturbadora do que a sua recorrência. (Ibidem: 883-884).

É certo que crises também ocorrem num mundo multipower, mas os perigos são difundidos, responsabilidades pouco claras e definição de vitais interesses facilmente obscurecidos. A política externa hábil, onde muitos Estados se encontram em equilíbrio, é projetado para ganhar uma vantagem sobre um Estado sem antagonizar os outros e assustá-los numa ação unida. Muitas vezes, na Europa moderna, possíveis ganhos têm parecido maiores do que propriamente as perdas prováveis. Estadistas poderiam, assim, esperar que em crises para impulsionar uma questão ao limite, sem causando todos os potenciais opositores à união. Quando possíveis inimigos são vários em número, a unidade de ação entre os Estados é difícil de garantir. (Ibidem: 884).

Num mundo bipolar, por outro lado, a atenção é focada sobre crises por ambos os principais concorrentes, e especialmente pelo Estado na defensiva. Para mover fragmentada e obterem ganhos em série foi difícil, para dentro de um mundo em confusão haver grande certeza, a saber, o conhecimento de quem e a quem foi. Um do lema ainda pôde ser "empurrar para o limite", mas o limite devia ser enfatizado tão fortemente como empurrado. Cautela, moderação e gestão de crises vieram de grande e óbvia importância. Muitos argumentavam, no entanto, que o cuidado em situações de crise, e como resultado de uma estabilidade bipolar, e foi contabilizado pela existência de armas nucleares, com o número de Estados envolvidos comparativamente com o seu ícone. (Ibidem: 884).

No mundo Pós-guerra, a bipolaridade antecedeu a construção de dois, opondo sistemas de armas atômicas. Os EUA, com a estabilidade de um mundo bipolar, obtiveram algum sucesso, superioridade tecnológica para as despesas, substituído num convencional sistema militar como um impedimento à União Soviética durante os anos em que tivemos pela primeira vez um monopólio atômico e, em seguida, um determinante da Beira dentro da quantidade e qualidade de armas.

A política militar americana não era uma questão de necessidade, mas de preferência baseada num cálculo de vantagem. Alguns aumentos das despesas e uma repartição diferente dos fundos permitiu os EUA dissuadirem a União Soviética, colocando de forma credível a ameaça de qualquer tentativa soviética, e pode dizer-se que, esmagando a Alemanha Ocidental, traria aos EUA, uma grande escala de Guerra Convencional. Para a União Soviética, a Guerra contra os Estados europeus separados prometeu grandes ganhos. Dado o equilíbrio bipolar, verificou-se a tal Guerra que era empreendida sem a clara perspectiva de entrada dos EUA. (Ibidem: 884-885). Sem a tecnologia nuclear, tanto a União Soviética como os EUA apresentaram ter capacidades para desenvolver armas, a fim de de considerar o poder destrutivo capaz.

Se o número de Estados é menos importante que a existência da energia nuclear, em seguida, deve perguntar-se se o equilíbrio mundial seria continuar a ser estável em três ou

mais Estados capazes de se levantar para níveis comparáveis de potência nucleares. Por diversas razões, foram várias as dúvidas surgidas relativas ao modo de segurança que o equilíbrio poderia transparecer: preocupações sobre acidentes, e desencadeando a questão, se encontraram generalizadas. Porém, um perigo mais elevado poderia surgir a qualquer momento, como foi a questão da existência do aumento do número de Estados nucleares para os mais viris deles para manobrar, com os Estados defensivos paralisados pela posse de forças militares. Uso esse do que significou a sua própria destruição. Seria, isso, de estar de volta na década de 1930, com a adição de uma nova dimensão de força que aumentasse as pressões sobre "pow status" para fazer fragmentadas concessões.

Até porque bipolaridade precedida significava uma concorrência nuclear de dois poderes, já que na ausência de armas nucleares, poder destrutivo era, ainda ótimo, pois a existência de um número de Estados nucleares iria aumentar a gama de difíceis opções políticas. Finalmente, como será discutido abaixo, tratar-se-á do porquê as armas nucleares terem devido ser primeiramente vistas enquanto produto de grandes capacidades nacionais, e não a sua causa. (Ibidem: 886).

Num mundo bipolar, por definição, cada um dos dois Estados ou blocos ofuscava todos os outros. Ricaard Rosecrance, referindo-se ao período desde a Guerra, descreveu o mundo como "tripolar." Walter Lippmann, num número de colunas escrito no final de 1963 e início de 1964, avaliou as recentes iniciativas da França e da China comunista, a sua capacidade de se mover contrária aos desejos dos EUA e da União Soviética, como a marcação do fim do mundo Pós-guerra, em que as duas superpotências controlavam de perto as ações, inclusive mesmo os seus principais associados. Hedley Bull, num documento preparado para o Conselho de Relações Exteriores, de 1963, tentativamente chegou à conclusão de que entre a época e 1975 "o sistema de polarização de poder deixará de ser reco irreconhecível: que outros estados vão contar para tanto no mundo político que os dois apresentam grandes potências achará que é difícil, mesmo quando cooperando, dominá-los." (Ibidem: 886-887).

O Governo dos EUA considerou ser mais fácil convencer as grandes corporações e os grandes sindicatos de cooperação numa política anti-inflacionária do que para garantir o cumprimento das pequenas empresas e independentes sindicatos. Na realidade, o partido político na oposição mostrou ser mais livre para falar de forma irresponsável do que o Governo. O poder corrompeu e tornou os seus possuidores responsáveis. A posse deliberata riqueza e escraviza que padrões semelhantes foram exibidos nas Relações Internacionais que dificilmente surpreenderiam. Não é incomum para descobrir que menores Estados tinham um incómodo valor considerável relativamente aos Estados deles superiores no poder. (Ibidem: 888).

Para descrever o mundo como bipolar não significa que qualquer um pudesse exercer um controlo positivo a cada um outro onde no mundo, mas que cada um tinha interesses, essencialmente, globais, embora a ajuda pudesse ser muitas vezes desejável. Para dizer aquilo que a bipolaridade tinha, até recentemente, significava mais do que isso, ou seja, era interpretar de forma errada a história do mundo Pós-guerra. O secretário Dulles, em meados

de 1950, investiu contra o neutralismo, descrevendo-o como imoral. O seu julgamento correspondeu a uma convicção frequentemente expressa em declarações comunistas. P. E. Vyshinsky, na edição de problemas de Filosofia, 1948, onde declarou:

"O único critério determinante de revolucionário internacionalismo proletário é: você está a favor ou contra a URSS, a pátria do proletariado mundial? ... A defesa da URSS, a partir da pátria socialista do proletariado mundial, é o dever sagrado de cada homem honesto em todos os lugares e não só dos cidadãos da URSS." (Ibidem: 888).

Ao chegar a um acordo neutralista, já que ambos os EUA e a União Soviética têm feito, as superpotências começaram a mostrar verdadeiramente a sua incapacidade para estender as suas vontades sem limite. Deste modo, tendo em conta as considerações acima referidas, é possível indicar que, se recente independente ação da França e da China comunista indicam, de facto, o declínio da bipolaridade, ou somente o enfraquecimento dos blocos bipolares com uma relação bipolar ter sido entre os EUA e a União Soviética. Contudo, pela avaliação da valorização realizada acerca da independência, o último parece ser o caso. O conde de Casa, quando era Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, pensou num possível desenvolvimento a partir do aumento de potência da União Soviética, enquanto os EUA num impasse nuclear que daria aos Estados do meio uma maior oportunidade de manobra. (Ibidem: 888-889).

(De Gaulle) Chou En-lai disse "as fraternas dos povos chinês e soviético vão ficar de pé juntas em qualquer tempestade que irrompe no cenário mundial." É possível concluir disputas ideológicas e amargas entre a China e a Rússia, de entre elas de nível político de conflitos. Mas ainda assim, os interesses mostraram-se mais duráveis do que as alianças no qual eles, por vezes, encontraram expressão. Apesar de os laços da aliança não se encontrassem nas melhores condições, o interesse da União Soviética não pôde facilmente acomodar a destruição da China, se isso significa que o poder Ocidental estaria pronto na fronteira da Sibéria. (Ibidem: 889).

Na realidade, como se deve esperar, a contribuição de cada aliado só foi notável quando acreditou os seus interesses o obrigarem a fazer um esforço. Ao resistir à invasão de tropas chinesas da Coreia do Norte e, mais tarde, cerca de 90 por cento das forças não-coreanas, foram fornecidos pelos EUA. No Vietname do Sul, no presente momento, os EUA eram o único país estrangeiro envolvido. Unidades militares britânicas e francesas na Alemanha Ocidental, sob a força mal equipada, são de pouca utilidade. A Europa Ocidental continuava a ser, por seu lado, um consumidor direto de segurança. O único interesse de notório significado dos EUA era, portanto, que cada país que podia ser ameaçado pela invasão soviética, seria politicamente estável e capaz de resistir a subversão, fosse autodependente e menos de um gasto para nós, num possível início militar, medidas para colocar algum tipo de

defesa sobre estes pontos. O interesse Norte-americano na Europa Ocidental apresenta precisamente o mesmo nível económico nos países pouco desenvolvidos. (Ibidem: 890).

No caso dos países europeus, as perdas eram mais difíceis de sustentar e existiam vantagens claramente a ser adquiridas pelos EUA, onde os nossos interesses e os deles se sobrepuseram. Seria difícil argumentar que os programas de ajuda externa sob tomadas pela Grã-Bretanha, França e Alemanha Ocidental suplantavam propósito nacional ou tenham sido alargadas em resposta ao nosso insistindo o seu dever de partilhar as responsabilidades militares e económicas que os EUA já tinham assumido. (Ibidem: 890-891).

O esforço britânico continuou dependente da ajuda americana, e o esforço francês, para construir um sistema de armas nucleares eficaz, encontrou-se sob sua infância. A independência da recente política francesa não pôde ter sido fundamentado numa força nuclear que mal existia. Era, sim, um produto da inteligência e política que iria ser exercida pelo presidente de Gaulle, num mundo, no qual, o bipolar beco sem saída fornecia aos fracos que tinham alguma oportunidade de ação. Na esteira da Guerra, os países da Europa Ocidental de restituições apresentaram uma considerável influência da sua fraqueza e da nossa habilidade para deixá-los sucumbir as dificuldades internas ou externas pressões, sem nos desfavorecendo, assim, em relação à Rússia. Na verdade, eles necessitavam imenso do nosso apoio. (Ibidem: 891).

O padrão do Pós-guerra foi, mais cedo, foi um padrão de interdependência com conseqüente influência para parceiros júniores. Mais recentemente, uma menor interdependência permitiu e produziu afirmações de independência que deviam ser entendidas como os esforços para recapturar influência que alguma vez apreciou. Em 1960, 1,5% da população total para a França; 1,01% para os Estados Unidos; 1,39% para os EUA. A durabilidade do Mundial Bipolar como descritivos restos prazos apropriados existiu, longamente, como uma grande lacuna entre o poder dos dois países líderes e o poder dos próximos Estados mais consideráveis. Certamente que 750 milhões de chineses deviam permitir o seu Governo comunista fazer algumas coisas bastante prejudiciais aos EUA ou à União Soviética, ou mesmo para ambos. Quando um considerava os Estados Europeus do Ocidente, ele podia ser atingido pelo seu rápido movimento de dependência económica e militar sobre os EUA para posições de alguma independência. (Ibidem: 891-892).

Era fácil pensar que a tendência continuaria até que, mais uma vez, nas palavras de Hedley Bull, "ao longo da próxima década, a União Soviética e os EUA se vão encontrar ainda as principais potências em sistemas opostos de alianças, mas, como a Grã-Bretanha e na Alemanha entre 1907-1914, consciente de que os seus aliados não estão irrevogavelmente comprometidos devido à causa e capazes de cooperar-se contra os seus aliados menores nas questões específicas."

Os EUA tinham tido gastos no seu estabelecimento militar anual numa quantia de dois terços ou mais da totalidade do produto nacional bruto da Alemanha Ocidental, britânico ou francês. Em 1962, o gasto da Europa da Seis e da Grã-Bretanha defendia, por seu lado, menos de um quarto das despesas militares dos EUA. O país que iria desenvolver os seus próprios

recursos, militares e outros, a fim de desempenhar um papel independente no mundo, enfrentando um terrível problema. Era compreensível e tentador para esses mesmos países acreditar que, através do desenvolvimento de sistemas de armas nucleares, podiam visivelmente diminuir a diferença entre eles e os superpoderes. A suposição de que as armas nucleares iriam servir como o grande igualizadora apareceu inicialmente e mostra uma impressionante persistência. (Ibidem: 892-893).

"O pequeno país", escreveu Jacob Viner, em 1946, "voltará a ser mais do que uma cifra ou um mero peão no poder político, desde que seja grande o suficiente para produzir bombas atômicas." Stanley Hoffmann, escrevendo no presente ano, reflete um pensamento semelhante nas seguintes palavras:

"É verdade, o programa nuclear francês é caro; mas também é verdade que rearmamento convencional não é mais barato, e que uma divisão de trabalho que deixaria todas as armas nucleares nas mãos dos Estados Unidos e especializar, em forças convencionais, iria afetar a Europa para a dependência permanente (tanto militar e político) na Guerra Fria e no declínio permanente na competição internacional." (Ibidem: 893).

A estabilidade de um mundo bipolar depende da sua manutenção e funcionamento em cima de uma "neutralidade de alinhamento", no momento da grave ameaça. Para preservar os sistemas, os Estados poderosos devem ultrapassar os constrangimentos de laços anteriores e as pressões de ambas as preferências ideológicas e conflitantes interesses presentes, a fim de confrontar o Estado que ameaça o sistema. Na história do sistema estatal moderno, a flexibilidade do alinhamento tem sido conspicuamente ausente apenas quando, no interesse da estabilidade, foi bastante mais desejável. Uma comparação de flexibilidade num mundo multipower, com a capacidade de dois superpoderes para compensar as mudanças pelos esforços internos, é necessária para comparação da alteração do equilíbrio de otimismo e pessimismo, como habitualmente aplicada para os dois sistemas diferentes. Dentro do mundo da década de 1930, com um agrupamento europeu de três democracias ocidentais, de lassidão, a inibição política e aversão ideológica, abstiveram-se de agir ou combinar com outros no momento vantajoso da Guerra, desde que a pressão que forçou Estados do mundo em duas colizações opostas. Em tempo de paz, o mundo bipolar apresentou uma clareza de relações que é, por norma, encontrado apenas em Guerra. (Ibidem: 901).

Raymond Aron diria que, num mundo bipolar, em comparação com uma das muitas atribuições, o Sistema Internacional é mais provável a dominar. Pressão externa, se clara e grande o suficiente, acaba forçando a nação externa ou mesmo o seu esforço interno, a fim de o interesse o exigir. O caráter político do parceiro de aliança é então mais facilmente esquecido, e na medida em que política estrangeira é determinada pela ideologia, é de vincado. Nas relações de Estados desde o Tratado de Westphalia, nunca houve mais de oito grandes potências. Verificada uma escassez de membros, os Estados não podiam contar com

uma equilibrada tendência do sistema. Cada Estado devia, pois, olhar para os seus próprios meios, avaliando a probabilidade de encontrar oposição, e estimar as hipóteses de sucesso e cooperação. (Ibidem: 901).

As vantagens de um Sistema Internacional com mais de dois membros poderiam, na melhor das hipóteses, ser pequenas. A fixação sobre as vantagens de flexibilidade num equilíbrio multipower, encontrada muitas vezes de “mãos dadas” com uma tensa ansiedade associada a bipolaridade: o medo de que um descendente slide ou um súbito avanço tecnológico, um ótimo estado ou a outra seria decisivamente alterar o equilíbrio entre eles, ou a ocorrência poderia trazer a Guerra catastrófica, que para os desfavorecidos seriam uma Guerra de desespero, ou a dominação do mundo de um centro com ou sem precedente Guerra. O medo é generalizado, e em escritos americanos mais frequentemente se baseia na suposição de que, internamente dissoluta e cansado da luta, atribuímos palma da mão para a União Soviética. Às vezes, essa ansiedade encontrara uma maior expressão sofisticada, que se transformara menos sobre internamentos desarranjados. (Ibidem: 901-902).

Neste ponto de vista, os EUA, enquanto poder defensivo mundial, encontravam-se inerentemente em desvantagem, visto o agressivo poder ir, necessariamente, ganhar, mas isto caso a competição se prolongasse por tempo suficiente. Mas uma conclusão derivada de uma proposta incompleta foi enganosa. Deve-se acrescentar, pois, que o Estado agressivo poderia perder, mesmo o Estado, buscando para apoiar o status que nunca tenha tomado a ofensiva. A União Soviética não controlou nenhuma nação até à época, exceto, possivelmente, Cuba, que não era parte dos seus ganhos do Pós-guerra. Os EUA, desde que começaram a comportar-se como um poder defensivo, começaram a ver alguns Estados escapar-se de compromissos com a neutralidade. Apenas o Vietname do Norte e Cuba se encontravam sob controlo comunista. (Ibidem: 902).

Em suma, pode argumentar-se que os EUA tinham vindo a ganhar, embora tal decisão dependesse da linha de base, a partir da qual a medição era feita, bem como sobre a forma como ganhos e perdas foram definidos, que os EUA e a União Soviética pesassem perdas e ganhos, de acordo com o seu efeito relativo ao equilíbrio bipolar ter sido crucial. Todavia, verificaram-se muitas mudanças em África, Ásia ou mesmo na América Latina que não se mostraram suscetíveis de ser, em benefício, tanto da União Soviética ou dos EUA. (Ibidem: 902-903).

É importante perceber que o Mundo Bipolar era contínuo, e isto para que não se preocupasse desnecessariamente e definir o gesto irrelevante, ou mesmo a sugestão útil de potências menores como problemático. Uma taxa de crescimento de 5 por cento sustentada por três anos gostaria de acrescentar ao produto nacional bruto americano uma maior quantidade de que todo o produto nacional bruto da Grã-Bretanha ou na França ou Oeste da Alemanha. Mesmo assim, o acréscimo de poder da União Soviética iria desfrutar, adicionando, por exemplo, da capacidade da Alemanha Ocidental para si próprio. Seria extremamente importante, e um tal ganho poderia facilmente levar a outros. Grande parte dos ganhos de fora, no entanto, pôde adicionar relativamente pouco aos fortes pontos da União Soviética ou

dos EUA. Houve, então, algumas perdas individuais que seriam cruciais. Declaração essa que apontou para uma tensão dentro do nosso argumento. Na verdade, a bipolaridade encorajou cada “gigante” para se concentrar nas crises, além de tornar a maioria deles de inconsequência relativa. Podemos, em vez colocá-lo desta maneira: Crise é uma preocupação apenas quando dando lugar levaria a uma acumulação de perdas para um e ganhos para o outro. (Ibidem: 903).

A União Soviética e os EUA permaneceram para um futuro previsível frente aos dois países que poderiam danificar irreparavelmente cada um de outros. Enquanto ambos possuíam de capacidades, cada um deveria preocupar-se com o facto de que o outro poderia estar a usá-lo. A preocupação descrevia, na realidade, os limites que, até agora limitado, tanto na edificação das tensões e no abatimento de concorrência, onde existiam armas de poder destrutivo terrível, como na estabilidade aparecia necessariamente como um importante fim. Não foi, no entanto, o valor mais alto de todos. Aquele que aceitou a análise bipolar e as conclusões que têm atraído, até então pôde, contudo, preferir um mundo de diversos poderes. Para exemplo, a unidade e a autodependência da Europa colocou a classificação mais elevada do que a estabilidade internacional. Ou, ainda, pensar que na União Europeia, como meio de fusão americana, tinha o poder enquanto força de uma Europa unida, a fim de alcançar hegemonia Ocidental. A análise unipolar, por outro lado, podia ser preferível para estas PEO⁷⁷. Pior que, em seguida, tornar-se-ia dominante a uma competição entre dois polares Estados. Poderia até prometer uma maior estabilidade. (Ibidem: 903-904).

Ambos os países poderiam ir furiosos ou sucumbir à inanição e debilidade. Que as necessidades eram claras aumentava as hipóteses de que eles iriam ser cumpridos, mas não verificar-se nenhuma garantia. Perigos do exterior conseguiram unificar um Estado e, conseqüentemente, estimular o seu povo à ação heróica. Ou, tal como com França de frente para a Alemanha de Hitler, as pressões externas tiveram a oportunidade de dividir os líderes, confundir o público e aumentar a sua vontade de dar caminho. Por outro lado, também poderia vir a confirmar-se que as dificuldades de ajustamento e a necessidade de uma ação calculada, simplesmente, se tornassem muito vastas.

A clareza com que, na altura, as necessidades de ação podiam ser vistas, podia ser apagada fora de acegadas nucleares explosões. Ao fazer os dois Estados mais fortes e o surgimento de poderes terceiros mais difíceis armas nucleares, tinham ajudado a consolidar uma condição da bipolaridade. Tratou-se de uma grande ex-tenda devido à sua bipolar estrutura que o mundo desde a Guerra tinha desfrutado de uma estabilidade raramente conhecida onde três ou mais poderes tinham procurado a cooperação entre si ou, mesmo, ter competido para existência. (Ibidem: 907).

⁷⁷ Professional Employer Organization

3.4. Descolonização e Pan-Africanismo

Tal como a negritude e o nacionalismo, o Pan-africanismo distingue-se do nativismo por ser um movimento social e cultural que poderemos considerar moderno, encabeçado e integrado por pessoas de formação escolar superior à dos nativistas. Inclusive, no seu livro “O fato africano: elementos para uma sociologia da África”, o Professor Doutor José Carlos Venâncio refere atrever-se a dizer que o Pan-africanismo é integrado por líderes e seguidores perfeitamente ocidentalizados. (Venâncio, 2000: 72-73). É, ainda, possível confirmar que Alexander Crummell, por muitos considerados enquanto pai do nacionalismo africano, e Wilmot Blyden, são dois dos seus grandes fundadores.

Como todos os movimentos “pan”, também o Pan-africanismo pretendia unir o destino de povos de dois continentes. Nesse propósito, o continente africano era tido como a mítica terra de origem dos negros americanos. Deste modo, o regresso a África, era sobretudo levado a cabo por iniciativas da “American Colonization Society”, a partir de 1820. Acabou por ser criado o exemplo do que os ingleses já haviam perpetrado na Serra Leoa (a partir de 1787), a Libéria, reconhecida pelos EUA, em 1824, como sua colónia e elevada a Estado independente, em 1847 (Montenegro 1967:28). (Venâncio, 2000: 72-73).

Numa fase inicial, as posições pan-africanistas, tais como eram defendidas por Alexander Crummell, Edward Wilmot Blyden, Booker T. Washington⁷⁸ e W.E. Du Bois⁷⁹, confundiam-se com as destes movimentos intelectuais. Apenas com a fundação da revista “The Crisis” / “NAACP⁸⁰”, onde Du Bois assumiu a diretoria entre 1910 e 1932, é que o pensamento Pan-africanista foi alcançando autonomia relativamente aos outros movimentos negros. Foi, deste modo, sendo cativada a atenção de intelectuais africanos, por sinal não só anglófonos, conduzindo o próprio diretor da época a adquirir um pensamento mais africanista.

No que respeita à progressiva deslocação dos interesses pan-africanistas para as questões africanas, enquanto projeto social, o Pan-africanismo acabou por se autonomizar. E, graças a tal autonomia, acabou mesmo por se encontrar no facto de se ter sediado no eixo decisório Europa-África. Em outras palavras, a razão de ser do Pan-africanismo, até então, é sediada no eixo decisório Europa-África.

Deste modo, dos cinco congressos pan-africanistas planeados, pode confirmar-se que o primeiro ocorreu em Paris, em 1919; o segundo em Londres, em 1921; o terceiro decorreu novamente em Londres, porém também em Lisboa, em 1923; o quarto sucedeu em Nova Iorque, em 1927; o quinto e último realizou-se em Manchester, em 1945. Todos eles, portanto, serão realizados na Europa, levando-os a merecer especial atenção. No entanto, de entre eles, o de Manchester, onde Kwame Nkrumah, futuro presidente do Gana, o primeiro país africano a tornar-se independente em 1957, foi a principal estrela. (Ibidem: 73-74).

⁷⁸ Mestiço, formado pela Universidade de Hampton em 1875.

⁷⁹ O primeiro negro a doutorar-se na Universidade de Harvard em 1895.

⁸⁰ Órgão da National Association for the Advancement of Colored People/ Associação Nacional para o Avanço dos Povos de Cor.

Ainda relativamente a Du Bois, é possível constatar uma certa aproximação quanto à questão racial, substituindo maiormente, nos propósitos do combate, o homem negro pelo homem explorado. Esclarecedor de tal mudança/evolução de pensamento, indica:

“Em certa época, eu teria respondido a essa pergunta com simplicidade: teria dito à “pátria”, ou talvez, melhor ainda, a “mãe pátria”, porque nasci no século em que os muros da raça eram claros e eretos (...). (...) o conceito de raça modificou-se tanto e apresentou tamanhas contradições que, ao olhar para a África, pergunto a mim mesmo: que é isso entre nós que constitui um laço que sou mais capaz de sentir do que de explicar? A África é, evidentemente, a minha pátria. No entanto, nem o meu pai nem o pai do meu pai jamais a viram, ou ainda souberam do seu significado, ou se importaram excessivamente com ela.” (Ibidem: 74-75).

Por outras palavras, Du Bois acredita em valores como a pureza da raça negra e da raça branca, opondo-se, desta forma, à miscigenação e ao suicídio racial. Acredita, na verdade, na força e no poder de África, defendendo, ainda, que todos os povos são livres de promover os seus próprios ideais e civilização, como é o caso do privilégio de negociarem entre si.

A negritude, considerada por alguns como a versão cultural do Pan-africanismo (Benor, 1981: 198 e segs), é um movimento mais cultural que político, com grande expressividade no mundo de língua francesa. É possível contestar que a negritude veio contribuir fortemente para a consciencialização cultural e nacional dos intelectuais francófonos, e naturalmente também dos lusófonos. (Venâncio, 2000: 76-77).

3.4.1. Organização da Unidade Africana

Foi mesmo uma consequência do despertar dos povos colonizados. Povos esses os construtores do chamado Terceiro Mundo, enquanto “comunidade” que partilha do sentimento de ter sido expropriada pelo Ocidente, pelo Colonialismo Europeu, e como tal, estar condicionada à partilha de um destino comum. Para a consolidação de um tal sentimento de partilha, contribuiu todo um conjunto de conferências, começando pelo Congresso dos Povos Oprimidos, reunido em Bruxelas, em 1927. (Venâncio, 2000: 78). Além de esta conferência ter constituído um desconforto ao Movimento dos Não-Alinhados, pelo menos dois dos princípios foram aprovados, visto o segundo e o terceiro terem acabado por incentivar os líderes africanos na luta pela independência dos seus países contra o nacionalismo europeu e contra a inferiorização do homem negro.

A ideia de unificação de uma África Independente, em particular, e o nacionalismo africano, em geral, receberam, todavia, um áspero golpe devido à divisão dos líderes

nacionalistas, em 1961, em dois grupos: o dos Estados de Casablanca e o dos Estados de Monróvia. (Ibidem: 80).

A formação desta Organização, em maio de 1963, em Addis Abeba, veio, de certo modo, retificar esta divisão. Conquanto tenham dominado os princípios defendidos pelo grupo de Monróvia (Organização não-federativa e limitada a alguns pactos, como a não intromissão em assuntos internos de cada um dos Estados, a não alteração das fronteiras herdadas do período colonial, e o respeito recíproco da soberania e da integridade territorial).

Acabaria, no entanto, por tratar-se do culminar de esforços e pensamentos desenvolvidos pelo povo africano, na época liderado pelo Presidente do Gana e da Tanzânia. Nesse mesmo ano, o Presidente Kwame Nkrumah⁸¹, argumentou que um Governo da União para África acabaria por ser o veículo a apresentar maior eficácia à obtenção de uma emancipação social, política e económica africana. Este ponto de vista foi contestado pelo Presidente da Tanzânia, Nyerere, que acabou por defender uma abordagem incremental para um único Governo de África como oposição à visão de Nkrumah de um "Governo Africano agora". (Francisco, 2004: 94).

Insistindo no facto de o pensamento duro e detalhadas negociações terem de substituir slogans, ainda que os objetivos da unidade africana estivessem a ser atingidos, Nyerere acreditava também que nenhum dos Estados africanos poderiam ter conseguido o que considerou, individualmente, uma forma ideal de Organização. Desta forma, a OUA viu-se obrigada a enfrentar desafios de reformulação da mesma, a fim de ativar, eficazmente, os desafios da utilização e esforços coletivos para promover um desenvolvimento económico-social.

Os líderes começaram a olhar para a cooperação, de nível continental, como a base do sucesso e, conseqüentemente, a discutir o desenvolvimento continental em oposição ao fragmentário desenvolvimento de específicas regiões africanas. Estes iniciais pontos de vista foram sendo incorporados a nível nacional. No entanto, por fim, acabaram por ajudar ao facto de a luta conseguir ganhar uma articulação mais clara durante a luta pela independência.

Porém, ainda enquanto divisora do pensamento e do movimento pan-africanista, a OUA acabou por ajudar ao facto de a corrente implícita no Pan-africanismo e os objetivos de libertação africana determinarem o imperativo institucional e organizacional da unidade entre africanos. Contudo, os seus objetivos tinham também sido reforçados de forma mais ampla, e isto num sentido promocional do desenvolvimento económico e social após o fim do regime colonial e da opressão branca na África Austral. Basearam-se, por sua vez, essencialmente, em promover uma cooperação política na luta por libertar todo o continente africano do colonialismo e da opressão branca.

⁸¹ Foi um líder político africano, bem como um dos fundadores do Pan-Africanismo e, ainda, o Primeiro-ministro entre 1957 e 1960 e Presidente de Gana desde 1960 a 1966.

Ao fazê-lo, procurou avançar com os esforços dos desenvolvimentos africanos por libertar o continente a partir de pobreza, promovendo o desenvolvimento económico dos membros constituintes dos seus países. De entre os seus principais objetivos, destacam-se:

- Planeamento económico global numa base regional que impulsionaria ao povo africano uma capacidade económica, expandindo, assim, o seu mercado e maximizando a exploração dos recursos de África para o benefício do povo;
- Estabelecimento de uma estratégia militar e de defesa unificada para proteger África da agressão imperialista. Este segundo objetivo colocou em prática uma política externa unificada para lhe dar proteção política e desenvolvimento económico.

Estes objetivos foram tão fundamentais como articulados por Kwame Nkrumah que, por seu lado, continuariam a ser relevantes na era contemporânea e constituem, ainda, objetivos essenciais no discurso sobre a presente formação de um Governo de União em África. E, para alcançá-los, os Estados membros comprometeram-se a harmonizar as suas políticas nos domínios da cooperação política diplomática e da cooperação económica. Para isso, incluíram a cultura, transporte e comunicação, educação, saúde e desenvolvimento da ciência, negociação, mediação, e a conciliação ou arbitragem.

Contudo, outros princípios incluíram ideais como a condenação sem reservas em todas as suas formas de assassinatos políticos, de subversivas atividades por parte dos Estados vizinhos ou quaisquer outros Estados, como é o caso de uma absoluta dedicação à total emancipação dos países africanos que estavam ainda dependentes, e da afirmação de uma política de não alinhamento em relação aos dois blocos, e em seguida, sob a era da Guerra Fria. O bloco Ocidental era liderado pelos EUA e o bloco de Leste pela URSS. Ao anunciar os princípios da OUA, os fundadores previram uma Unidade Africana que, por sua vez, transcendeu as diferenças étnicas e materiais até então verificadas.

3.5. Política Externa de Angola: Recalibrações Pragmáticas do Poder

A história Pós-colonial de Angola foi definida através da interligação entre a Segurança Nacional e as Relações Internacionais. Internamente, Angola acabou por investir, desproporcionalmente, num forte setor de segurança para lidar com as imediatas ameaças colocadas por partidos de oposição. A nível internacional, por seu lado, concentraram-se os esforços diplomáticos em consolidar as relações com aliados estratégicos, nomeadamente a antiga URSS e Cuba, a fim de ajudar ambientes externos, de forma a ganhar vantagem. (Malaquias, 2011: 3).

Esta estratégia obteve sucesso em assegurar a sobrevivência do regime graças ao fim da Guerra Civil e, ainda, porque o regime procurou consolidar os seus ganhos que, por sua vez, tratar-se-iam de uma importante recalibração política externa resultante no

desenvolvimento de uma parceria estratégica com a China. Recentemente, expectativas e exigências internas para o rápido crescimento económico dentro de um sistema político democrático fizeram com que as relações com democracias maduras como os EUA tendem a ter precedência. (Ibidem: 4). Angola passou, deste modo, a existir como um Estado independente em circunstâncias traumáticas. De entre os meses que antecederam à regra portuguesa, terminado em novembro de 1975, o país rapidamente entrou em Guerra Civil depois de três movimentos nacionalistas: a FNLA, a MPLA e a UNITA. Porém, não conseguiram encontrar um terreno comum sobre como compartilhar o poder e riqueza em Angola Pós-colonial.

Como o líder do MPLA, Agostinho Neto, declarou a independência de Angola, a pesada argumentação poderia ser ouvida como o avanço das tropas da FNLA/zaienses, parados por sinal nos arredores da capital. A UNITA/avanço Sul-africano também foi parado pelo Sul de Luanda, em grande parte devido à intervenção militar cubana. A falta de desalojar o MPLA de Luanda antes da independência não impediu, contudo, os seus adversários de tentar derrubar o seu Governo nascente. Ele marcou o início de uma prolongada Guerra Civil, em que a UNITA foi o principal inimigo interno, e a África do Sul, o Zaire e os EUA foram os principais adversários externos. (Ibidem: 5).

Desde a independência, Angola tem pragmaticamente recalibrado as suas relações externas e procurou patrocinadores globais chave para sobreviver às traumáticas primeiras décadas como um país independente e desenvolver uma alternativa viável Pós-colonial, um Estado Pós-conflito. As relações de Angola com as antigas URSS desempenharam um papel crucial durante este período. (Ibidem: 5).

A política externa refere-se à realização de compromissos globais de um Estado a atingir, consolidar ou avançar os objetivos estratégicos específicos em relação a outros Estados. Tendo uma soberania alcançada em difíceis condições e, por vezes, mesmo violentas, e com poucos recursos estratégicos para o exercício dessa soberania, efetivamente, muitos países africanos acabam por executar as suas políticas externas como um instrumento fundamental para garantir a assistência externa, a fim de resolver os seus problemas internos. Angola exemplifica esta tendência. (Ibidem: 5).

Desde a independência de Portugal, em 1975, Angola tem enfrentado graves desafios nacionais, regionais e internacionais. A realidade doméstica dominante de Angola para os primeiros vinte e sete anos foi a Guerra Civil. Enfrentou um ambiente regional desfavorável dominado por dois inimigos (o Apartheid África do Sul e o Zaire de Mobutu), que acabou por ser um importante campo de batalha da Guerra Fria.

As relações exteriores de instintivo pragmatismo do MPLA permitiu a Angola alcançar sucessos impressionantes, especialmente a nível regional, apesar das probabilidades contra ele. (Ibidem: 5-6). Confrontados com desafios domésticos aparentemente insuperáveis, o Governo do MPLA haveria obtido uma recalibração regular quanto às Relações Internacionais de Angola como uma ferramenta para empregar aliados externos que poderiam ajudá-lo a superar esses desafios.

Durante os anos críticos seguintes à independência e através de grande parte da década de 1980, Angola dependia fortemente da URSS e de Cuba. A sua ajuda foi fundamental para permitir que o MPLA conseguisse a sobrevivência de incursões militares Sul-africanas regulares em território nacional, que teve o duplo objetivo de interromper as operações da SWAPO para a Namíbia e prestar assistência à UNITA. Combinado com o apoio dos EUA, assistência Sul-africana, especialmente na formação e logística, desempenhou um papel fundamental na transformação da UNITA numa poderosa força semi-convencional que, no final da década, acabou por representar uma séria ameaça de destruição perante o Governo do MPLA. (Ibidem: 6).

Quando a Guerra Civil terminou, em 2002, o Governo angolano comprometeu-se a outra grande recalibração das suas relações exteriores para se alinhar com dinâmicas domésticas, regionais e internacionais alteradas. A nível interno, o principal inimigo interno do Governo, a UNITA, teria sido derrotado no campo de batalha e havia evitado, desesperadamente, implosão após a morte do seu fundador, e de longa data líder, Jonas Savimbi, morto em combate. Isso permitiu ao Governo transformar o seu foco e consolidar o seu poder, demonstrando a capacidade de governar, sem restrições, pelo peso da Guerra. (Ibidem: 6).

É de sublinhar que, de muitas maneiras, a China, poder liberal em rápido crescimento de recursos com fome, trata-se, sem qualquer tipo de dúvida, de um estratégico e ideal parceiro de nível global para Angola nesta fase particular do crescimento pós-guerra. É capaz e está disposta a fornecer as quantidades maciças de capital e de mão de obra especializadas que Angola necessita para realizar os seus planos de reconstrução ambiciosas como um primeiro passo fundamental para alcançar um crescimento económico acelerado capaz de dar resposta aos níveis agudos de pobreza. E isto, ainda que a sua assistência seja condicional, tais como a sua estipulação de acesso aos recursos naturais de Angola, especialmente de petróleo, ao contrário do Ocidente, que não exige uma governação transparente como uma condição essencial para obter assistência. (Ibidem: 6).

A atual parceria estratégica Angola-China será testada por duas razões. Em primeiro lugar, apesar de a magnitude dos esforços de reconstrução pós-conflito a ser financiado pela capital chinesa, as expectativas e aspirações adiadas pelos angolanos durante vinte e sete anos sejam demasiado elevados para ser adequadamente satisfeitos no futuro próximo. Em segundo lugar, como os acontecimentos recentes em Angola atestam os seus cidadãos estão cada vez mais insatisfeitos com um regime que muitos consideram ser corrupto e ditatorial. (Ibidem: 6-7).

No que respeita à Rússia e Angola, a Guerra de libertação anticolonial em Angola, tal como grande parte desses conflitos em outras partes do continente, baseou-se fortemente num apoio externo, tanto a nível regional como além das complexidades e peculiaridades da sociedade colonial em Angola que, por seu lado, produziu vários movimentos nacionalistas tão violentos ao domínio dos colonos como eram uns aos outros. Para se defender contra esta ameaça mortal de dois lados, os movimentos nacionalistas angolanos tiveram que cultivar e

manter conexões externas. No entanto, dada a natureza fragmentada do nacionalismo angolano, os Estados africanos recentemente independentes emergentes numa era de Pan-africanismo, estavam relutantes em tomar partido, apoiando um único movimento. Em vez disso, grande parte dos Estados africanos focados no nobre, mas em última análise, inútil, esforço de promover a unidade entre os movimentos nacionalistas angolanos. A vitória do MPLA resultaria no desmembramento da "nação portuguesa" e da instalação de um regime comunista ateu na jóia do Império português. (Ibidem: 7).

Os outros movimentos nacionalistas, porém, opuseram-se a tal vitória porque este representava a negação das identidades nacionais distintas e aspirações para dois dos maiores grupos etnolinguísticos na colónia. O Ovimbundu, no centro de Angola e a Kicongo do Norte de Angola, seria negada a oportunidade de recapturar a glória Pré-colonial dos seus respetivos reinos. O Ovimbundu, que forneceu a espinha dorsal do apoio da UNITA, e a Kicongo, de quem a FNLA atraiu bastante apoio, viu o eventual colapso da ordem colonial como a última oportunidade de reconstruir as suas nações. Ambos os grupos entendiam a perspectiva de construção de um novo Estado multinacional dominado por elites que, por sua vez, incluiu a mestiça sucessão de colonos portugueses, como equivalente ao neocolonialismo. (Ibidem: 7).

Perante esta realidade territorial, o MPLA estendeu a mão a vários grupos e países ao redor do mundo que partilhou a sua perspectiva ideológica. Embora o MPLA tenha desenvolvido importantes conexões políticas e diplomáticas em alguns países africanos e europeus com governos socialistas, a URSS forneceu a maior parte dos seus suportes. As relações entre Angola e a Rússia podem ser rastreadas até aos primeiros estágios da luta de libertação de Angola, que começou em 1961. O MPLA recebeu suporte político, diplomático, financeiro, logístico e formação. (Ibidem: 7).

Apesar de resultados mistos (agricultura, indústria, educação, saúde, construção de infraestruturas e pescas), a URSS e Cuba persistiram com os seus esforços em Angola porque tinham importantes interesses ideológicos e geoestratégicos em jogo. Para a URSS, a vitória e o sucesso do MPLA representaram um importante golpe quanto ao imperialismo ocidental como o Ocidente e a União Soviética. Competiram, indiretamente, na expansão dos seus blocos de aliança, e na decisão de Angola para se juntar à União Soviética, que acabou por ser uma crítica vitória.

Tomados em conjunto, estes fatores ideológicos e geoestratégicos ajudam a dar uma perspectiva mais ampla sobre o envolvimento da União Soviética em Angola. Considerando que, durante a Guerra Fria, esses fatores assumiram grande importância, a fim de que se reduziu drasticamente o seu significado. Embora tenha havido uma dimensão comercial à relação Angola-União Soviética, não era forte o suficiente para sustentar a mesma durante o período da retirada soviética de África, que durou de Gorbachev a Yeltsin. Sem a lógica ideológica e com a ampla riqueza mineral própria, a Rússia não poderia justificar a atenção dedicada a lugares distantes como Angola, quando a urgente atenção era necessária para enfrentar os desafios domésticos. (Ibidem: 8).

Para Angola, o desengajamento soviético demonstrou os perigos da excessiva dependência num único grande financiador internacional, o que, para o regime do MPLA, acabou por ter consequências mesmo quase fatais. E isto porque ele haveria sido deixado para se afastar para quando o conflito reacendeu após o fiasco eleitoral de 1992. O Governo do MPLA teve, assim, de enfrentar, rearmado, e de forma rebelde, a intenção de alcançar, através das balas, que eles seriam incapazes de realizar por relaxados votos. Sem Soviética (ou Cubana) assistência, e de frente para um embargo internacional de armas impostas pelas Nações Unidas, o Governo angolano estava seriamente ameaçado por rebeldes da UNITA, que invadiram grande parte do país com relativa facilidade. Ironicamente, os rebeldes foram, agora, confiar, de forma pesada, em países do antigo bloco soviético para os seus suprimentos de logística e pilotos, a fim de os entregar ao território controlado da UNITA. Na era Pós-soviética, antigas armas do Pacto de Varsóvia estavam disponíveis, em abundância, no mercado negro, que os rebeldes da UNITA haveriam trocado por diamantes. (Ibidem: 8-9).

Com efeito, o trauma em Angola associado ao colapso da URSS afetou negativamente as relações entre Angola e Rússia para grande parte da década de 1990. Desde o colapso do processo de paz de Bicesse (1991-1992) ao fim da Guerra Civil, em 2002, as relações Angola-Rússia passaram por um ténido período, e tal fator deveu-se a várias razões. As significativas mudanças associadas ao fim da Guerra Fria e o colapso da URSS afetados pelo posicionamento da Rússia no cenário mundial. Não mais envolvida no confronto ideológico com o Ocidente, a Rússia retirou-se do envolvimento direto em campos de batalha chave da Guerra Fria, como Angola. Isso deixou o seu principal cliente - o Governo do MPLA - "órfão" praticamente durante a noite. (Ibidem: 8-9).

Em inícios de 2000, a Rússia haveria recapturado alguma da sua influência internacional como um membro do Brasil, Rússia, Índia e China (BRIC). No entanto, o envolvimento com outro membro do BRIC, China, havia oferecido a Angola os maiores benefícios imediatos após o fim da Guerra Civil, em 2002. Uma nova era nas relações entre Angola e China não conduziu a um arrefecimento adicional nestas mesmas relações. Pelo contrário, a relevância renovada da Rússia nos assuntos internacionais feitos à possibilidade de reavivar as relações com um ex-aliado de uma perspectiva atraente para Angola. O presidente José Eduardo dos Santos aproveitou a ocasião do 30º aniversário do Tratado de Amizade e Cooperação entre Angola e as URSS para visitar a Rússia a partir de 30 de outubro de 2006 a 1 de novembro de 2006. (Ibidem: 9).

Este foco pós-ideológico e de pós-segurança ficou claro durante a visita do presidente russo, Dmitry Medvedev, a Luanda, em 2009. Ao contrário do passado, no entanto, a Rússia será o perseguidor, cortejando Angola para contratos lucrativos nos setores de energia, diamantes e telecomunicações, através da disponibilização de importantes incentivos. Para a Rússia, Angola era cada vez mais importante enquanto jogador global de energia, apresentando, também, ser um aliado potencialmente importante, quando Medvedev tenta resolver o que os russos consideram ser mecanismos de preços "complexos e não transparentes" em marcas globais de petróleo. (Ibidem: 9).

Realisticamente, é improvável que as relações com a Rússia, apesar de refrescado, nunca terão importância vital para Angola, que uma vez tiveram. Nacionais e internacionais condições mudaram dramaticamente desde os dias em que a sobrevivência do regime angolano dependia do apoio de Moscou. Além disso, Angola tem um novo melhor amigo na China. Angola e China concordaram formalmente em estabelecer uma “partnership” estratégica. Esta é mais uma prova da importância de que ambos os países se colocaram num relacionamento que tem crescido constantemente desde que a China concedeu reconhecimento diplomático a Angola em 1983 e que tem acelerado desde o fim da Guerra Civil de Angola. Angola é um dos maiores produtores de petróleo do continente africano, o maior fornecedor de petróleo asiático, e o maior parceiro comercial da China em África. (Ibidem: 9-10).

A China apoiou o MPLA no início dos anos de 1960, quando este movimento assumiu o papel de liderança no início da luta anticolonial. Com a criação do GRAE⁹³ por Holden Roberto, em 1962, a China mudou de suporte para esse "Governo" de Angola. Em meados dos anos sessenta, a assistência chinesa, na causa nacionalista em Angola, mudou de novo, mas desta vez no sentido de movimento embrionário de Jonas Savimbi, o apoio da UNITA. A China não se demonstrou surpreendente.

Na década de setenta, porém, a China calculou que o movimento militarmente mais forte, a FNLA, tinha certeza de desempenhar um papel fundamental tanto na fase de preparação para a independência como na Angola Pós-colonial. Em retrospectiva, o envolvimento precoce da China em Angola foi equivocado porque se baseou na análise otimista da transição para a independência. Ele não levou em conta a possibilidade de Guerra Civil e o triunfo do poder militar, que foi determinado principalmente pela intervenção externa, em que a transição, conseqüentemente, no final, nem a UNITA e nem a FNLA foram capazes de alcançar o poder por meios políticos ou militares. Em vez disso, o poder foi para o movimento nacionalista que foi apoiado por um dos principais inimigos da China. O que explica, em parte, o longo hiato da China - 1975-2004 - a partir de Angola. (Ibidem: 9-10).

Dois importantes conjuntos de fatores levou os dois países a este relacionamento mutuamente benéfico. No final da Guerra Civil, em 2002, Angola, em desesperada necessidade de apoio externo, foi para iniciar um programa massivo de reconstrução pós-conflito. No entanto, o Ocidente rejeitou os seus melhores esforços para buscar apoio de reconstrução pós-conflito, tentando segurar uma conferência de doadores.

Um regime debilitado que tinha apostado num capital político considerável sobre a promessa de um boom económico pós-conflito não podia dar-se ao luxo de atender às exigências ocidentais por várias razões: em primeiro lugar, este teria atrasado o lançamento do programa de reconstrução pós-conflito, pondo assim em risco a paz e a segurança, e isto até porque o Governo teria falta de capital para financiá-lo. Em segundo lugar, a direção do MPLA, compreendendo os perigos de abertura e transparência numa sociedade, passando por uma série de transições simultâneas: desde o planeamento centralizado para uma economia

⁹³ Grupo Revolucionário de Angola no Exílio

de mercado; de uma imprensa controlada para uma imprensa livre; e de relações tensas Estado-Igreja a liberdade religiosa expandida. Em terceiro lugar, o regime era corrupto e os seus membros dominantes não tinham interesse em financiar o programa de reconstrução com os recursos consideráveis que tinham extraído a partir do Estado durante as décadas de conflito. A rejeição do Ocidente forçou o Governo angolano, no que acabou por se tornar na parceria ideal para esta fase específica de reconstrução pós-conflito. (Ibidem: 9-10).

O Governo de Angola vê a China como um aliado estratégico, enquanto os cidadãos comuns estão mais preocupados com recompensas imediatas, ou a falta dela, desde o boom económico provocado pela presença chinesa. Como as empresas chinesas atendem as suas necessidades de trabalho com os trabalhadores chineses, apenas uns números insignificantes de angolanos são capazes de encontrar empregos em muitos locais de obras abundantes em todo o país. Há também o ressentimento resultante de empresários angolanos a ser preteridos pelos empresários chineses que, agressivamente, competiram para o espaço no setor do serviço. (Ibidem: 9-10).

A China oferece um modelo atraente ao Governo do MPLA, em termos de rápido crescimento económico e controlo político centralizado. No entanto, a verdade é que se encontra em conflito com as aspirações da maioria dos angolanos que, além de crescimento económico, também anseiam por uma crescente e vibrante sociedade civil, para os quais o modelo chinês não prevê. Angola é suscetível de resolver este dilema, forjar relações estratégicas mais fortes com os países ocidentais, especialmente os EUA, como parece à frente para o período pós-reconstrução. (Ibidem: 9-10).

Quanto às suas relações com os EUA, têm incidido, essencialmente, em duas linhas paralelas: um sinal económico suave e sólido correndo ao lado de um caminho extraordinariamente complexo, e muitas vezes alpestre e político. A natureza positiva e mutuamente benéfica das relações económicas entre os dois países teve início em 1930, quando depósitos de importantes hidrocarbonetos foram descobertos pela primeira vez em Angola. Desde então, aumentou a importância petrolífera como uma importante fonte de receitas para Angola, e isto, em parte, por causa da presença sustentada e maciços investimentos financeiros por parte de empresas americanas.

Oil (mistura de substâncias oleosas) acabou, inclusive, por diversificar de forma significativa a economia colonial, além de café e outros produtos agrícolas, especialmente em 1960 e 1970. Porém, tornou-se no produto dominante após a independência. (Ibidem: 12). Inclusive, é possível confirmar que, no final de 2000, Angola superou a Nigéria enquanto maior produtor de petróleo da África subsaariana. O seu acelerado crescimento petrolífero começou após a sua independência, num período em que a maioria dos seus outros setores económicos foram severamente afetados pelo êxodo dos colonos qualificados durante a Descolonização. Certo é que tal aumento petrolífero acabou mesmo por fornecer uma tábua de salvação de nível financeiro para o Governo angolano. (Ibidem: 12).

Embora os EUA tenham despontado da II Guerra Mundial enquanto superpotência, a sua existência foi ameaçada pelo aumento da URSS como um rival ideológico. Desta forma,

para combater esta ameaça, acabariam por depender, fortemente, de aliados tradicionais, incluindo os países coloniais europeus ocidentais, como é o caso de Portugal. (Ibidem: 12).

Iniciada a Guerra Fria, movimentos nacionalistas subiram às várias colônias ultramarinas da Europa. Muitos líderes nacionalistas africanos reconheceram a mudança de poder importante resultante da II Guerra Mundial e o surgimento de uma nova superpotência que teve, especialmente, desde Woodrow Wilson. Defendeu a autodeterminação de todos os povos. Algumas potências coloniais, nomeadamente a Grã-Bretanha e a França, optaram, mesmo, por conceder a independência às suas possessões africanas. (Ibidem: 12).

A luta de libertação em Angola apresentou os EUA com um dilema de política de como melhor responder a eventos periféricos que, no entanto, ocorriam numa área de crescente importância geoestratégica. Os EUA perseguiram a pragmática, mas no final conflituoso, a abordagem de continuar a apoiar Portugal ao estabelecer ligações de tendência com a FNLA Ocidental. Dentro do contexto da Guerra Fria, nenhuma alternativa realista estava disponível para os EUA, e isso deveu-se ao facto de Portugal ter sido um aliado da Organização do Tratado do Atlântico Norte e pedigree comunista do MPLA. Resultado esse da fusão entre o Partido Comunista de Angola e o PLUA⁹⁴, por sua vez desclassificado por ser um aliado potencial. (Ibidem: 13).

Em 1974, o colapso do regime colonial português acabou por elevar Angola como uma questão de importância estratégica para os EUA, sendo, inclusive, verificada uma rápida descida do país numa Guerra Civil e a perspectiva de um regime Pró-soviético que acabou por afetar, de forma significativa, a dinâmica regional na África Austral e na África Central. Os EUA acabaram por aumentar o seu interesse na crise em curso relativamente a Angola, de forma modesta, e de crescente apoio à FNLA. No entanto, a intervenção direta estava fora de questão, até porque a crise não subiu para um nível em que a intervenção Norte-americana foi desejável ou justificável. (Ibidem: 13).

Com o fim da Guerra Civil, o Governo angolano esperava simpatias internacionais para ser traduzido em ofertas concretas de assistência, uma vez que embarcou na tarefa colossal de reconstruir o país de quase três décadas de devastação. O Governo espera que os países ocidentais, em particular, corram na assistência porque foram percebidos como sendo parcialmente responsáveis pela destruição infligida de Angola, devido ao seu apoio para os rebeldes da UNITA durante grande parte do conflito. O Governo do MPLA, vigorosamente, entrou para uma conferência de doadores, imediatamente, após a Guerra. Os países ocidentais encararam a Guerra Civil como um assunto de Angola interna e, portanto, rejeitaram sugestões de culpa ou responsabilidade. Além disso, muitos governos ocidentais acharam difícil justificar gastar o dinheiro dos contribuintes para reconstruir um país rico em recursos que tinham desenvolvido uma reputação como um dos mais corruptos do mundo. Para o Ocidente, especialmente os EUA, o problema de Angola não residia na falta de fundos, mas na sua falta de Governo transparente. (Ibidem: 14).

⁹⁴ Partido da Luta Unida dos Africanos de Angola

Durante a Guerra Civil, milhares de milhões de dólares em receitas de petróleo teriam ultrapassado o BNA⁹⁵ e foram gerenciadas diretamente a partir do palácio presidencial Futungo de Belas. A “Human Rights Watch” estima que, ao longo de um período de cinco anos, de 1997 a 2002, cerca de US \$ 4,2 bilhões em receitas do petróleo “desapareceram dos cofres do Governo, aproximadamente igual a todos os gastos do estrangeiro e nacional social, e humanitário em Angola durante o mesmo enquanto período.” (Ibidem: 14).

Consistindo uma desaprovação da corrupção em Angola, os EUA também encorajaram o Governo angolano a tomar medidas concretas para melhorar a governação. Desde então, o Governo angolano tem feito mudanças positivas em resposta a exigências dos EUA. Estes incluem a publicação das receitas do petróleo no site do Ministério das Finanças desde 2003; a introdução do Sistema Integrado de Gestão Financeira em 2008; auditorias regulares de Sonangol e a publicação dos resultados; e a adoção da Lei de Proibição Pública em 2010. (Ibidem: 14).

As mudanças têm sido bem recebidas e recompensadas pelos EUA, resultando ainda num aumento do comércio entre os dois países. Combustíveis minerais e de petróleo bruto compõem a parte do “leão comercial”, \$ 9,3 bilhões dos US, ou seja, \$ 10,8 mil milhões, respetivamente, em total comércio bidirecional. No entanto, Angola e os EUA também estabeleceram um quadro para as relações económicas expandidos através da AGOA⁹⁶ e de um TIFA⁹⁷. A AGOA fornece uma reforma aos países africanos, como Angola, com um acesso mais liberal ao mercado dos EUA à disposição de qualquer país ou região, com o qual os EUA não têm um gratuito acordo comercial. Angola tornou-se, finalmente, elegível para a AGOA em 2003 e assinou um TIFA com os EUA, já em 2009. (Ibidem: 14-15).

O Acordo de Diálogo de Parceria Estratégica EUA-Angola, assinado em 8 de julho de 2010, formalizando “parcerias bilaterais”, aumentando energia, segurança, comércio e promoção da democracia, representa, ainda, um passo qualitativo importante nas relações entre os EUA e Angola. Para Angola, uma relação estratégica com os EUA é atraente por razões políticas, económicas e de segurança. Politicamente, Angola está a mover-se ao longo de um caminho de transformação democrática que começou em 1991, com o fim de um regime marxista de partido único. Este processo tem sido violento e traumático, como evidenciado pelo processo eleitoral inconclusivo de 1992 e o retorno à Guerra Civil que durou por mais uma década, e produziu um sistema que é ainda dominado pelo MPLA. No entanto, existem claros sinais de que Angola está a dar pequenos passos, no sentido de amadurecimento num sistema democrático de pleno direito. (Ibidem: 15).

A crescente comunidade da ONG⁹⁸ continua a desempenhar um papel importante, especialmente quando está em causa a prestação de contas do regime da juventude de Angola, e estão mostrando sinais de se mover além da barreira do medo, que é talvez ainda mais importante do que os desenvolvimentos no Parlamento, a imprensa e a comunidade de

⁹⁵ Banco Nacional de Angola

⁹⁶ African Growth and Opportunity Act

⁹⁷ Acordo-Quadro de Comércio e Investimento

⁹⁸ Organização Não-Governamental

ONGs⁹⁹. À medida que crescem, estas forças vão continuar a empurrar Angola no sentido de democracias mais liberais, como os EUA e longe do modelo antiliberal da China, mesmo que esta detenha maior apelo para o MPLA. Do ponto de vista económico, Angola tem muito a ganhar com a ampliação da relação com os EUA, além do setor petrolífero, e isto especialmente no que toca à reconstrução do seu setor agrícola outrora vibrante. (Ibidem: 15).

Finalmente, Angola e os EUA também compartilham interesses de segurança importantes, mais precisamente, de segurança marítima e de segurança regional. Com grande parte do petróleo de Angola a ser explorado a nível marítimo, e dada a crescente dependência dos EUA no Golfo do óleo da Guiné, é provável que a segurança marítima se torne um elemento-chave nas relações entre os dois países. Por seu lado, no que respeita à segurança regional na África Central, especialmente na RDC¹⁰⁰, é uma área na qual Angola e os EUA continuarão a prestar muita atenção. Para Angola, a RDC representa, atualmente, a principal fonte de ameaças externas sob a forma de imigração ilegal. O afluxo de centenas de milhares de busca congoleza para as oportunidades económicas traz consigo fatores políticos, sociais e económicos, e importantes desestabilizadores que o Governo angolano jamais pode ignorar. O Governo não irá funcionar apenas para parar o fluxo, mas também para aliviar os principais fatores de pressão por detrás do movimento da população, o que envolve a conquista da paz e a estabilidade na RDC. Também os EUA procuram, em África, o objetivo de cumprir um dos objetivos da política da administração Obama, cujo principal objetivo incide em prevenir e resolver conflitos. (Ibidem: 15).

Não obstante, tal como as relações entre ambos os países e os da União Soviética, também os seus interesses estratégicos comuns dependerão da capacidade angolana em continuar ou não a sua transformação democrática, com determinação à prossecução de medidas relativas à anticorrupção. Primeiramente, é de sublinhar que Angola é um Estado democrático, no sentido de sistema político multipartidário. No entanto, o Governo do MPLA apresenta um conjunto tão desproporcional de vantagens conferidas pelo seu controlo de alavancas fundamentais do poder nacional, especialmente nos planos económicos, segurança, informação, legislativo e judicial, que efetivamente supera a oposição, ao ponto de fazer rotação democrática de poder praticamente inconcebível, pelo menos por várias décadas. (Ibidem: 15-16).

Além de preferência contínua do MPLA relativamente a alguns aspetos do centralismo democrático, a sua incapacidade em combater a corrupção de forma eficaz pode mesmo constituir uma desvantagem nas relações entre Angola e os EUA. Não obstante, o Presidente Dos Santos, em recentes pronunciamentos, indicara a corrupção em Angola permanecer fortificada e generalizada. Tal como aponta um recente relatório da “Human Rights Watch”: “corrupção maciça e má gestão da riqueza do país” fez com que o Governo angolano se tornasse “um símbolo das depredações de um rico recurso, mas Governo.” Inexplicável, ainda,

⁹⁹ Organizações Não-Governamentais

¹⁰⁰ República Democrática do Congo

são as evidências sugeridas pela presidência angolana: é "o epicentro da corrupção" na sociedade. (Ibidem: 16).

Conclusão

A história das Relações Internacionais após o final da II Guerra Mundial ficaria marcada por uma dinâmica de balança de poder na ordem internacional. Numa conceção centrada no Estado, onde o antagonismo entre os Estados se vislumbrava como inevitável e necessário, seguindo os seus estritos interesses, a política externa que se afigurava como exequível era alicerçada na balança de poder. É neste modelo “hobbesiano” da comunidade internacional que emerge uma nova ordem internacional, dividida em dois blocos: o Ocidente liderado pelos EUA e o Leste liderado pela URSS, que se envolveram numa Guerra Fria e deram origem a um mundo bipolarizado, conforme S. P. Huntington (1996) e J. E. Stiglitz (2004). Este período abriria também espaços a um novo tipo de conflitualidade indireta, as Proxy Wars, conhecidas também por Guerras Substitutas.

Esta investigação procurou esclarecer de que forma, os EUA, entre 1961 e 1974, contribuíram no processo de Descolonização de Angola. Concluímos que os conflitos decorrentes em Angola na década de sessenta foram visivelmente instrumentalizados pelas duas potências, EUA e União Soviética, inclusive prolongando-se até inícios da década de noventa, mais precisamente 1991. Verificou-se, ainda, que nos conflitos angolanos existiu a representação dos interesses das duas potências e utilizam quer a UNITA/FNLA, quer o MPLA, enquanto substitutos na condução material do conflito.

Ao contrário de Eric Hobsbawm (1995), verificámos, através do estudo de caso em análise, que a Guerra Fria não poderá ser considerada, totalmente, uma Guerra de “não” conflitos. Na realidade, se por um lado, em mais de quarenta e três anos de Guerra Fria, nunca existiu um confronto direto entre os EUA e a URSS, existiram elevados graus de conflitualidade armados em Angola, apoiados e suportados pelas potências antagónicas. Consideramos, porém, que a imagem utilizada pelo de “Guerra Quente” ilustra verdadeiramente o quão conflitual foi este período, não obstante sofrendo uma deslocalização dos teatros de operações para territórios exogéneos nos Estados em clima de “Paz Fria”. Por isso, “A Guerra Quente” materializou-se nos conflitos indiretos e nas Proxy Wars, e a Paz Fria entre a URSS e os EUA.

Tal como Bowling (1991), também nós consideramos a Guerra de Procuração a única materialização do conflito entre as partes. O conflito em Angola é, visivelmente, um desses exemplos. Essas Guerras de Procuração foram criadas durante a Guerra Fria e definem-se como Guerras nas quais os dois países ou ideologias utilizam outros conflitos para promoverem os seus interesses e objetivos através, por exemplo, do fornecimento de armas às “fações” beligerantes, evitando desta forma o seu confronto direto que, neste caso, recaí em evitar uma Guerra Nuclear entre as superpotências da Guerra Fria.

Como relata Cláudio, C. (2011), apesar da sua conquista em 1975, Angola estava longe de atingir a estabilidade política e social que qualquer país ambicionava. As décadas que se seguiram à sua independência foram marcadas por um conflito armado entre vários

movimentos independentistas, cada um reivindicando a legitimidade de assumir o poder em Angola. Por um lado, o MPLA, apoiado pela URSS e a União Nacional para a UNITA apoiada pelos EUA, iniciaram de imediato uma luta armada pelo poder entre si, levando a um conflito armado que só terminaria em 2002.

Confirmando que a Guerra Civil Angolana e a própria luta pela independência foram conflitos *Proxy*, subjugados aos interesses dos blocos dos EUA e da URSS, onde cada um forneceu o seu movimento nacionalista através de financiamento e meios materiais humanos e bélicos, auxiliando-os na luta pela conquista do poder em Angola.

No que respeita à segunda questão, tanto os EUA como a URSS, iniciaram o seu apoio aos movimentos nacionalistas. Contudo, um facto é que a partir da confrontação entre estes mesmos movimentos dentro do território angolano, assistiu-se ao início de um apoio monetário e sobretudo militar, visando o incremento de poder bélico dos mesmos, na tentativa de traduzir uma vantagem no campo de batalha.

Somos, ainda, forçados, a admitir que a Guerra Fria não foi um fator gerador do conflito angolano, já que, como pudemos verificar, tanto o interesse americano como o interesse soviético não eram suficientes, em si mesmo, para induzir os movimentos a guerrearem ou aceitarem um cessar-fogo indefinidamente. Tal negação é verificável quando os blocos tentaram terminar com o conflito, apercebendo-se ainda que os condicionalismos que interpuseram no conflito não eram controlados por eles, concluindo-se, assim, que a Guerra foi iniciada, desenvolvida e concluída pelos objetivos e temores dos atores diretos deste conflito, os próprios angolanos.

Quando se fala da Guerra de Angola, remete-se, inevitavelmente, para o verdadeiro significado de Paz. Contudo, somente cidadãos com menores possibilidades de nível financeiro ambicionavam a conquista da Paz: soldados que, por sua vez, revelavam já um determinado cansaço devido à Guerra; cidadãos do sexo feminino; trabalhadores sem quaisquer tipo de controlo sob os meios de comunicação.

Deste modo, é possível confirmar que, a partir do momento em que a Paz é considerada o “conceito-chave” da Guerra de Angola, é crucial mencionar que o primeiro grande envolvimento da ONU na Manutenção da Paz em Angola, estaria relacionado com a retirada das tropas cubanas de Angola. Assim, relativamente à sua relação de não dependência face à comunidade internacional, apresenta uma notória especificidade relativamente a outros países em semelhantes contextos. Contextos esses, quer relativamente à ajuda para o desenvolvimento, quer às habituais políticas de condicionalidade política e económica geralmente promovidas pelas Instituições Financeiras Internacionais em contextos de reconstrução Pós-guerra.

Na verdade, foi possível averiguar que o processo de consolidação de Paz em Angola está, na realidade, a dirigir-se sem grande interferência à comunidade internacional. Até porque, ao contrário de muitos outros contextos africanos em situação de Pós-conflito, as políticas governamentais e o investimento público em Angola continuam a não girar em torno

da ajuda externa e o país continua, assim, conhecido entre a comunidade doadora como um ator difícil e não cooperante (2007: 5).

Nesse sentido, e tendo em consideração a centralizada e autoritária natureza da governação no país, é fundamental analisar algumas dinâmicas locais de diálogo político, desenvolvimento e de promoção de Paz em curso que se apresentam como visões e práticas de organização social, governação e desenvolvimento, e ainda, alternativas ao modelo dominante, embora que a uma escala muito micro. De entre elas, foi possível verificar o destaque de dinâmicas locais de governação e desenvolvimento locais, tanto endógenas, como induzidas/promovidas pela ajuda internacional (2007: 5).

Durante os anos do conflito armado, a população angolana foi desenvolvendo uma certa capacidade de lutar e procurar soluções para os seus problemas, quer através de esforços individuais, quer de pequenos grupos ou de outras formas de ação coletiva, procurando resgatar ou recriar formas organizativas e dinâmicas sociais que haviam sido perdidas por influência ou pressão do Estado, das igrejas, do mercado e das ONG.

Em suma, como em Angola a discussão política é restringida aos espaços de “democracia formal”, ainda que não se verifique influência política, as organizações da sociedade civil desempenham uma importante função democrática quando proporcionam aos cidadãos uma esfera independente, fora do controlo do Estado, de associação e participação, onde eles podem manifestar as suas opiniões e prioridades e começam a assumir a sua cidadania, ainda que de forma embrionária (2007: 7). Dos três mais importantes movimentos de libertação nacional, o que se destacou em primeiro lugar foi a FNLA (de Holden de Roberto).

Com isto, no outono de 1975, foi possível verificar encontrar-se já muito próximo de capturar Luanda, a partir da sua zona Norte. Quanto à zona Sul da cidade, agindo em coordenação militar com a UNITA, e sob liderança de Jonas Savimbi, quase chegou à cidade mesmo antes de as tropas cubanas a conseguirem impedir. O principal causador dos sintomas de urgência apresentados pelas tropas cubanas tratar-se-ia da assistência fornecida pelo MPLA. Conclui-se, posto isto, que o Estado Angolano Independente nasceu fora de tumulto e violência, por meio de quaisquer rivalidade de nível nacional, regional e/ou globais. As suas raízes históricas basearam-se, essencialmente, numa influência do desenvolvimento respeitante aos acontecimentos por um largo período temporal.

Em conclusão, uma vez que o controlo imperial sobre Angola diminuiu em 1975, acabou por se dar uma eclosão dos combates em muitas províncias no país e, onde os exércitos dos três movimentos de libertação destacados se preocuparam, essencialmente, em manter a Paz de forma conjunta.

Por último, no entanto, foi ainda em janeiro de 1975, assinado em Portugal, um Acordo em Alvor por parte do poder colonial e dos três movimentos. Acordo esse que especulava, essencialmente, um Governo de Transição, uma constituição, eleições e independência. No entanto, entrou desde cedo em decadência, até porque a transição governamental apresentava um mau funcionamento. Com o apoio da China e dos EUA,

recebeu apoio militar do Zaire nos posteriores confrontos da FNLA. Por outro lado, o MPLA alcançava maior território em Luanda, sob Agostinho Neto ¹⁰¹, apoiado pela União Soviética e pelas tropas cubanas.

Direções Futuras para a Investigação:

Apesar de toda a problemática investigada ao longo do trabalho em causa, uma realidade é que são ainda vários os fatores a não esquecer. Primeiramente, a independência angolana, ainda que, finalmente, alcançada em novembro de 1975, que tal como foi possível averiguar, chegaria a partir da Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA); do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) e da União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), um facto é que o período da Guerra Fria acabaria por marcar o Processo de Descolonização Angolana.

Deste modo, enquanto temática deste trabalho de investigação “O Papel dos Estados Unidos da América no Processo de Descolonização de Angola”, julgo dever ter-se em conta outros tipos de resolução. Até porque, inevitavelmente, acaba por suscitar uma certa “curiosidade” acerca da relação entre ambos os países e, conseqüentemente, relativamente à evolução que a mesma poderá vir a trazer para ambos. No entanto, tal como foi possível averiguar, um outro facto é que o apoio americano passou a manifestar-se no envio de equipamento militar para o Zaire que, posteriormente, faziam chegar aos guerrilheiros da FNLA e da UNITA. Os EUA mostraram, na realidade, ser capazes de afirmar as suas próprias prioridades políticas com respeito às regiões colonizadas (ou ex-colonizadas).

Contudo, julgo também haver ainda outras quantas possíveis investigações a realizar. De entre as quais, sem dúvida, há que salientar, antes demais, o caso da China. Na verdade, no âmbito das Relações Internacionais modernas, é cada vez mais notória a coadjuvação pelas relações entre si e Angola. Logo, as parcerias com o continente africano ajudam a consolidar essa posição. A Cooperação África-China assume duas modalidades (uma multilateral, que abrange o conjunto dos países envolvidos nos Fóruns de Cooperação, e uma bilateral, que concerne ao relacionamento que a China desenvolve com cada um deles). E, para terminar, recai ainda na falência do Estado de Direito no Processo de Construção da Construção da Democracia.

¹⁰¹ Destacar-se-ia por ter assumido a primeira presidência de Angola (de 1975 a 1979) e, ainda, a presidência do MPLA

Bibliografia & Webgrafia

- Gonçalves, Williams (s.d) - Relações Internacionais, disponível em: http://ww.chedep.ifch.ufrgs.br/Textos_Elet/pdf/WilliamsRR.II.pdf, acessado em 29 de Janeiro de 2014. [acedido a 29-09-2015]
- Hein, L. Lothar (2008) - Guerra Fria: conceitos e problemas, núcleo de estudos contemporâneos. [acedido a 29-09-2015]
- Fonseca, Gelson Jr. (1995) - O Sistema Internacional Durante a Guerra Fria, in Revista USP, São Paulo (26): 128-137, Junho / Agosto 1995. [acedido a 29-09-2015]
- Pereira, António Celso Alves (1984) - Os Impérios Nucleares e seus Reféns: Relações Internacionais Contemporâneas. Editora: Edição Graal. [acedido a 15-10-2015]
- Santos, Andressa M. (2012) - O Realismo na Teoria das Relações Internacionais. [acedido a 15-10-2015]
- Horta, Luiz Fernando (s.d) - Artigo sobre o Mecanismo Explicativo e a Eclipse da Vontade: O Conceito da Bipolaridade, Edição nº3, volume1. [acedido a 15-10-2015]
- James, P.T. (2009) - Paz e Guerra em Angola: um estudo exploratório. [acedido a 23-10-2015]
- Rodrigo, F.M. (2007) - A Guerra Fria: 1954-1987. [acedido a 10-11-2015]
- Afonso, R.M.J. (2006) - A Polaridade no Sistema Internacional: Pós-Guerra Fria. [acedido a 10-11-2015]
- Júnior, Afonso Rodrigues Mariano (2006) - A Polaridade no Sistema Internacional Pós-Guerra Fria, Belo Horizonte. [acedido a 19-11-2015]
- Resende, G. (1973). *Crónica de D. João II e miscelânea*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda. [acedido a 19-11-2015]
- Silva, Agostinho (2014) - Angola: Dinâmicas Internas e Externas na Luta de Libertação, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. [acedido a 24-11-2015]
- Filomena, César L. (2008) - O Antagonismo ao Extremo: Luta pela libertação colonial e guerra civil em Angola, porto Alegre. [acedido a 04-12-2015]
- Centro de Estudos Angolanos (1965) - História de Angola. Porto: Afrontamento. [acedido a 02-12-2015]
- Sebastião, André K.M. (2015) - O Processo de Paz em Angola: A Dimensão Internacional do Conflito de Gdabolite à Luena. Tese de mestrado em relações internacionais e estudos europeus, Universidade de Évora. [acedido a 15-12-2015]
- Wheeler, Douglas e Pélissier, René (2011) - História de Angola. 1ª Edição. Luanda: Editora Tinta-da-China. [acedido a 06-01-2016]
- Wheeler, Douglas (1975) - "Angola". African Studies Association. Volume 5, nº3. Outubro de 1975. [acedido a 06-01-1016]

- Feijó, Brunna Bozzi (2011) - Independência ou Revolução: Uma Análise do processo de Independência de Angola a partir da sua Transformação de Guerra Anticolonial a Microcosmo da Guerra Fria (1961-1975). Porto Alegre. [acedido a 06-01-2016]
- IAN/TT. (Instituto dos Arquivos Nacionais/ Torre do Tombo) (1961) - UPA. Luanda. Arquivo da PIDE/DGS, processo 2126/59, documento 366, pasta 1. [acedido a 08-01-2016]
- O'Brien, Michael (2006) - John F. Kennedy. Nova York: St. Martin's Press. [acedido a 12-01-2016]
- Westad, Odd A. (2005) - The Global Cold War. Third World Interventions and the Making of our times. Cambridge, Cambridge University Press. [acedido a 16-01-2016]
- Andrew, Christopher (1995) - For the President's Eyes Only: Secret Intelligence and the American Presidency From Washington to Bush. New York: Harper Collins Press. [acedido a 16-01-2016]
- Kissinger, Henry (1996) - Diplomacia. Lisboa, Edição Grávida. [acedido a 20-03-2016]
- Sá, T. (2011). *Os Estados Unidos e a descolonização de Angola*. Alfragide: Dom Quixote. [acedido a 16-01-2016]
- Gleijeses, P. (2002) - *Conflicting Missions: Havana Washington and Africa*. Chapel Hill: University of North Carolina Press. [acedido a 20-01-2016]
- Stockwell, John (1979) - *In Search of Enemies: A CIA Story*. New York: W.W. Norton & Company edition. [acedido a 20-01-2016]
- Huntington, S. P. (1996). *The clash of civilization and the remaking of world order*. New York: Simon & Schuster. [acedido a 22-01-2016]
- Stiglitz, J. E. (2004). *Globalização a grande desilusão* (3ª ed.). Lisboa: Terramar. [acedido a 27-02-2016]
- Hobsbawm, Eric (1995) - *Era dos Extremos, o breve século XX: 1914-1991*, São Paulo, Companhia das Letras. [acedido a 27-02-2016]
- Lockwaed, Alanna & Mignolo, Walter (2013) - *Decolonizing the "Cold" War* May 19-23. Disponível em:
<https://decolonizingthecoldwar.files.wordpress.com/2013/03/bebop-2013-catalogue-online.pdf> [acedido a 03-03-2016]
- Onslow, Sue & Wyk Anna-Mart van - *Southern Africa in the Cold War, Post-1974*. Disponível em:
https://www.wilsoncenter.org/sites/default/files/CWIHP_SouthAfrica_Final_Web.pdf [acedido a 03-03-2016]
- Cepaluni, Gabriel; Mendonça, Filipe (2006) - *As razões da guerra civil: necessidade, crença e ganância*. Disponível em:
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782006000200015 [acedido a 08-03-2016]

- Conceição (2010) - Guerra Fria: Causas e Consequências. Disponível em: <http://geoconceicao.blogspot.pt/2010/04/guerra-fria-causas-e-consequencias.html> [acedido a 08-03-2016]
- Fonseca, Sandra - A Guerra Fria. Disponível em: http://neh.no.sapo.pt/documentos/a_guerra_fria.htm [acedido a 03-03-2016]
- Gomes, Cristina - Guerra Fria. Disponível em: <http://www.infoescola.com/historia/guerra-fria/> [acedido a 09-03-2016]
- Diouf, Babacar (1998) - The Future of Conflict Resolution in Africa and the Role Of the Organization of African Unity (OAU). Disponível em: <http://www.dtic.mil/dtic/tr/fulltext/u2/a350148.pdf> [acedido a 09-03-2016]
- Suri, Jeremi (2006) - The Cold War, Decolonization, and Global Social Awakenings: Historical Intersections. Vol. 6, nº3, pp. 353- 363. Editora: Routledge (Taylor & Francis Group). [acedido a 12-03-2016]
- Keller, Edmond J. (1995) - Decolonization, Independence, and the Failure of Politics. [acedido a 12-03-2016]
- Correia, Pedro Pizarat - O processo de descolonização de Angola do «25 Abril» ao «Alvor». Disponível em: [file:///C:/Users/Lúcia/Downloads/DescolonizacaoPizaratCorreia\(13\).pdf](file:///C:/Users/Lúcia/Downloads/DescolonizacaoPizaratCorreia(13).pdf) [acedido a 12-03-2016]
- Chivinda, Ermelinda (2009) - O movimento de descolonização em Angola e guerra fria. Disponível em: <http://www.ovimbundu.org/categoria/ci%C3%A2ncias-pol%C3%ADticas/o-movimento-de-descoloniza%C3%A7%C3%A3o-em-angola-e-guerra-fria> [acedido a 12-03-2016]
- Melo, João De. & Publicação de Dom Quixote - Os Anos da Guerra (1961-1975): os portugueses em África (crónica, ficção e história). Primeira edição: novembro de 1988; segunda edição: outubro de 1998. Disponível em: <https://books.google.pt/books?id=bGO3Q-96wkAC&pg=PA487&lpg=PA487&dq=1961-1975+em+angola&source=bl&ots=Twh7p8RC6z&sig=FUuJQmIlgBvUzwlapYdsbc6Wsfjs&hl=pt-PT&sa=X&ved=0ahUKEwjFgO7ipdzLahVldh4KHWxaCSYQ6AEIVTAL#v=onepage&q=1961-1975%20em%20angola&f=false> [acedido a 13-03-2016]
- Fernando, Emídio - A verdade do 4 de Fevereiro de 1961. Disponível em: <http://rubelluspetrinus.com.sapo.pt/4fevereiro.htm> [acedido a 15-03-2016]
- Aguilar, Renato (2001) - Angola's Incomplete Transition. United Nations University; Wider: World Institute for Development Economics Research. Disponível em: http://www.rrojasdatabank.info/unudp01/dp2001-47_1.pdf [acedido a 15-03-2016]
- Abbas, Hakima - Preface: Towards a Continental Government? Disponível em: http://www.fahamu.org/downloads/au_special.pdf [acedido a 16-03-2016]

- Grant, Thomas D. - Articles (Extending Decolonization: How the United Nations Might Have Addressed Kosovo). Disponível em: <http://digitalcommons.law.uga.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1275&context=gjicl> [acedido a 16-03-2016]
- Capoco, Zeferino (2013) - Tese de O Nacionalismo e O Estado: Um Estudo sobre a História Política de Angola (1961-1991). Disponível em: <http://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/13435/1/TESE%202013%20I%20-%20VERS%C3%83O%20FINAL.pdf> [acedido a 17-03-2016]
- Marques, Alexandra - Segredos da Descolonização de Angola. Disponível em: [http://ultramar.terraweb.biz/Livros/AlexandraMarques/Segredos-da-Descolonizacao-de-Angola_\[pgs25-33\].pdf](http://ultramar.terraweb.biz/Livros/AlexandraMarques/Segredos-da-Descolonizacao-de-Angola_[pgs25-33].pdf) [acedido a 17-03-2016]
- Mai, Vicent A. and Wisner, Frank G. - Toward an Angola Strategy: Prioritizing U.S. - Angola Relations. Diretor de Projeto: William L. Nash; Vice-diretor de Projeto: Adam P. Frankel. Relatório de uma comissão independente patrocinada pelo Centro para Ação Preventiva. [acedido a 20-03-2016]
- Maj, Brian Bissonnette (2008) - The Angolan Proxy War: A Study of Foreign Intervention and its Impact on War Fighting. Nome e Organização: Army Command, General Staff College (EUA) - Especial atenção a ATZL-SWD-GD Forte Leavenworth; KS 66027-2301; Formulário Padrão 298 (Rev. 8-98). [acedido a 20-03-2016]
- Valêncio, Manoel - História de Angola. Fonte: Angola entre o Presente e o Futuro. Disponível em: <http://www.tpissarro.com/angola-h.htm> [acedido a 20-03-2016]
- Pinto, Alberto Oliveira (2015) - História de Angola. Disponível em: <http://www.buala.org/pt/a-ler/historia-de-angola-nota-do-autor-pre-publicacao> [acedido a 20-03-2016]
- Guimarães, Andresen Fernando (2004) - The United States and the Decolonization of Angola: the origins of a failed policy. UN Department for Peacekeeping Operations. Comunicação apresentada na Conferência Internacional Portugal, a Europa e os Estados Unidos da América, Lisboa, Outubro de 2003. Disponível em: <http://www.ipri.pt/artigos/artigo.php?ida=5> [acedido a 21-03-2016]
- Dergisi, Yonetim Bilimleri (2014) - Decolonization in Africa and Pan-Africanism. Disponível em: http://ybd.comu.edu.tr/images/form/dosya/dosya_642474.pdf [acedido a 21-03-2016]
- 2007 - Ajuda internacional e Consolidação da paz em Angola (Conclusões e Recomendações) - Reunião em Luanda. CES: Centro de Estudos Sociais (laboratório associado à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra). Disponível em: http://www.ces.uc.pt/nucleos/nep/pdfs/pagina4_link2.pdf [acedido a 22-03-2016]
- Savimbi, Jonas Malheiro (1979) - A Paz e suas Perspetivas. Editora: Agência Portuguesa de Revistas. Disponível em: <http://petrinus.com.sapo.pt/paz.htm> [acedido a 22-03-2016]

- Fernandes, Carla (2012) - Dez anos acordo de paz: a difícil construção de uma nova Angola. Edição: Johannes Beck. Disponível em: <http://www.dw.com/pt/dez-anos-acordo-de-paz-a-dif%C3%ADcil-constru%C3%A7%C3%A3o-de-uma-nova-angola/a-15842277> [acedido a 23-03-2016]
- K.N., Olympio Francisco (2004) - Transformation of the Organisation of African Unity (OAU): A New Vision for the 21st Century, or Political Rhetoric? - Alemanha. Disponível em: <https://www.uni-trier.de/fileadmin/fb3/POL/Studium/Promotionen/dokserv.pdf> [acedido a 26-03-2016]
- Da Silva, Sérgio Vieira - A Intervenção Cubana em Angola Revisitada. Disponível em: http://recil.grupolusofona.pt/bitstream/handle/10437/4306/a_intervencao_cubana_em_angola_revisitada.pdf?sequence=1 [acedido a 30-03-2016]
- Heimer, Franz Wilhelm (1980) - O Processo de Descolonização em Angola, 1974 - 1976. Coleção CEDEP (Centro de Estudos da Dependência), Instituto Superior de Economia - Nova série - 1: um ensaio em sociologia política: Revisão da tradução do autor por Maria João Carrilho e Adelino Torres. Capa de Teresa Ferrand: Direitos para a língua portuguesa reservados por CEDEP e *A Regra do Jogo*, Edições, Lda. Lisboa. [acedido a 10-04-2016]
- Wright, George (2001) - A Destruição De um País: A Política dos Estados Unidos para Angola desde 1945. Coleção Estudos Africanos. Editora Caminho. Tradução: Maria do Carmo Pereira Gago da Silva. [acedido a 12-04-2016]
- Venâncio, José Carlos (2000) - O fato africano: Elementos Para uma Sociologia da África. Editora Massangana. [acedido a 13-04-2016]
- Walls, W.S. van der: Guerra e Paz - Portugal / Angola 1961-1974. Edição original: ISBN 978-1 -86919-351 -5); primeira edição em 1993 pela Ashanti Publishing (Pty) Ltd.; segunda edição em 2011 pela Proeta Book House, Pretória, África do Sul. Direitos reservados a casa das letras. Editora: Marta Ramires. [acedido a 15-04-2016]
- Waltz, Kenneth N. (2011) - The Stability of a Bipolar World. Fonte: *Daedulus*, Vol.3, Nº3 (População, Previsao, Conflito, Existencialismo - Verão, 1964), pp. 881-909. Publicado por: The MIT Press, em nome da Academia Americana de Artes e Ciências. URL estável em: <http://www.jstor.org/stable/20026863> [acedido a 15-04-2016]
- Wenger, Andreas and Zimmerman, Doron (2003) - International Relations: From the Cold War to the Globalized World. Editores: Lynne Rienner [acedido a 19-04-2016]
- Malaquias, Assis (2011) - Angola's Foreign Policy: Pragmatic Recalibrations. SAILA: South African Institute of International Affairs - African perspectives; Global Insights. Ocasional Paper Nº 84 (South African Foreign Policy and African Drivers Programme). [acedido a 19-04-2016]